



**Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

JASPE VALLE NETO

CURRÍCULO DA ESCOLA E CULTURA DO POVO MURA

Manaus-Am
2020

Jaspe Valle Neto
(Bolsista CAPES)

Currículo da Escola e Cultura do Povo Mura

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel.

Manaus-AM
2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V181c Valle Neto, Jaspe
Currículo da escola e cultura do povo Mura / Jaspe Valle Neto .
2020
128 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação Escolar Indígena. 2. Cultura Mura. 3. Escola de São Félix. 4. Currículo Mura. 5. Práticas Pedagógicas. I. Weigel, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JASPE VALLE NETO

CURRÍCULO DA ESCOLA E CULTURA DO POVO MURA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel – Presidente
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva – Membro
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres – Membro
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Profa. Dra. Célia Aparecida Bettiol – Membro
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Prof. Dr. Mauro Gomes da Costa – Membro
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Sr. Alderico Vieira Neto e Sra. Maria Terci Valle Neto, pela educação e amor incondicional a mim concedido e os quais ainda em vida e gozando de saúde realizaram o sonho de ver seu filho obter o título de Doutor.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Por estar comigo em todos os momentos, sempre me ajudando e orientando, mesmo quando me sujeito a falhas, Ele insiste em seu amor incondicional e me acolhe com toda expressão de cuidados.

À família

Meus irmãos e minha tia Claudete Vieira Neto, os quais tenho absoluta certeza que sentem muito orgulho de minha pessoa e demonstram o amor fraterno sem medidas.

À Orientadora da Tese

Professora Doutora Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, que me acolheu com muito profissionalismo e com gestos de sensibilidade e humanidade. Professora, não tenho palavras para agradecer por tudo que fizestes por mim! Aprendi lições e experiências que levarei por toda a vida! Te amo muito!

Aos amigos

São muitos! Mas em nome do Lucas Martins, Gileno Silva, Edney Veiga e Kesio Odione, quero representar todos os amigos que torceram pela minha vitória! Esses quatro, em especial, ficaram ao meu lado ajudando e me dando forças. São gestos que nunca esquecerei! Amo todos vocês!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação

Pela acolhida e pela oportunidade de ter desenvolvido parte significativa de minha trajetória acadêmica: Mestrado e Doutorado.

Aos Professores do curso de Doutorado

Pelo compartilhamento do conhecimento e pelas orientações concedidas. Pessoas às quais devo todo meu respeito e admiração.

Aos colegas do curso de Doutorado, em especial

À Jacy Alice Soledade, por estar sempre comigo ajudando nos momentos desafiadores, doando atenção e carinho sem medidas.
À Thayane, Ênio, Isabel e Rita - por todo afeto compartilhado comigo. Num dos momentos mais difíceis da minha vida, estenderam as mãos e me deram apoio e atenção para que eu prosseguisse firme e forte na vida e nos estudos.

À Banca Examinadora

Da Qualificação, Professora Doutora Rosa Brito, Professora Doutora Marinez e Professor Doutor Cláudio Victória – pelas orientações concedidas que foram imprescindíveis e que esclareceram os caminhos trilhados na construção da tese.

Da Defesa Pública da Tese, Professora Doutora Iolete Silva, que sempre acreditou no meu potencial. Exemplo de mulher! Exemplo de ser humano!

Professora Doutora Iraildes Caldas Torres, por ter aceito o convite e pelas contribuições concedidas ao aprimoramento da tese.

Professora Doutora Célia Aparecida Bettiol, uma grande lutadora e defensora das questões indígenas. Obrigado pelo convite aceito e por trazer significativas contribuições à tese.

Professor Doutor Mauro Gomes da Costa, por prestigiar esse momento ápice da minha vida, dando as devidas contribuições às melhorias da tese.

À CAPES

Pela concessão da bolsa de estudos que auxiliaram nas despesas acadêmicas e nos custos das idas e vindas de minha residência até a aldeia São Félix, local onde a pesquisa foi realizada.

À FAPPEAM

Pela concessão da bolsa de estudos que auxiliaram na pesquisa desenvolvida.

Em especial

Ao Professor José Augusto de Melo Neto, meu amigo e colega de Doutorado, enquanto Gestor da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDEC/AM), me deu total apoio aos meus estudos. Agradeço também a amizade que se fortaleceu nesses 4 anos.

À Professora Socorro Barros, enquanto gestora do Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM-SEDEC/AM) no ano de 2016, também me deu o apoio necessário para que eu realizasse meus estudos no curso de Doutorado.

À Professora Augusta Ximenes, uma grande amiga-irmã que tenho a honra em compartilhar saberes e experiências. Agradeço todo apoio a mim dedicado e só tenho muita gratidão e afeto pela sua pessoa.

Aos colegas do Centro de Mídias de Educação do Amazonas: Professores Ministrantes e Assessores Pedagógicos, dos quais cito: Gaby Rocha, Carolina Oliveira, Christiane Mello, Cláudia Nascimento e Lucimar Jacinto. Vocês representam cada pedaço que formatam meu cotidiano e dão todo sentido ao legado profissional que tenho desenvolvido.

Com carinho, agradeço:

Ao povo Mura de Autazes-AM, obrigado pela permissão em pesquisar tanto no Mestrado quanto no Doutorado elementos que dialogam intimamente com a organização da vida em comunidade. Vocês representam minha maior conquista!

À Professora Doutora Arminda Mourão, sem dúvidas foi aquela que me acolheu como mãe, conselheira, orientadora. Me deu apoio financeiro quando ainda sonhava em fazer o curso de Graduação e sempre acreditou em mim. Lhe devo essa conquista!

À Professora Doutora Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro, lembro-me quando ela me dizia: - Um dia você vai ser um Doutor! Eu nunca imaginei que suas palavras iriam de fato se concretizar. Também me acolheu como mãe e me deu total apoio em todos os momentos que precisei. Também lhe devo essa conquista!

À Professora Doutora Rosa Helena Dias da Silva, grande referência como militante e na defesa das causas indígenas brasileiras e amazônicas. Considerada pelos Mura, a madrinha desse povo. Professora, no desenvolvimento da pesquisa pude constatar o quanto esse povo lhe respeita, admira e tem apreço por sua pessoa. Agradeço, particularmente, sua sensibilidade em me dar total apoio e foi a primeira pessoa que me disse para abraçar este caminho de pesquisa, acreditando em mim. Com tudo aquilo que as palavras não alcançam, obrigado Doutora Rosinha!

À minha amiga e irmã de alma Risonilde Clementino, não tenho palavras que expressem o quanto essa pessoa se doou por mim. Em todos os momentos me deu apoio, me ajudou, me incentivou, me acolheu. Também numa das fases cruciais que experienciei, ela esteve lá acalentando meu coração. Gratidão, amiga!

À Joyce Camila, não poderia deixar de citá-la: na véspera do processo seletivo do Doutorado, quase desisti, duvidando de minha capacidade em face de grandes nomes que concorriam às vagas. Ela me disse: Não desista! Mesmo que você não consiga, vai ser uma experiência para você voltar mais fortalecido! As palavras dessa amiga me incentivaram a fazer a inscrição e hoje, estou tendo a oportunidade de me tornar Doutor em Educação.

Ao Felipe dos Santos Silva, um grande Príncipe com alma de Rei! Obrigado por todo amor, carinho e afeto que você me deu. Nunca na vida tinha me sentido tão especial! Você possibilitou que sonhos se concretizassem, me apresentou a felicidade, me colocou no colo, me deu paz e me fez muito feliz! Sua amizade não tem preço! Todos os tesouros juntos não medem o quanto você é valioso! Obrigado!

Por tudo isso que expressei com as palavras vindas do coração, meu muito obrigado!

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar, porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (FREIRE, 2014, p. 110-111).

RESUMO

O processo de organização, constituição e implementação da educação escolar Mura e seu currículo é recente, iniciado por volta do fim dos anos 90 do século passado, momento marcado pelo auge de movimentos sociais e encontros entre diversos grupos étnicos das regiões do país que reivindicavam a efetivação dos escritos em documentos oficiais referente à estruturação da educação escolar destinada aos povos indígenas brasileiros. Com intuito de conhecer as ocorrências das práticas pedagógicas curriculares desenvolvidas pelos Mura, a pesquisa objetivou analisar o currículo da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina e suas possíveis interrelações com a cultura do povo Mura que habita na aldeia São Félix, Autazes-AM. A investigação se fundamentou no método hermenêutico-dialético, uma vez que procuramos interpretar os verdadeiros significados dos fenômenos revelados no percurso da pesquisa. Tal prática permitiu a interpretação dos dados produzidos visando à compreensão da totalidade dos fatos apresentados, a qual se deu por meio de um movimento analítico constituído dialeticamente. Os procedimentos metodológicos adotados foram operacionalizados através da revisão de literatura, leitura e reflexão de referenciais que abordam a temática estudada; entrevista com elementos significativos e importantes para aquisição de informações sobre a cultura e produção do currículo escolar Mura; análise dos “Planejamentos Grandes” de 2018 e 2019 e do Projeto Político-Pedagógico Mura; organização e análise dos dados produzidos. Os resultados indicaram que o currículo que orienta o fazer pedagógico da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina assegura as propostas oficiais educacionais destinadas aos povos indígenas brasileiros e converte-se num projeto que possibilita melhorias ao processo educativo e na vida do povo Mura que habita São Félix e dos residentes das aldeias vizinhas que possuem alunos matriculados nessa escola. Embora seja recente, o currículo produzido na Escola Mura tem conseguido desempenhar um papel significativo, pois procura atender as reais necessidades, anseios e expectativas da população Mura, culminando no fortalecimento da identidade e cultura desse povo.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Cultura Mura. Escola de São Félix. Currículo Mura. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The process of organizing, constituting and implementing Mura school education and its curriculum is recent, started around the end of the 90s of the last century, a moment marked by the peak of social movements and meetings among different ethnic groups in the regions of the country that claimed the implementation of the writings in official documents regarding the structuration of school education for Brazilian indigenous peoples. In order to know the occurrences of curricular pedagogical practices developed by Mura peoples, the research aimed to analyze the curriculum of the Dr. Jacobina Indigenous local School and its possible interrelationships with the culture of the Mura people who live in the village São Félix, Autazes-AM. The investigation was based on the hermeneutic-dialectic method, since we seek to interpret the true meanings of the phenomena revealed in the course of the research. Such practice allowed the interpretation of the data produced in order to comprehend the totality of the facts presented, which occurred through an analytical movement constituted dialectically. The methodological procedures adopted were operationalized through the literature review, reading and reflection of references that address the studied theme; interview with significant and important elements to acquire information about the culture and production of the Mura school curriculum; analysis of the “Large Plans” of 2018 and 2019 and the Mura Political-Pedagogical Project; organization and analysis of data produced. The results indicated that the curriculum that guides the pedagogical work of the Dr. Jacobina Indigenous local School ensures the official educational proposals aimed at Brazilian indigenous peoples and becomes a project that allows improvements to the educational process and also on the life of the Mura people who live in São Félix and residents of neighboring villages which have students enrolled in that school. Although recent, the curriculum produced at Mura school has reached a significant role, since it seeks to meet the real needs, desires and expectations of the Mura peoples, culminating in strengthening the identity and culture of these people.

Keywords: Indigenous School Education. Mura culture. São Félix School. Mura Curriculum. Pedagogical practices.

RESUMEN

El proceso de organización, constitución e implementación de la educación escolar de Mura y su plan de estudios es reciente, comenzó a fines de los años 90 del siglo pasado, un momento marcado por el auge de los movimientos sociales y las reuniones entre diferentes grupos étnicos en las regiones del país que reclamaron el Realización de los escritos en documentos oficiales sobre la estructuración de la educación escolar para los pueblos indígenas brasileños. Para conocer las ocurrencias de las prácticas pedagógicas curriculares desarrolladas por los Mura, la investigación tuvo como objetivo analizar el plan de estudios de la Escuela Municipal Indígena Dr. Jacobina y sus posibles interrelaciones con la cultura de las personas Mura que viven en el pueblo de São Félix, Autazes-AM. La investigación se basó en el método hermenéutico-dialéctico, ya que buscamos interpretar los verdaderos significados de los fenómenos revelados en el curso de la investigación. Dicha práctica permitió la interpretación de los datos producidos para comprender la totalidad de los hechos presentados, que tuvo lugar a través de un movimiento analítico constituido dialécticamente. Los procedimientos metodológicos adoptados se hicieron operativos a través de la revisión de literatura, lectura y reflexión de referencias que abordan el tema estudiado; entrevista con elementos significativos e importantes para adquirir información sobre la cultura y la producción del plan de estudios de la escuela Mura; análisis de la "Gran Planificación" de 2018 y 2019 y el Proyecto Político-Pedagógico Mura; Organización y análisis de los datos producidos. Los resultados indicaron que el plan de estudios que guía el trabajo pedagógico de la Escuela Municipal Indígena Dr. Jacobina garantiza las propuestas educativas oficiales dirigidas a los pueblos indígenas brasileños y se convierte en un proyecto que permite mejoras en el proceso educativo y en la vida de las personas Mura que viven en São Félix y residentes de aldeas vecinas que tienen estudiantes matriculados en esa escuela. Aunque reciente, el plan de estudios producido en Escola Mura ha logrado desempeñar un papel importante, ya que busca satisfacer las necesidades, deseos y expectativas reales de la población de Mura, que culminó en el fortalecimiento de la identidad y la cultura de estas personas.

Palabras clave: Educación escolar indígena. Cultura Mura. Colegio São Félix. Currículum de Mura. Prácticas pedagógicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município de Autazes-AM	22
Figura 2 – Coleta do babaçu	25
Figura 3 – Plantio da mandioca	25
Figura 4 – Imagem horizontal da escola	29
Figura 5 – Pequeno comércio em São Félix	89
Figura 6 – Pequeno comércio em São Félix	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONEEI – Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena

COPIAM – Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia Brasileira

COPIAR – Comissão de Professores Indígenas dos Estados do Amazonas, Roraima e Acre

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

FACED – Faculdade de Educação

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GEEI / SEDUC-AM – Gerência de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

OPIM – Organização dos Professores Indígenas Mura

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPP-MURA – Projeto Político-Pedagógico Mura

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

RCNs – Referenciais Curriculares Nacionais

SEDUC-AM – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas

SEMEC-AUTAZES/AM – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Autazes-Am

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DAS AÇÕES CURRICULARES	20
1.1 Aldeia São Félix	20
1.2 Breve histórico da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina	27
1.3 Marcos legais e efetivação da educação escolar Mura	34
2 A PRODUÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA E ARTICULAÇÃO COM OS ANSEIOS DO POVO	57
2.1 Cultura e articulação com o currículo Mura	57
2.2 Currículo escolar e articulação com o currículo Mura	64
2.3 Identidade / diferença e articulação com o currículo Mura	69
2.4 Produção curricular à luz do “Planejamento Grande”	74
2.5 Desafios e superações na educação escolar Mura	91
2.5.1 Avanços	91
2.5.2 Recuos	93
2.5.3 Facilidades	97
2.5.4 Dificuldades	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	115
ANEXO	127

INTRODUÇÃO

Após a chegada dos colonizadores no Brasil e de seu contato com os indígenas, a cultura e a identidade desses últimos sofreram impactos significativos. Isso se deu devido ao processo de catequização, escravatura e desculturação dos povos indígenas em face da apropriação da cultura ocidental, imposta pelos colonizadores. Daí em diante, a luta desses povos pela manutenção de suas culturas e fortalecimento da identidade tem sido constante, haja vista que vivem e convivem em meio à sociedade envolvente, o que dificulta sua preservação cultural e identitária.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a educação escolar indígena tem sido um viés para diversas conquistas desses povos, mais precisamente a Escola, outrora vista como palco de desapropriação da cultura e identidade (mais fortemente no período Brasil-colônia), tem se convertido num espaço que fomenta práticas educativas diferenciadas, o que culmina na transformação da proposta “escola para índios” para “escola de índios” (MELIÀ, 1979).

No cenário educacional amazônico, encontram-se presentes onze escolas Mura em Autazes-Am, frutos de um processo de militância dos professores indígenas e pesquisadores indigenistas que abraçaram a causa. Essa luta propiciou a elaboração de projetos de formação para professores Mura, dentre os quais, destaca-se o curso de nível superior ofertado exclusivamente aos docentes Mura do município supracitado. Assim, a preparação desses educadores permitiu que os mesmos assumissem a coordenação de suas escolas (anteriormente coordenadas por indicações políticas), bem como a elaboração curricular escolar Mura, objetivando construir uma escola própria com ênfase na interculturalidade, visando ao fortalecimento da identidade e cultura do povo.

Em dias atuais, os Mura de Autazes/AM, vivem/convivem com dificuldades distintas que adentram ao território das aldeias e atuam no cotidiano das pessoas que ali residem. Problemas como doenças diversas e drogas lícitas e ilícitas têm ocorrido nas aldeias devido ao resultado das relações que se dão entre os próprios moradores dos locais e a sociedade não indígena.

Firmada nos preceitos da Constituição Federal de 1988, que instituem a criação da escola indígena própria, a Organização dos Professores Indígenas Mura de Autazes-AM (OPIM), em 2003, juntamente com a participação efetiva de lideranças Mura das onze aldeias e mais um grupo de orientadores pedagógicos da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Estado do Amazonas (SEDUC-AM), elaboraram e implementaram,

nas escolas Mura do município, o Projeto Político Pedagógico Mura (PPP-Mura), com o intuito de fortalecer a educação escolar indígena Mura. A elaboração do projeto visava a uma educação escolar específica e diferenciada da escola convencional, garantindo a valorização e o fortalecimento da cultura e identidade Mura.

Ao nos debruçar sobre a leitura do PPP das escolas Mura, foi possível constatar na proposta que as aulas deveriam ocorrer articuladas aos elementos da cultura do povo Mura de Autazes-AM. Um dos objetivos dessa articulação é trabalhar com categorias temáticas que dialoguem com os problemas enfrentados nas aldeias, visando minimizá-los ou até mesmo extingui-los. Foi a partir dessa perspectiva que me despertou a inquietação em investigar sobre o processo da constituição curricular implementada na escola Municipal Indígena Dr. Jacobina, e como esse processo se articula com a vida e cultura do povo Mura.

Mediante as experiências vivenciadas junto ao povo Mura, a investigação buscou pesquisar a hipótese de que o currículo Mura é construído a partir de problemas identificados e também com aquilo que está dando certo na aldeia. Nessa perspectiva, o currículo escolar produzido é articulado aos conteúdos elementares dos componentes curriculares, elaborando eixos geradores para serem trabalhados nas práticas educativas escolares. Neste sentido, entendemos como argumento de tese, que o currículo da escola Mura é um instrumento que promove a cidadania desse povo, pois assegura as propostas formais educativas num projeto que possibilita melhorias no processo educativo e na vida dos habitantes de São Félix-Autazes/AM e das aldeias vizinhas que possuem alunos matriculados na escola.

De acordo com o posicionamento acima, inferimos que os modos como são implementadas as práticas pedagógicas dos professores Mura seguem os critérios adotados na legislação vigente que trata sobre a constituição e organização da Escola Indígena brasileira, resultando na produção curricular da escola Mura que valoriza a identidade e cultura desse povo. Nesse contexto, a pesquisa visou trazer respostas à seguinte questão norteadora: Quais as possíveis interrelações entre o currículo da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina e os elementos culturais do povo Mura habitantes da aldeia São Félix-Autazes/AM?

Desse modo, a investigação buscou analisar o currículo da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina e suas possíveis interrelações com a cultura do povo Mura que habita na aldeia São Félix, Autazes-AM, verificando como são articulados os princípios e fundamentos das ações curriculares dessa escola quanto à valorização e fortalecimento da cultura e identidade do povo Mura e identificando avanços, recuos, facilidades e dificuldades na implementação da educação escolar Mura no local.

O desenvolvimento desta pesquisa encontrou-se fundamentado na pesquisa qualitativa e procurou seguir as orientações previstas no método hermenêutico-dialético (MINAYO, 1992). Isso porque compreendemos que, para conhecer e analisar determinado fenômeno é necessário descrever seus verdadeiros significados. Nessa contextualização, se fez necessário conhecer os princípios, elementos basilares e os procedimentos para a prática do processo de organização e interpretação dos dados produzidos. Tal prática permitiu as explicações daquilo que se descreveu (das palavras, das leis, dos textos, dos signos, da cultura e de outras formas inerentes ao processo interativo do homem), visando à compreensão da totalidade dos fatos apresentados na pesquisa, a qual se deu por meio de um movimento analítico constituído dialeticamente.

O estudo foi realizado através da investigação documental e empírica, seguindo os critérios adotados pelas normas do Comitê de Ética CEP/UFAM, firmados na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que rege os preceitos éticos que envolvem serem humanos. Foi nesse caminho que abordamos e discutimos os dados produzidos na investigação, o que permitiu desenvolver as análises dinâmicas feitas e a apresentação dos resultados face à questão-central enunciada.

A investigação foi realizada na aldeia São Félix, localizada no município de Autazes-AM. Os sujeitos coletivos da pesquisa foram as lideranças da aldeia, os moradores do local, o gerente da Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Estado do Amazonas (GEEI-AM), o Presidente da Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), o coordenador do Setor de Educação Escolar Indígena Mura, os(as) professores(as) da escola de São Félix, o gestor e a equipe técnica que trabalha na Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina, através de entrevistas organizadas e procedidas.

A pesquisa foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos: *a) Revisão de literatura e leitura de referenciais que abordam o tema em pauta* - isso foi necessário na busca de respostas às questões norteadoras, auxiliando o pesquisador em conhecer quais os métodos utilizados em investigações similares e averiguar o mais adequado para ser aplicado. Contribuiu ainda na busca de uma problematização de pesquisa a partir de referenciais publicados, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas. A leitura dos referenciais ocorreu desde o início até a conclusão da investigação; *b) Entrevistas com elementos significativos e importantes para aquisição de conhecimento da organização cultural e da educação escolar Mura* - o objetivo foi conhecer as pessoas que habitam o lugar e o cotidiano de São Félix-Autazes/AM e seus fenômenos, o que possibilitou averiguar se as narrativas do povo se articulam com a proposta curricular da Escola Municipal Indígena Dr.

Jacobina, além de proporcionar a compreensão da representação simbólica da escola para os moradores da aldeia. Ademais, propiciou identificar os pontos fortes e frágeis e os desafios enfrentados. As entrevistas semi-estruturadas foram executadas de maneira que não feriram nem infringiram as normas éticas do Comitê de Ética-CEP/UFAM, respeitando cada indivíduo que foi entrevistado e garantindo o sigilo e anonimato do informante, firmados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nesse contexto, faz-se importante observar que, os participantes da pesquisa conheceram previamente os escritos do TCLE, objeto imprescindível para que a investigação fosse realizada. Trata-se de um documento que informa e esclarece ao sujeito da pesquisa o objetivo da investigação e a importância e relevância de sua participação, de maneira que ele(a) possa tomar sua decisão de forma consciente sobre sua colaboração na pesquisa. Também é uma proteção legal e moral do pesquisador e do pesquisado, visto que ambos assumem responsabilidades; *c) Análise de documentos* – os documentos analisados tiveram o objetivo de verificar suas relações com as práticas pedagógicas dos professores Mura na Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina; *d) Organização e análise dos dados* – é importante observar que ao concluirmos as entrevistas e a leitura dos documentos, procedemos à produção textual da tese e à organização e análise dos dados da pesquisa. Para isso, inicialmente, retornamos aos objetivos e à questão norteadora da pesquisa, realizamos diversas leituras das informações recolhidas através da produção de dados, buscando identificar relações com a investigação e temas que nos permitiram organizar as respostas, com o intuito de responder à questão central da investigação. Foi nessa linha de raciocínio que realizamos a interpretação dos dados e foi nesse caminho e percurso metodológico que nos debruçamos ao alcance do que foi proposto nesta pesquisa.

A estrutura do texto se compõe com este momento introdutório que apresenta o problema de estudo, os objetivos, a questão norteadora, os procedimentos metodológicos, a estrutura e a relevância social do estudo. Em seguida foram desenvolvidas duas seções, as quais procuraram atender os objetivos da pesquisa.

Na primeira seção é apresentada o cenário investigado, seguido por uma súmula histórica da escola de São Félix e dos fundamentos legais que sustentam a organização e o funcionamento da educação escolar indígena brasileira fazendo elo com a realidade educacional do povo Mura do local e das três aldeias vizinhas que a escola possui alunos matriculados.

Quanto à segunda seção, esta apresenta os modos operantes da produção curricular desenvolvida pela escola de São Félix, detalhando as ocorrências da articulação realizada

entre o currículo e os anseios e expectativas do povo Mura. Também são identificados e analisados avanços, recuos, dificuldades e facilidades no processo de implementação da educação escolar Mura no local. As ocorrências identificadas nas falas dos sujeitos permitiram tecer análises qualitativas que revelaram aquilo que está dando certo na escola própria e aquilo que precisa ser melhorado.

Por fim, são tecidas as considerações finais que fazem uma síntese do estudo desenvolvido, apresentando algumas recomendações e sugestões ao fortalecimento da educação escolar indígena brasileira, em especial, do povo Mura de Autazes-AM.

Consideramos que a pesquisa desenvolvida traz contribuições significativas ao arcabouço da cientificidade, particularmente aos estudos que abordam sobre educação escolar indígena brasileira e amazônica e ainda, principalmente para o povo Mura do município de Autazes-AM, o qual tem a oportunidade de se apropriar das análises feitas e fazer uma avaliação a partir do estudo desenvolvido, auxiliando-o na compreensão de sua relevância enquanto grupo étnico diferenciado que, mesmo vivenciando inúmeros desafios, está conseguindo implementar um processo educacional escolar de acordo com seus interesses e organização sociocultural. A tese também poderá se revelar como instrumento que expressa uma contextualização acerca do currículo Mura, apresentando aquilo que está dando certo, bem como os problemas enfrentados, ajudando esse povo na organização das práticas curriculares implementadas na Educação Escolar Mura.

Ficou evidenciado na investigação que o povo Mura de Autazes é referência para muitos grupos étnicos, enquanto pessoas que lutaram e sempre aspiraram por um mundo melhor e mais justo, pela igualdade de direitos e pela transformação da escola num *lócus* que projeta e vincula formas de viver/conviver, fortalecendo a cultura e a identidade étnica.

Nesse contexto, o estudo recebe um caráter de relevância social, acadêmica e científica, pois oferece aos seus leitores e pesquisadores informações que podem contribuir de modo significativo para outras investigações e ainda despertar no poder público a sensibilidade às questões educacionais que regem o tratamento diferenciado e comprometido com a causa indígena, em especial, com a educação escolar indígena brasileira e no contexto amazônico.

1 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DAS AÇÕES CURRICULARES

Esta seção apresenta o cenário da pesquisa - aldeia e escola - contextualizados num breve relato histórico e situacional, seguidos da exposição referente aos princípios e fundamentos que articulam as ações curriculares da escola de São Félix e que tratam particularmente sobre alguns marcos legais, os quais consideramos como parâmetros na projeção e efetivação da escola indígena.

Tais fundamentos referem-se à alguns escritos dos seguintes documentos oficiais: Constituição Federal de 1988, Lei 9.394/1996 (LDBEN-1996), Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), Resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Resolução nº 5 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Parecer nº 13/2012 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação (CNE).

1.1 Aldeia São Félix

A Amazônia brasileira é um lugar onde vive uma diversidade grandiosa de seres vivos. Prestigiada de forma enaltecida por riquezas naturais, a fauna amazônica é uma das mais ricas do planeta. Nela concentram-se répteis, anfíbios, mamíferos, aves, insetos e peixes, os quais em harmonia convivem e utilizam os mais diversificados recursos que a floresta amazônica oferece.

A flora da Amazônia brasileira é constituída por um cenário de milhares de espécies de plantas que servem como fontes medicinais, alimentícias e de comercialização, como as que produzem madeiras. É nesse espaço territorial que se concentra a maior reserva de madeira do mundo.

A maior bacia hidrográfica do planeta também se localiza na floresta amazônica, pois 80% da água doce do mundo ficam nessa região, onde o rio Amazonas, possuidor de mais de mil afluentes, é visto como o maior e principal da Amazônia.

Segundo registros da Fundação Nacional do Índio do Amazonas / FUNAI-AM, na Amazônia brasileira há uma estimativa que vivem aproximadamente 460.000 (quatrocentos e sessenta mil) indígenas, organizados em 225 (duzentos e vinte e cinco) sociedades. No entanto, desde o período Brasil-colônia, após o contato com o homem ocidental, os povos

indígenas têm sofrido grandes transformações em suas culturas e identidades e também em seus espaços territoriais.

Essa condição ocorreu com o povo Mura, protagonista deste estudo, os quais, de modo opressor, sofreram os mais cruéis massacres pelo homem “branco”¹, afetando diretamente a existência de sua população e seus costumes culturais. Porém, esse povo adotou estratégias na militância por sua existência e afirmação cultural.

Segundo Fernandes (2009), os Mura têm existência registrada desde 1714. Desde então tiveram uma relação difícil com os colonizadores da época, em especial a Igreja e a Coroa portuguesa, o que resultou em violentas mortes, abrangendo um número significativo da população, principalmente no período da Guerra da Cabanagem (1835-1840).

O Estado do Amazonas² localiza-se na Amazônia brasileira e ocupa uma área de 1.577.820,2 km². É o maior Estado brasileiro, abrangendo um total de 18% da superfície do Brasil³. Possui uma baixa densidade demográfica, com um quantitativo de 1,4 habitantes por km². Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE (2018), a população estimada do Estado é de 4.080.611 habitantes, entre os quais, 71,4% concentram-se nas áreas urbanas⁴ e 28% na área rural. Pode-se observar que a floresta do Amazonas ainda é muito preservada, pois o número reduzido de habitantes que ocupa o Estado é bem inferior comparado com os Estados da região sudeste e sul do país.

Próximo à capital Manaus-AM, aproximadamente a 108 Km, localiza-se o município de Autazes-AM. Segundo o IBGE (2018), a população estimada do município é de 38.830 (trinta e oito mil, oitocentos e trinta) habitantes e com esse total, passa a ser o décimo sexto município mais populoso do Amazonas.

Desse total de habitantes, de acordo com o levantamento realizado junto ao Polo Base de Saúde da aldeia Pantaleão, localizado na sede do município, cerca de 8.487 (oito mil, quatrocentos e oitenta e sete) são reconhecidos como indígenas Mura e estes organizam-se

¹ O termo “branco” significa uma expressão utilizada pelos povos indígenas para diferenciá-los do homem não indígena.

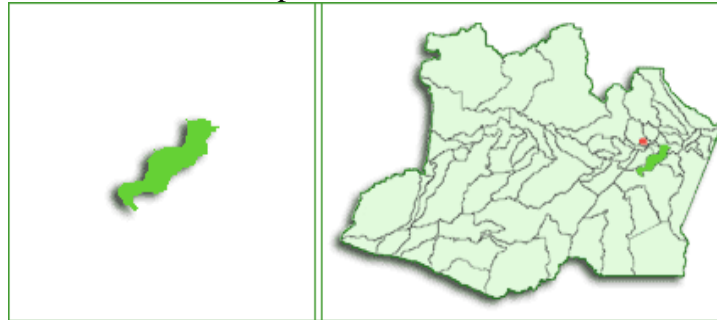
² O nome Amazonas é indígena de origem da palavra “amassunu”, que significa “ruído de águas, água que retumba”. Ele foi batizado pelo espanhol Francisco Orellana, no ano de 1541, que fez homenagem e referência ao rio que banha o Estado. Orellana, ao descer o rio Amazonas, encontrou uma aldeia habitada por indígenas guerreiras, com as quais lutou. Ele as associou às Amazonas do Termodonte, por isso deu-lhes o mesmo nome.

³ Informações disponíveis em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Amazonas>. Acesso em 23/02/2019.

⁴ Na capital Manaus-AM, concentra-se a maior população do Amazonas, com população estimada em 2.100.000 habitantes (IBGE, 2018).

distribuídos em 24 (vinte e quatro) aldeias⁵. No entanto, de acordo com o atual Tuxaua da aldeia São Félix, a população Mura é de aproximadamente 12.000 (doze mil) indígenas.

Figura 1
Município de Autazes-AM



Fonte: https://www.manausonline.com/images/mapa_autazes.gif

É no município de Autazes-AM que se situa a aldeia São Félix que foi demarcada e homologada em 1991, pelo Decreto 295 do Ministério da Justiça, na época do então Presidente Fernando Collor de Melo.

Ela encontra-se localizada próxima à estrada AM-254 que liga a capital amazonense à sede do município. É banhada pelo Paraná Autaz-Açu, e distancia-se da sede municipal cerca de 8 km (oito quilômetros). Sua área é de 251,0510ha (duzentos e cinquenta e um hectares, cinco ares, dez centiares) e perímetro de 6.927,67m (seis mil, novecentos e vinte e sete metros e sessenta e sete centímetros) (VALLE NETO, 2013, p. 66).

Nesse contexto, é importante registrar o conceito elaborado por Thomé e Mendonça (2018, s/p.) referente ao significado de aldeia, o qual, para essas autoras, define-se ser um povoado, com características comumente rurais e pouco habitado, que pode ter autonomia e economia de subsistência, sem submeter às regras de cunho capital. Por outro lado, as autoras observam que, em Portugal é muito comum chamar vilas de aldeias; no Brasil, o termo está intimamente relacionado às comunidades indígenas. Elas expressam ainda a síntese referente ao “como” as pessoas vivem numa aldeia:

[...] Numa aldeia não há exclusão, há o **respeito ao diferente**. Até porque todos somos diferentes, não há grupos homogêneos que se sintam diferentes dos demais. Muito menos hierarquia. As diferentes tarefas são igualmente importantes, todos são importantes. Consequentemente, as crianças participam igualmente, dentro de seu universo, não são menos nem mais importantes (s/p.). (Disponível em

⁵ As aldeias Mura de Autazes-AM são as seguintes: Pantaleão, Urucurituba, Muratuba, Igarapé Açu, Kapivara, Trancheira, São Pedro, Padre, Natal, São Félix, Cuia, Moiray, Guapenú, Ponta das Pedras, Jauary, Paracuuba, Soares, Ferro Quente, Miguel, Josefa, Terra Preta, Sampaio, Tukuxi, Paurú.

<http://conexaoplaneta.com.br/blog/como-conceber-o-conceito-de-aldeia-em-cidades-tao-complexas/> Acesso em 27.10.2019).

Valle Neto (2013) ao pesquisar sobre a história da aldeia São Félix descobriu que foi no ano de “[...] 1985 que foi delimitada, no entanto, somente em 1991 que foi demarcada, homologada e registrada, passando a ser juridicamente reconhecida como Terra Indígena São Félix” (SILVA et. al., 2008, p. 280).

De acordo com um dos ex-Tuxauas mais recentes da aldeia (MORADOR-1), o povoamento na aldeia São Félix faz e sempre fez parte do território Mura. Porém, segundo ele, devido algumas situações ocorridas na época da Cabanagem, o povo fugiu do local com medo de serem mortos e, diante dessa situação, por um tempo essa terra foi habitada por não-indígenas. Apontou ainda que, por meio de estudos antropológicos, foi identificado que São Félix é um território que pertence ao povo. A partir dessa identificação, a FUNAI retomou a terra e formou a aldeia São Félix e “[...] nos entregou de volta o que era nosso”. Ele acrescentou:

O período da Cabanagem foi um massacre para o nosso povo. Houve muitas perdas culturais e até a nossa língua. Até hoje não sabemos qual era a nossa língua materna. Esse período provocou danos irreparáveis para o nosso povo. Quando passou esse período, a FUNAI através de estudos foi demarcando alguns territórios, inclusive este que é nossa aldeia. Foi a partir daí que encorajou os Mura a retornarem para seus lugares de origem, aos seus territórios verdadeiros. Porém quando eles retornaram pra cá já voltaram sem muitos costumes e sem a língua original.

A fala do ex-Tuxaua revela um sentimento que mistura perdas e conquistas. Isso porque, segundo ele, a Cabanagem foi um período cruel para o povo Mura, pois provocou aos indígenas que fugissem de suas aldeias, inclusive de São Félix, para os centros urbanos, com o intuito de resguardar as próprias vidas. Somente após a FUNAI identificar através de estudos que a terra era dos Mura, que esse quadro pode ser revestido.

Moreira Neto (1989) confirma a fala do ex-Tuxaua ao destacar o ponto crucial dos conflitos existente entre os Mura e a sociedade envolvente, que foi a participação desse povo na Cabanagem, ao lado dos rebeldes. O autor observa que “[...] provavelmente, nenhum dos grandes grupos indígenas da Amazônia pagou preço maior do que os Mura ao esforço contínuo de dizimá-los e de expulsá-los de suas praias e lagos tradicionais” (p. 110).

Esse distanciamento do lugar de origem provocou perdas irreparáveis, como a eliminação do idioma Mura. Porém, com o apoio da FUNAI, o povo Mura retomou seus espaços territoriais e passou a viver e a ressignificar suas práticas culturais pautadas no bem comum e na coletividade.

Uma das moradoras mais antigas de São Félix (MORADORA-2), afirmou que em 1945, ano em que ela chegou para habitar no local, já existiam algumas poucas famílias que moravam na região. São elas: Amélia Marques, Garcia Mendes Dias, Cândido Fernandes e Acendino Marques. A moradora-2 afirmou ainda que essas famílias vieram da aldeia do Iguapenú (localizada no município de Autazes-Am) e da Região do Baixo Madeira, como do município de Humaitá-AM.

O morador mais antigo da aldeia e que também foi Tuxaua do local por cerca de 20 (vinte) anos (MORADOR-3, 86 anos) afirmou que, antigamente, o local era chamada de Posto Barbosa Rodrigues como homenagem ao então chefe do SPI da época. Nesse período eram poucos os moradores, cerca de cinco. Com o passar dos tempos outras pessoas foram chegando e o chefe também era outro, o Dr. Tubal. Com a administração de outro chefe, chamado Jair de Menezes Tupinambá, foi que a aldeia se chamou São Félix.

Enfatizamos que o SPI mencionado pelo Morador 3, refere-se ao Serviço de Proteção ao Índio, um dos marcos vivenciados pelos povos indígenas do Brasil (1910-1967). Essa frente de trabalho organizado pelo governo federal objetivou ampliar o quantitativo de escolas para as crianças indígenas com a finalidade de desenvolver um processo educacional etnocêntrico e assimilacionista, conforme aponta Luciano (2011, p. 90):

[...] Com o SPI, mesmo considerando algumas mudanças na forma da condução das políticas relacionadas aos índios, observa-se também continuidade principalmente no que tange à atuação de missões religiosas no campo da educação escolar, por meio de acordos firmados com a entidade indigenista. Além disso, o ideário positivista que predominava entre as elites que governavam o país nesta época elevou ao máximo a concepção racista do índio incapaz, sujo, desordeiro, empecilho do progresso e da modernização.

As observações realizadas no entorno da aldeia São Félix permitiram registrar que o local é contemplado por uma biodiversidade riquíssima. Os moradores cultivam a agricultura familiar, como plantações de mandioca, macaxeira, babaçu e frutas regionais diversas.

Figura 2
Coleta do babaçu



Fonte: Fotografias feitas pelo pesquisador.

Figura 3
Plantio da mandioca



Os Mura que habitam a aldeia também possuem uma criação de bovinos com cerca de 200 (duzentas) cabeças de gado. Nas festas realizadas pela comunidade, os moradores costumam abater alguns bovinos e dividem a carne entre si. Segundo o Morador 3, esse gado foi herança desde a época que a FUNAI era responsável direta pela aldeia. Desde então a aldeia vem cuidando e mantendo o gado no local. Nos dias de festas, eles abatem alguns animais e fazem churrascos e outras comidas com a carne. Também dividem a carne com todo povo que reside na comunidade. Em seu entendimento, “[...] o gado também é uma forma de sustento para nosso povo”.

A fala do ancião revela o senso de compartilhamento, o espírito de coletividade e de comunidade que existe entre o povo Mura que habita São Félix. Nesse sentido, Silva e Freitas (2014, p. 2) inferem sobre os modos de vida como muitos povos indígenas vivem/convivem, destacando a união existente entre eles desde os tempos que ainda não tinham tido contato com o homem ocidental: “Antes da chegada do colonizador europeu os povos autóctones educavam-se em comunhão mediatizados pelo meio social em que viviam. É nosso entendimento que essa prática educativa subsiste, ainda hoje, em muitas comunidades indígenas”.

Além dos produtos de autossustentação apontados, pudemos constatar durante a pesquisa que os Mura da aldeia sobrevivem das práticas da agricultura, cultivando plantio da batata doce, cará, macaxeira, milho, feijão, melancia, laranja e mandioca. Também sobrevivem da pesca, da caça, além de pequenos comércios. Em São Félix também são produzidos a farinha, a tapioca, a goma, o pé-de-moleque amazonense, o tucupi. De acordo com Valle Neto (2013, p. 66): “Alguns dos moradores são aposentados, outros recebem bolsa família. Alguns trabalham nas fazendas agropecuárias de alguns fazendeiros da região. Outros criam carneiros, galinhas, patos, dentre outros”.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas / RCNEI (BRASIL, 1998), “[...] as principais questões que se relacionam com a autossustentação são a sua TERRA e a valorização de sua cultura” (p. 97). Nesse contexto, buscam soluções e alternativas diferenciadas das pessoas não-indígenas para o provimento do sustento. Isso significa que visam sua autonomia, adotando estratégias de sobrevivência com ênfase no desenvolvimento sustentável, mas também, quando são oportunizados, participam ativamente dos direitos políticos que os possibilitaram a ingressar na economia do mercado, sendo respeitados e reconhecidos.

Os meios de transporte mais utilizados na aldeia são a “[...] canoa, o casco e o motor rabeta⁶. Usam esses transportes para se locomoverem de um lugar para outro, ou fazerem compras no flutuante existente na boca da estrada, próxima à aldeia” (SILVA, et. al., 2008, p. 300).

Atualmente, de acordo com os registros do Polo Base de Saúde da aldeia Pantaleão⁷, São Félix possui cerca de 280 (duzentos e oitenta) Mura que residem no local e que participam ativamente das ocorrências cotidianas e projetam melhorias para a vida em comunidade.

Durante a pesquisa verificamos a existência de discussões organizadas com pautas sociais e políticas que são coordenadas pelos(as) professores(as) da escola de São Félix e lideranças da aldeia. Nesse contexto, toda comunidade é convidada a debater diversos temas relacionados à vida dos Mura, tais como: saúde, educação, meio ambiente e os problemas que o grupo étnico vivencia. Bimestralmente as lideranças e os professores da escola de São Félix se reúnem com os aldeados para discutirem a organização social da aldeia, tomam decisões, apresentam projetos e repassam informações. Quando pertinente e necessário, reúnem-se também para escolher o(a) novo(a) gestor(a) da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina e as novas lideranças da aldeia.

Nessa forma de organização social e política, é possível identificar uma articulação presente entre as vivências/experiências produzidas em São Félix com os objetivos educacionais que são trabalhados na escola.

⁶ Motor rabeta é uma pequena embarcação parecida com uma canoa que pode ser feita de madeira ou alumínio e serve para transportar as pessoas por via fluvial. É muito utilizado entre os ribeirinhos.

⁷ Esse Polo de Saúde fica situado na sede do município de Autazes-AM e é destinado a atender os indígenas Mura da região municipal.

1.2 Breve histórico da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina

Criada há mais de 76 (setenta e seis) anos, a concepção da escola de São Félix é oriunda dos ideais estabelecidos pelo SPI (1910-1967), o qual durante sua vigência utilizou a “escola para índios” como espaço de colonização e descaracterização das práticas culturais dos povos nativos. Segundo Luciano (2011, p. 91), o SPI operava de forma imperiosa, “[...] impondo aos índios o que julgava adequado”.

Após esse período, a Escola Dr. Jacobina ficou sob responsabilidade da FUNAI (1967-1991) que gerenciou um projeto educacional para os povos indígenas pautado no Estatuto do Índio e nas propostas orientadas pelas Organizações das Nações Unidas / ONU, sendo que, tais proposições eram firmadas em Programas de Desenvolvimento Comunitário. De acordo com Silva (1998, p. 35):

[...]. Respaldados à época pela Organização das Nações Unidas, tais programas foram instituídos no período pós-guerra pelos países capitalistas desenvolvidos para criar melhores condições de vida no Terceiro Mundo, fortemente influenciados pela chamada “teoria da evolução social”, segundo a qual, é necessário “recuperar o atraso”, em busca de certo modelo de desenvolvimento vigente à época.

Em 1991, o Ministério da Educação / MEC passou a assumir a responsabilidade da educação escolar indígena. Desde então, a instituição de ensino de São Félix pertence ao quadro das escolas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura / SEMEC de Autazes-AM.

Atualmente é batizada como Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina. Recebeu este nome em 1945 para homenagear o “primeiro chefe da inspetoria do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) [...]. Uma vez por mês, Dr. Jacobina vinha observar os serviços” (VALLE NETO, 2013, p. 68) e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo SPI no local, tais como:

[...] receber os produtos agropecuários produzidos pelos Mura, colocar em prática o sistema paternalista da época para os indígenas, como doação de roupas, alimentos, atendimento na área da saúde e **educação formal por meio da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina**. Esses atendimentos tinham um pano de fundo atrelado ao processo de domesticação dos indígenas, com visibilidade à integração dos Mura à sociedade nacional (VALLE NETO, 2013, p. 68 [grifo nosso]).

No Relatório da disciplina Estágio Supervisionado I do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas-Turma Mura, oferecido pela Universidade Federal do Amazonas / UFAM em 2008, é registrado que a inauguração escolar na aldeia

aconteceu em 1943, funcionando num antigo barracão⁸ do Serviço de Proteção ao Índio / SPI, onde atualmente situa-se o campo de futebol de São Félix. Consta ainda nesse documento que essa primeira escola chamou-se Escola São Félix.

Segundo o Professor-1 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, componente curricular de Arte), no início do processo de implementação da escola, em 1943, as aulas funcionavam em locais estratégicos por falta de um prédio próprio que pudesse acomodar os alunos. Segundo este professor, no início as aulas funcionavam até embaixo de algumas árvores e de maneira muito simples, as salas de aula eram construídas de palha e a escola não possuía um prédio escolar fixo, como até nos dias de hoje ainda não possui. Descreveu que a escolarização na aldeia iniciou-se na casa de alguns moradores que cederam suas residências simples para que pudesse acontecer o ensino para os aldeados. Por fim, relatou que, antigamente, a escola de São Félix oferecia o ensino somente para o povo da aldeia, porém nos dias atuais oferece para mais três aldeias: Ponta das Pedras, Moray e Natal. No entanto, “[...] quase todos os alunos são daqui de São Félix. Poucos são dessas outras aldeias”.

Valle Neto (2013, p. 68), em sua pesquisa sobre o Projeto Político-Pedagógico Mura e a efetivação do documento nas práticas docentes da escola de São Félix, entrevistou o Morador-4 (hoje com 85 anos de idade), um dos moradores mais antigos da aldeia, o qual narrou que esse barracão tratava-se de uma construção feita com estrutura retangular com esteios de madeira e cobertura de palha, não possuindo paredes. Foi construído por volta de 1940 para atender os trabalhos do SPI junto ao povo Mura de Autazes-Am. No entanto, somente em 1943 foi que a Escola São Félix foi inaugurada, passando a ser chamada de Escola Dr. Jacobina em 1945, ao mesmo tempo em que foi inaugurado o posto do SPI na aldeia.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina (2013, p. 6-7), é revelado que foi no ano de Em 1945 que o prédio do Posto do SPI foi construído e cedida uma sala para o funcionamento de aulas multisseriadas (na época, 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental), atendendo estudantes Mura da Aldeia São Félix. Estima-se que o SPI ficou responsável pela educação escolar Mura até o ano de 1967, momento em que o prédio supracitado passou a ser da FUNAI e esta iniciou a coordenação dos processos educacionais para os povos indígenas brasileiros.

É revelado ainda que, em 1998, o então escritório da FUNAI foi transferido para a sede municipal de Autazes-AM, e somente a sala de aula multisseriada ficou funcionando no

⁸ O Dicionário Online da Língua Portuguesa apresenta que o significado de barracão refere-se a uma barraca grande que serve de abrigo provisório para guardar utensílios.

prédio. Com o tempo, a escola passou a funcionar num outro prédio menor (hoje, neste local, funciona a secretaria da escola, a biblioteca e 01 (uma) sala de aula que atende alunos do 2º ano do Ensino Fundamental) construído com recursos da FUNAI. Como esse prédio não era suficiente para suportar a demanda de alunos, por muito tempo funcionaram salas de aulas em outros espaços da aldeia, como na sede da comunidade, no templo da igreja católica e até mesmo na sombra de algumas árvores.

Valle Neto (2013) identifica na obra “Aldeias Indígenas Mura”⁹ o registro de que a primeira professora da escola foi a senhora Alvina Alves Cavalcante Tupinambá que era casada com o então chefe de inspetoria do SPI da época, o senhor Jair de Menezes Tupinambá.

Referente ao processo emancipatório de implementação do projeto de escola própria, a fala do atual Gerente da Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas / GEEI-SEDUC/AM demonstra que foi a partir da criação da Organização dos Professores Indígenas Mura / OPIM, no ano de 1992 e também do Setor de Educação Escolar Indígena Mura junto à SEMEC-Autazes/Am neste mesmo ano, que o termo “Indígena” passou a ser inserido nos batismos das escolas Mura do município de Autazes-AM.

Assim sendo, foi em 1992 que a instituição de ensino escolar de São Félix passou a chamar-se Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina.

Figura 4
Imagem horizontal da escola



Fonte: Fotografia feita pelo pesquisador.

Apresentando uma linha histórica síntese da escola de São Félix, Valle Neto (2013, p. 70) aponta o seguinte:

⁹ Obra produzida em 2008 e foi escrita pelos professores Mura de Autazes-AM que concluíram o curso Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas-Turma Mura, oferecido pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

[...] a educação escolar vem funcionando na Aldeia São Félix, desde 1943, com a Escola São Félix, criada pelo SPI, a qual, passou a ser chamada de Escola Dr. Jacobina, em 1945. Posteriormente, sob responsabilidade do município passou a ser nomeada de Escola Municipal Dr. Jacobina, em 1991 e, em 1992, denominada Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina.

A pesquisa revelou ainda que foi no ano de 1992 a ocorrência do marco inaugural na escola de São Félix concernente à implementação do projeto de educação própria e isso somente foi possível a partir da criação da Organização dos Professores Indígenas Mura / OPIM. É importante ainda ressaltar que à educação nos moldes específicos e diferenciados foi fortalecida com a formação dos Professores indígenas que cursaram o Magistério Mura-Peara, oferecido pela Gerência de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino / GEEI-SEDUC/AM e com o curso de nível superior sob a responsabilidade da Universidade Federal do Amazonas / UFAM.

Desde então, a escola de São Félix tem contribuído significativamente no processo de formação cidadã indígena dos Mura que estudam na escola, pois tem procurado “[...] letrar e projetar o ensino de seus alunos à luz de uma educação em constante diálogo com seus ideais, dando ênfase para a valorização da cultura e o fortalecimento da identidade Mura” (VALLE NETO, 2013, p. 70).

Moraes (2006, p. 13) aponta que as diretrizes educacionais da Escola Mura se fundamentam “[...] de acordo com seus desejos, preceitos e suas crenças em relação aos modos e maneiras a respeito de *como, porquê e para quê* deve ser a educação” específica e diferenciada.

De acordo com a Professora-2 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio componente curricular de História), no início do processo de implementação escolar em São Félix, as aulas aconteciam à luz das diretrizes curriculares das escolas não indígenas. Foi somente a partir da criação da Organização dos Professores Indígenas Mura / OPIM e com os processos de formação dos professores Mura que a escola passou a projetar e adotar a educação própria e como afirma a docente, a preocupação era que tivesse escola, portanto nessa época não se trabalhava ainda a diversidade. Até porque quem aprendesse a ler já poderia se tornar professor. A formação era toda da escola não indígena. Ou seja, uma escola na área indígena, mas com conteúdos voltados à questão não indígena. Não tinha valorização nem esse olhar específico, até porque não tinha ainda formação. A Professora-2 apontou ainda que: *“A partir dos anos 90 com a criação da OPIM foi que começamos a estudar e projetar a educação escolar indígena específica para nosso povo. Mas antes ainda era tudo escola de “branco” na área indígena”*.

Nesse sentido, Cunha (1992, p. 18) destaca a importância do movimento e da política indígena em prol do fortalecimento de conquistas na área educacional. Para a autora, “[...] não resta dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbrava algo do que foi a política indígena [...]”.

Seguindo a mesma análise da Professora-2, observamos que a escola de São Félix vem possibilitando aos seus estudantes a permanência no seio de suas famílias. Deste modo, é fortalecida a aprendizagem sobre os modos de organização de vida na comunidade Mura, para que, posteriormente, quando tiverem a oportunidade de galgar e explorar outros horizontes, como por exemplo, o ingresso aos processos formativos nas universidades, possam firmar o compromisso de contribuir com seu povo e/ou até mesmo, tornarem-se grandes líderes em prol de conquistas visando às melhorias da vida comunitária.

A importância da escola para os Mura de São Félix também é reforçada na fala do Morador-3, quando afirma que:

A escola é importante para nosso povo, é dela que vem a educação e a sabedoria do povo. Nela nossos murinhas aprendem a respeitar os mais velhos, a importância da pesca, da caça, do plantio, da roça, do milho, do feijão, do cará, da mandioca, da macaxeira, da melancia, do jerimum. Também eles aprendem sobre as nossas festas, enfim sobre a nossa vida.

Complementando a fala do Morador-3, o Gestor enfatizou como principal marca da escola que ele considera e que produz sua representatividade para a vida do povo de São Félix: o espírito de coletividade, parceria e fraternidade. Em sua análise ele observou que a organização pedagógica da instituição não abarca as ideias do sistema. Enfatizou que o ensino é planejado por todos: lideranças, parteiras, pegadoras de ossos, pais, alunos. Afirmou ainda que sem a participação comunitária, a escola de São Félix não poderia se caracterizar como escola Mura. Destacou ainda que a escola é identidade do povo e da aldeia, é diferenciada, é comunitária e adota os princípios da educação escolar indígena e que todos participam, idealizam, aprovam, planejam. Segundo ele: *“Isso tudo é democratizar e abrir a porta da escola para vida da aldeia”*.

Nessa perspectiva, Sobrinho, Souza e Bettiol (2017, p. 63-64) destacam que, a partir dos diálogos e experiências advindos dos movimentos indígenas iniciados na década de 70 do século passado, mais precisamente com as garantias incluídas na atual Constituição Federal, os povos indígenas “[...] apropriaram-se da escola [...]” e tiveram a oportunidade de ressignificá-la na ótica de um projeto de escola própria, “[...] experienciando um processo de

educação do índio, pensado e desenvolvido pelos próprios indígenas, apoiado pelos movimentos indígenas e indigenistas”.

A identidade que a escola remete ao povo é expressa nas palavras da Professora-5 (atua no Ensino Fundamental e Ensino Médio, componente curricular de Língua Portuguesa), ao analisar que nela todo mundo se identifica. *“Meu filho é quem está lá, minhas crianças estão lá e lá é onde se trabalha o fortalecimento da identidade e da cultura do nosso povo e de todas as tradições”*. Portanto, segundo essa docente, o objetivo da escola e o significado dela é formar e fortalecer a cultura e as tradições, possibilitando que os alunos saiam de sua aldeia para buscar conhecimentos científicos em alguma universidade e retornar para contribuir com os conhecimentos adquiridos e que possam ajudar a aldeia.

Ademais, a Professora-3 (atua no Ensino Médio, componente curricular de Biologia), expressa sua emoção ao falar sobre a importância da escola para o povo Mura. Ela relata sobre a relevância de todos os atores da escola serem Mura e da conquista do curso de licenciatura indígena:

Como é relevante falar disso! Hoje é muito importante! Nossa escola indígena, na área indígena, com professores indígenas... Que estudaram, se formaram com uma graduação voltada e planejada por todos os professores Mura. Não que veio da UFAM pra nós. Mas nós que solicitamos à UFAM juntamente com as lideranças Mura. Por isso é muito importante, porque valoriza nossa cultura e projeta a nossa educação.

O Professor-11 (atua no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, componente curricular de Filosofia e Ensino Religioso) comentou sobre a ocorrência de pautas coletivas que resultam no planejamento bimestral das aulas, considerando que toda comunidade é convidada para participar desse processo. Ele afirma que o povo Mura de Autazes-AM possui dez escolas indígenas, mas, segundo ele, principalmente a de São Félix tem procurado avançar no processo de implementação da educação escolar, específica e diferenciada e que este avanço tem sido *“juntos e de mãos dadas!”*. Segundo este docente, essa prática coletiva é imprescindível, uma vez que os conteúdos ministrados são planejados junto com as lideranças e com a participação e envolvimento de toda comunidade. Incluiu em sua fala que as lideranças juntamente com professores, pais de alunos, estudantes, locatários, equipe técnica da escola se juntam em reunião para discutir os problemas que estão acontecendo na aldeia, como também apontam aquilo que está dando certo. A partir dessa discussão, é elaborado e formalizado um planejamento bimestral que se converte em aula. Desse modo, as

problematizações que giram em torno do povo Mura são trabalhadas pedagogicamente e, no fim de cada bimestre, obtêm-se resultados importantes, os quais foram frutos desse processo.

A Professora-9 (atua no Ensino Fundamental II, componente curricular de Ciências da Natureza) observou sobre a visibilidade que a escola vem ganhando em todo território nacional, com a participação de um estudante que a representou num evento em São Paulo. Para ela, vale ressaltar também que até no ano passado a escola foi representada até em São Paulo onde um aluno finalista do Ensino Fundamental defendeu um projeto abordando a temática sobre Meio Ambiente. Então, “[...] *você pode ver que a nossa escola indígena foi lá! Isso é orgulho pra nós!*” (Professora-9). Ela enfatiza os modos específicos com que ministra suas aulas e que isso tem conseguido dar conta dos objetivos elaborados, “*de modo que os alunos conseguem relacionar os conteúdos da disciplina com os aspectos da vida aqui da aldeia*”.

Referente à participação do aluno Mura na Conferência Nacional de Meio Ambiente, o Gestor da escola afirmou que esse estudante representou a escola revelando para todo o Brasil que o povo Mura existe e que são capazes de disputar em igualdade com quaisquer outros alunos das diversas classes sociais e culturas diferentes. Ele destacou ainda que houve ampla concorrência com outras escolas de grande porte, inclusive as da sede do município de Autazes-AM que possuem uma infraestrutura física bem organizada: “*Nossa escola, bem humilde e simples conseguiu vencer! O nosso aluno defendeu, mas é importante observar a participação do corpo docente e dos líderes da aldeia na elaboração do projeto. Então nosso aluno abraçou esta causa com muita competência*”.

O secretário da escola que atua no turno vespertino deu seu depoimento colocando a escola num *status* de “rede de integração e conexão de saberes locais”. Isso porque, segundo sua concepção, a escola democratiza a efetivação colaborativa das ideias oriundas das discussões coletivas que resultam em propostas de ensino-aprendizagem e então a escola não pode se fechar somente para o corpo docente. A escola indígena Mura é um espaço aberto de diálogo e de discussão para que todos participem. Ele insere em sua fala que a escola valoriza a participação dos aldeados e no momento que isso acontece, todos se sentem parte, considerando que a escola é “[...] *minha escola*”! *Todos se sentem valorizados! Inclusive, os aldeados não aceitam de forma fácil qualquer ideia do governo. Tudo tem que ser discutido com a comunidade*”.

Consoante à fala do secretário da escola, Silva (2006, p. 10) aponta que a Escola Mura democratiza a “voz” e “vez” para a comunidade Mura no que tange às contribuições daquilo que se quer trabalhar nas práticas de ensino. Nesse viés, existe uma ênfase quanto à “[...]”

necessidade da participação da comunidade no processo da educação escolar, sendo que a construção da escola Mura é entendida como um empreendimento coletivo”.

Para administrar e organizar o ensino, a escola conta com a seguinte equipe pedagógica e administrativa: 01 (um) gestor, 01 (um) secretário que trabalha de manhã e tarde, 13 (treze) professores formados pela UFAM no curso de Licenciatura Indígena Mura que ministram as aulas para todas as séries, 02 (dois) vigias, 05 (cinco) servidores que trabalham fazendo a merenda e com a limpeza e 03 (três) locatários, 02 (dois) deles fazem o transporte dos alunos das aldeias vizinhas via terrestre e 01 (um) via fluvial.

Os horários de funcionamento da escola são distribuídos nos turnos matutino e vespertino. Pela manhã, as aulas se iniciam às 7:00 horas e vão até 11:15 minutos. O intervalo para o lanche se dá às 9h24 minutos com retorno às 9h39 minutos. À tarde o turno começa às 13:00 horas e termina às 17:15 horas. O intervalo para o lanche acontece às 15h24 minutos com retorno às 15h39 minutos.

No ano de 2019 a escola ofertou o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio, totalizando 293 (duzentos e noventa e três) estudantes, sendo que destes, 231 (duzentos e trinta e um) matriculados no Ensino Fundamental e 62 (sessenta e dois) no Ensino Médio.

Desse quantitativo de alunos, a maioria é Mura de São Félix e a minoria reside nas aldeias vizinhas de Natal, Ponta das Pedras e Moiray. Existem ainda poucos estudantes Mura que habitam na estrada AM-254. Os estudantes que habitam nesses locais vizinhos de São Félix são transportados cotidianamente à escola através de 2 (dois) micro ônibus e (1) barco.

1.3 Marcos legais e efetivação da educação escolar Mura

Apresentar a organização da educação escolar do povo Mura de São Félix-Autazes/AM com ênfase aos seus sentidos/significados e valores nos remete a conhecer como está sendo constituída, quais processos educacionais estão sendo efetivados e quais princípios fundamentam essa construção.

De acordo com o Gestor da escola, o ensino em desenvolvimento encontra-se fundamentado à luz das leis brasileiras que garantem aos povos indígenas o direito à educação escolar indígena específica e diferenciada. Nessa perspectiva, ele notificou que a instituição de ensino procura seguir o que rege a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL-LDBEN, 1996) quando garantem aos índios processos próprios de ensino e aprendizagem. Observou que a equipe pedagógica da escola adota

parâmetros legais de algumas resoluções específicas que dão diretrizes para a construção da escola indígena. Segundo ele: “*É com base nesses princípios que nossa escola se encontra fundamentada*”.

Assim sendo, a educação escolar indígena Mura organiza-se a partir de preceitos estabelecidos, primeiramente, na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), artigo 210 que determina: “§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Nessa ótica, Almeida e Silva (2003, p. 20) observam que, no presente momento, a atual legislação que trata sobre a educação escolar indígena brasileira não se fundamenta mais na distinção que, anteriormente, visava integrar e assimilar os povos indígenas aos ideais hegemônicos de origem ocidental, mas sim, na incumbência de “[...] proteger, respeitar valorizar os saberes, as línguas, crenças, tradições e a formas de organização dos povos indígenas”.

À luz deste princípio constitucional, é assegurado ao povo Mura e a todos os indígenas brasileiros o direito de:

[...] permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar as suas línguas maternas e os seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos e ser um dos principais veículos de assimilação e integração (GRUPIONI, 2002, p. 130).

Essa garantia enunciada na atual Legislação Magna brasileira é marco e ápice das conquistas indígenas no país, em especial na área da educação, haja vista que houve uma mudança qualitativamente significativa, uma vez que os povos indígenas deixaram de ser obrigados a integrarem-se aos processos sociais da ideologia ocidental, rompendo com ações constituídas e legalizadas anteriormente que os tratavam como seres estigmatizados, estereotipados e em via de extinção.

Nesse viés, as práticas de ensino da Escola Mura seguem parâmetros estabelecidos pela legislação brasileira que garantem o direito à “[...] Educação Escolar Indígena, socialmente diferenciada, requerida pelos povos indígenas e almejada para impor o respeito e a preservação das diferenças étnicas, linguísticas e culturais dos povos indígenas” (SOUSA e CARVALHO, 2017, p. 47).

Com a atual Constituição Federal (BRASIL, 1988), os indígenas passaram a ser reconhecidos como povos/pessoas com culturas próprias e modos de organização de vida peculiares. Essa análise é tecida por Grupioni (2002, p. 131) ao destacar que a maior conquista vinculada à atual Constituição refere-se ao abandono da postura assimilacionista, que sempre buscou “[...] incorporar os índios à “comunidade nacional”, vendo-os como uma categoria étnica e social transitória fadada ao desaparecimento”. O autor acrescenta que, a aprovação do novo texto constitucional favoreceu aos povos indígenas a obtenção do direito “[...] à diferença cultural, isto é, o direito de serem índios e de permanecerem como tal” (IDEM).

Visando a efetivação dos direitos garantidos na Constituição de 1988, os Mura, desde o início da década de 90 do século passado, iniciaram a participação em movimentos indígenas brasileiros, como nos Encontros da Comissão de Professores Indígenas dos Estados do Amazonas, Roraima e Acre (COPIAR)¹⁰, onde buscavam discutir e elaborar projetos que tinham por objetivo fortalecer os processos da educação escolar na ótica da implementação da escola específica e diferenciada.

Santos (2018, p. 33) observa que, a partir da participação nos Encontros, o povo Mura de Autazes-AM “[...] sentiu a necessidade de aprender uma língua indígena, visando fortalecer sua identidade, bem como superar o preconceito que sofria de outros povos indígenas e da sociedade nacional, por não falar uma língua indígena”.

Como estratégia visando superar essa condição, a Organização dos Professores Indígenas Mura / OPIM solicitou da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino / SEDUC-AM, a inserção da disciplina *Nheengatu* no curso de Magistério Indígena Mura-Peara (1999-2004), pois naquele momento a ideia era que os professores aprendessem esta língua e a ensinasse aos alunos Mura na escola para assumi-la como segundo idioma, caracterizando uma marca identitária. Esta solicitação foi atendida e, inclusive, o *Nheengatu* foi ministrado por um falante, Professor Indígena Baré, da região do Rio Negro. No entanto, a aprendizagem dos professores cursistas foi insuficiente, limitando-se apenas a frases e palavras.

Durante a discussão da proposta do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas - Turma Mura (2008-2013), oferecido pela Universidade Federal do Amazonas / UFAM, a OPIM, dessa vez, solicitou o estudo da língua indígena a partir de um contexto

¹⁰ Valle Neto (2013, p. 53) destaca a investigação de Silva (1998) que “[...] apresenta detalhadamente a trajetória desses encontros, identificando as temáticas de discussões, as decisões tomadas e a síntese dos encaminhamentos à luz dos resultados”. O autor apresenta um quadro-síntese nas páginas 54-56 que sintetiza as ações decorrentes dos encontros da COPIAR e seus resultados.

histórico e antropológico, com intuito de conhecer o “porquê” os Mura perderam sua língua materna, após o primeiro centenário do contato com os ocidentais. Quanto ao *Nheengatu*, por ter sido uma língua falada pelo povo Mura no período de colonização e por ter sido ensinada no curso Mura-Peara, a partir do curso de nível superior, o encaminhamento foi verificar a possibilidade de criar projetos que instigassem o interesse nos professores cursistas para estudar e aprender a língua, também com objetivo de ensinar os alunos Mura a praticarem como segundo idioma. Entretanto, a partir da pesquisa feita, concluímos que, esse processo até o momento atual é embrionário, considerando que a aprendizagem relatada pelos professores limita-se somente a palavras isoladas e não ao idioma em sua ampla extensão, profundidade de comunicação e interpretação.

É importante destacar que a Organização dos Professores Indígenas Mura / OPIM foi criada num momento de ênfase dos movimentos indígenas brasileiros, no intuito de fortalecer os processos educacionais do povo Mura de Autazes-AM junto às instâncias que regem tais processos, além de elaborar projetos que visavam as melhorias de vida do povo. De acordo com Santos (2008, p. 82-83):

Com o desdobramento de todo esse processo de mobilização indígena, em 09 de outubro de 1992, um grupo de professores Mura da região de Autazes reuniu-se na comunidade do lago do Iguapenú, juntamente com professores indígenas Sateré Mawé e Munduruku dos municípios de Borba e Nova Olinda do Norte e criaram a Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM). Definiram como finalidade: lutar pelos direitos dos professores indígenas e da comunidade Mura, denunciando qualquer irregularidade no âmbito educacional e atuar na construção de uma educação escolar específica, que viesse subsidiar o desenvolvimento de sua própria cultura, primando pela qualidade social.

No posicionamento do Professor-4 (atua no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, componente curricular de Matemática e Física), é possível identificar a importância dos movimentos sociais organizados pelos Mura em busca da efetivação dos direitos indígenas constituídos em lei.

O professor acima citado ainda apontou a influência relevante da escola Mura na formação de cidadãos e lideranças indígenas. Para ele, a principal marca do povo é a defesa organizada e coletiva pela garantia dos direitos adquiridos em lei e a luta pelas conquistas dos objetivos que são elaborados em conjunto. Argumentou que o povo participa ativamente do movimento Mura em Autazes-AM, do movimento indígena do Estado do Amazonas e do movimento indígena do Brasil. Logo, para ele, a principal marca do povo é garantir no diálogo, no planejamento escolar e nas práticas escolares os direitos concedidos em leis aos

povos indígenas. A escola ajuda as lideranças, pois forma lideranças. Acrescentou que: *“Da escola podem sair futuros professores, como também futuras lideranças que podem vir a administrar a aldeia e organizações do nosso povo”*.

A educação escolar Mura também adota como parâmetro os escritos designados na Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL-LDBEN, 1996), em seu artigo 32, inciso IV, § 3º, quando transcreve o § 2º do artigo 210 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ademais, em seus artigos 78 e 79 fica estabelecido que o Estado brasileiro viabilize aos povos indígenas a proposta e efetivação de uma educação escolar bilíngue e intercultural com objetivo de fortalecer as práticas culturais de cada povo, a aprendizagem e manutenção da língua materna dos diversos grupos étnicos e propicie oportunizar a recuperação de suas memórias históricas, a fim de que possam reafirmar suas identidades de acordo com seus modos de organização de vida, e ainda dando-lhes acesso aos conhecimentos da cientificidade oriundos das pesquisas desenvolvidas pela sociedade nacional.

Segundo Grupioni (2002), para que os escritos dos artigos supraditos sejam de fato efetivados, a Lei 9.394/1996 (BRASIL, LDBEN, 1996) determina que os sistemas de ensino se articulem para planejar e instituir propostas de ensino e pesquisa com a participação imprescindível dos povos indígenas na elaboração, objetivando a projeção e implementação de currículos específicos de acordo com a realidade, necessidade, anseios e expectativas correspondentes às respectivas comunidades. Ademais, a Lei 9.394/1996 (BRASIL-LDBEN, 1996) ainda orienta quanto à formação de pessoal especializado para que possa atuar nessa área e a produção e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados na lógica das diferentes culturas.

Com essas determinações, a Lei 9.394/1996 (BRASIL-LDBEN, 1996) expressa clareza sobre os modos diferenciados com que a educação escolar indígena deva efetivar suas práticas em relação às demais escolas dos sistemas brasileiros de ensino. Tais práticas escolares deverão ter ênfase na interculturalidade e no bilinguismo. Nessa lógica, o atual Tuxaua da aldeia São Félix assim se pronunciou:

Nossa escola é diferente da escola do “branco”. Aqui os professores procuram desenvolver um trabalho rico na nossa cultura. Tudo o que nossos alunos Mura aprendem tem serventia para nossa forma de viver e ainda garante um futuro também baseado no jeito como a gente vive, no nosso jeito de ser. Então eu posso dizer que nossa escola ajuda a solucionar nossos problemas e ainda ensina o que é ser um índio Mura. Essa é a grande diferença!

Nesse sentido, Silva e Freitas (2014, p. 14) argumentam que os povos indígenas obtiveram a garantia “[...] do direito a ter direitos”. Portanto, a educação escolar é definida como um direito dos povos aborígenes. Nessa perspectiva, já não está mais em questão “[...] o direito dos povos indígenas à educação, a questão gira em torno da efetividade desse direito”.

A Lei 9.394/1996 (BRASIL-LDBEN, 1996) deixa clara a necessidade de implementação de processos de pesquisa de caráter etnográfico para obtenção de diagnósticos, objetivando elaborar e organizar processos educacionais próprios e diferenciados e que dialoguem com as expectativas de vida dos povos indígenas, de acordo com as peculiaridades de cada grupo aldeado.

Nesse contexto, constatamos que a educação escolar Mura vem se construindo a partir dos preceitos legais até aqui apresentados e seu marco inaugural aconteceu a partir do processo de formação continuada de seus professores, em 1999, momento em que a Gerência de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas / GEEI-SEDUC/AM implementou o curso de Magistério Indígena Pirayawara, posteriormente denominado como Magistério Indígena Mura-Peara¹¹, contando com a participação de 53 (cinquenta e três) docentes cursistas.

Posteriormente, em 2008, os professores Mura liderados pela OPIM, na busca pela formação em nível superior, conseguiram a implementação do Curso Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas-Turma Mura que foi oferecido pela Universidade Federal do Amazonas / UFAM, o qual foi elaborado, planejado e desenvolvido a partir do diálogo estabelecido entre um grupo de professores da UFAM juntamente com as lideranças e docentes Mura. Nesse processo, contou ainda com total apoio de pesquisadores da UFAM que atuam em investigações científicas sobre povos indígenas e educação escolar indígena.

Os docentes da UFAM instauraram investigações de caráter etnográfico junto às 10 (dez) aldeias de Autazes-AM que possuem escolas Mura¹² e estabeleceram diálogo efetivo e intercultural com os Professores Mura e os moradores dessas comunidades, no intuito de conhecer seus modos de organização de vida, anseios e expectativas para obtenção de dados e posterior elaboração e implementação de uma proposta pedagógica curricular que desse conta das determinações previstas nos artigos 78 e 79 da atual Lei 9.394/1996 (BRASIL-LDBEN, 1996).

¹¹ O termo “Peara” significa aquele que vai na frente, que comanda.

¹² As aldeias de Autazes-AM que possuem escolas Mura são as seguintes: Trincheira, Igarapé Açu, Capivara, Paracuúba, Jawari, Iguapenú, Murutinga, Josefa, Cuia e São Félix.

Melo (2008) ressalta que a elaboração da proposta do curso superior (2006-2007) ocorreu em constante diálogo entre os professores Mura e os docentes que compõe o grupo de pesquisa “Formação de professores(as) no contexto amazônico” que está vinculado à Linha de Pesquisa “Formação do(a) educador(a) frente aos desafios amazônicos” do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas - PPGE/FACED-UFAM e contou ainda com a participação de professores das várias unidades acadêmicas da UFAM. Nesse contexto, a autora enfatiza que o desafio deste trabalho intelectual e formativo junto ao povo Mura contribuiu para que a UFAM obtivesse sua consolidação como verdadeiramente amazônica, haja vista que o compromisso social desta instituição pública, localizada no Amazonas que é o Estado que possui o maior número de povos indígenas do Brasil, reconheceu a urgência do atendimento à demanda dos povos indígenas por ensino superior. Assim sendo, o povo Mura teve a oportunidade de se tornar o primeiro grupo étnico formado em nível superior na região.

Santos (2018) reconhece o Curso Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas-Turma Mura (UFAM) como um projeto que se desenvolveu com fins de promover a inclusão social enquanto política pública e que ainda levou em consideração a diversidade cultural do povo, possibilitando a transformação da realidade, uma vez que buscou priorizar nos processos formativos o direito à diferença e à cidadania plural em consonância com a autonomia étnica.

A autora ainda destaca que os conteúdos temáticos¹³ propostos para o Curso Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas-Turma Mura (UFAM) foram selecionados a partir da realidade de vida do povo e das necessidades, anseios e expectativas. Ela enfatiza que a organização curricular do curso foi executada:

[...] nos Fóruns realizados nas aldeias mura durante o processo de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, incluídos na Matriz Curricular e desenvolvidos nas disciplinas Seminário Temático e Planejamento Pedagógico I, II e III, com carga horária de 60h, cada disciplina. [...]. As disciplinas foram desenvolvidas em três momentos: presencial; seminários nas aldeias; e presencial. No último momento presencial os grupos de discentes mura, por escola, socializaram os resultados dos seminários desenvolvidos nas aldeias, em sala de aula. Destacamos essa experiência como um ponto alto do Curso de Licenciatura FPI, turma Mura, na perspectiva da interculturalidade e interdisciplinaridade, por articular temáticas da realidade das aldeias mura aos conhecimentos das três áreas de formação específica, assim como docentes das distintas áreas. A metodologia dos Seminários realizados nas aldeias envolveu as escolas indígenas e a comunidade local que discutiram,

¹³ Para Santos (2018, p. 76) “[...] existe uma simetria entre o que os povos indígenas almejam e o que pode ser efetivado no ensino superior quanto ao registro e discussão de suas histórias, costumes e saberes. Nesse sentido, a Matriz Curricular inclui entre as temáticas de estudo: sustentabilidade e autonomia dos povos indígenas e a questão do territorial, temas relevantes para os povos indígenas”.

problematizaram e buscaram soluções para os problemas que afetavam o povo da aldeia (SANTOS, 2018, p. 76-77).

A partir da exposição feita, registra-se aqui que o curso de nível superior organizado para os professores Mura se concretizou a partir do estabelecimento de diálogo intercultural entre a coordenação do curso e os demais professores/pesquisadores da UFAM envolvidos e ainda contou com a participação efetiva dos docente-acadêmicos Mura. A troca dessa experiência gerou propostas curriculares e ações pedagógicas que foram desenvolvidas na ótica da interculturalidade com ênfase num projeto que articulou a história, a realidade do povo, os elementos culturais, a organização social, política e econômica, abrangendo os aspectos multidimensionais de organização de vida dos Mura de Autazes-AM.

Dando continuidade à discussão sobre os princípios legais que constituem a educação escolar Mura, citamos o Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, CNE-1999) que aprovou as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena, apresentando a fundamentação da Educação Indígena e determinando a organização da Escola Indígena e ainda expressando propostas referentes a ações concretas em favor do funcionamento da educação escolar indígena.

Num trecho do documento, podemos constatar a garantia dada aos povos indígenas referente à implementação de processos e gerenciamentos próprios de ensino, quando enfatiza que as escolas indígenas devam de fato ser respeitadas e que tenham autonomia para oferecer uma educação escolar genuinamente própria e integrada ao dia a dia de cada comunidade. Para isso, é necessária a criação da categoria Escola Indígena nos sistemas de ensino do país e, através dessa categoria, ocorrerá a possibilidade de assegurar às escolas indígenas o livre arbítrio para executar seu projeto pedagógico específico e diferenciado, como também poderão utilizar os recursos financeiros públicos para a manutenção das necessidades relativas ao cotidiano escolar. Desse modo é possível assegurar a plena participação dos povos indígenas nas decisões relativas ao funcionamento de suas escolas (BRASIL, 1999).

No caso dos Mura de Autazes-AM, a possibilidade de construção e efetivação do projeto de escola própria já é uma realidade que vem sendo desenvolvida com a participação dos professores Mura nos encontros realizados pela COPIAR desde 1991, hoje nomeada como Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia Brasileira (COPIAM), constituída e fortalecida com a criação da OPIM em 1992. O envolvimento dessas instâncias ocasionou:

[...] discussões e levantando expectativas de mudanças na educação escolar nas terras indígenas Mura, com o objetivo de construir uma educação escolar indígena

diferenciada, específica, intercultural, bilíngue e de qualidade que atendesse aos anseios e interesses de nosso povo [...] (MORAES, et. al., 2009, p. 88).

A partir desses encontros e movimentos sociais, a educação escolar Mura¹⁴ organizou-se não somente no sentido de dar “voz” e “vez” ao seu povo, mas também caracterizando a escola com uma identidade verdadeiramente Mura. Isso é possível confirmar nas palavras do atual Coordenador da Educação Escolar Indígena Mura de Autazes-AM, quando relata que foi a partir do movimento indígena em nível nacional, mais precisamente por volta de 1999, que iniciou o projeto de formação de professores indígenas organizado pela SEDUC-AM, o *Pirayawara*.

De acordo com ele, esse processo formativo gerou subsídios para que os docentes lutassem para caracterizar e preencher administrativamente e pedagogicamente as escolas de dez aldeias de Autazes. Isso porque, até então, essas escolas eram gerenciadas por professores não-indígenas, eles que eram gestores e docentes responsáveis pelas escolas.

Foi então que, em 1999, os professores indígenas ocuparam as escolas que ficaram sob a responsabilidade do povo Mura com supervisão da SEMEC-Autazes. Em 2000, todas as dez escolas já eram conduzidas completamente por gestores e professores Mura. Logo então, o Coordenador enfatizou que essa política se constituiu a partir de todo movimento a nível nacional, do qual o povo Mura foi parte integrante; foi assim que se constituiu a Escola Mura no município de Autazes.

Nesse contexto, Silva e Ferreira (2001, p. 9) afirmam que, como resultado de atuação profícua no campo da educação, os indígenas são reconhecidos pelos direitos garantidos em leis, assegurando-lhes manter preservadas suas línguas e culturas e uma proposta de “[...] educação escolar respeitosa de seus modos próprios de elaboração e transmissão de conhecimento, com objetivos e currículos definidos por cada comunidade específica, de acordo com seus próprios projetos”.

Posteriormente, próximo do encerramento do Magistério Indígena Mura Peara, os professores Mura elaboraram o projeto político-pedagógico para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, no ano de 2003. O PPP-Mura foi resultado dos:

[...] diversificados projetos de pesquisa que embasaram desde a concepção do Projeto até sua fase final de sistematização. Ele foi desenvolvido pelos professores Mura juntamente com a participação das lideranças, representantes de organizações indígenas e demais membros das aldeias, o que possibilitou não somente o

¹⁴ Quando nos referimos à escola Mura, essa referência é no coletivo, ou seja, às 10 (dez) escolas Mura de Autazes-AM.

levantamento do diagnóstico da realidade sociocultural, como também a construção e organização de conteúdos sobre a situação histórica, política e social do povo Mura, tão imprescindíveis à concepção, sistematização, organização e concretização desse Projeto (PPP-MURA, 2003, p. 9).

Conforme indicado, a educação escolar Mura no município conta com uma Coordenação de Educação Escolar Indígena que funciona na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC-Autazes) e sua frente de trabalho realiza o acompanhamento pedagógico das dez escolas Mura do município, dando as devidas orientações pedagógicas quanto ao planejamento e aos registros burocráticos, como o diário de classe. Essa coordenação está inserida numa Gerência de Educação que aglutina outras coordenações pedagógicas das escolas não-indígenas do município. Isso é um ponto que merece atenção, pois quando ocorre acompanhamento pedagógico nas escolas indígenas, *“eu sou o responsável por esse acompanhamento, no entanto outros pedagogos também acompanham, mesmo sem serem indígenas e sem conhecerem com propriedade a organização da escola Mura”* (COORDENADOR DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA MURA DE AUTAZES-AM).

A fala do Coordenador da Educação Escolar Indígena Mura esclarece uma dificuldade enfrentada pela escola específica e diferenciada, uma vez que em 1999 foi criado o Setor de Educação Escolar Mura na SEMEC-Autazes que funcionou até o ano de 2017. O objetivo da criação desse Setor foi que ele organizasse a educação própria e firmasse diálogo contínuo entre as “[...] questões educativas das dez escolas Mura do município” (VALLE NETO, 2013, p. 64).

Embora desde sua criação o Setor tenha sido muito operante, influente e contribuído ao fortalecimento da educação escolar Mura no município, a fala do atual Presidente da OPIM revela que, atualmente, ele tem sido praticamente inoperante e têm sofrido limitações. Segundo ele, desde que a última gestão do município assumiu, o Setor Indígena de Educação Mura praticamente deixou de existir, ficando limitado apenas a uma Coordenação que funciona ao lado de outros departamentos. Ele já não está atuante como anteriormente. Não existe mais uma sala específica para ele dentro da secretaria. Ainda tem um coordenador, mas que não tem tanto peso como se tinha anteriormente. Ou seja, *“o Setor está vivenciando um momento de enfraquecimento político, infelizmente! E isso precisa ser revisto!”*.

Prosseguindo sobre a pauta do presente tópico, a Resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, CNE-1999) organiza diretrizes nacionais para a efetivação

funcional das escolas indígenas, garantindo a esses povos o direito à uma educação escolar diferenciada, específica e de boa qualidade.

Esse documento legal se embasou nos “[...] artigos 210, § 2º, e 231, *caput*, da Constituição Federal, nos arts. 78 e 79 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda no Parecer CEB 14/99” (BRASIL, 1999, p. 1).

Dentre os 14 (quatorze) artigos que compõem este documento, Gruppioni (2002) faz destaque a 03 (três) deles: 1) art. 1º que “estabelece, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas” (BRASIL, 1999, p. 1); 2) art. 6º que garante especificidade aos processos de formação dos professores indígenas, como também atribui que essa formação ocorra “[...] em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização” (BRASIL, 1999, p. 2); 3) art. 9º que define no plano institucional, administrativo e organizacional “[...] as esferas de competência e responsabilidade pela oferta da educação escolar aos povos indígenas” (GRUPIONI, 2002, p. 134). Para esse fim, o autor afirma que:

Estabelecido o regime de colaboração entre União, estados e municípios, o CNE definiu que cabe à União legislar, definir diretrizes e políticas nacionais, apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino para o provimento de programas de educação intercultural e de formação de professores indígenas, além de criar programas específicos de auxílio ao desenvolvimento da educação. Aos estados, caberá a responsabilidade pela oferta e execução da Educação Escolar Indígena, diretamente ou por regime de colaboração com seus municípios, integrando as escolas indígenas como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual e provendo-as com recursos humanos, materiais e financeiros, além de instituir e regulamentar o magistério indígena (IDEM).

Grupioni (2002) faz ênfase ao inciso II do art. 9º desta Resolução que responsabiliza os Estados, através de suas Secretarias de Educação a criar em “[...] uma instância interinstitucional, com a participação dos professores e das comunidades indígenas, para planejar e executar a educação escolar diferenciada nas escolas indígenas” (p. 134).

Em prol dessa solicitação, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC-AM) possui, em sua organização, a Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI-SEDUC/AM) que busca garantir e desenvolver a educação específica e diferenciada com boa qualidade, ouvindo e atendendo às especificidades de acordo com as necessidades de cada povo.

Faz-se importante destacar que desde 2016 quem coordena gerenciando os trabalhos da GEEI-SEDUC/AM, é um Professor Mura egresso do Magistério Mura Pearsa e do Curso Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas-Turma Mura (UFAM). A

fala desse professor revela alguns encaminhamentos e ações que têm sido desenvolvidos na aldeia São Félix. Segundo ele, a Gerência da Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação (GEEI-SEDUC/AM), além de implantar o Ensino Médio Mura na aldeia São Félix em de 2019, tem feito o acompanhamento pedagógico para implementação da matriz curricular que visa atender os anseios e as expectativas de vida dos moradores das comunidades envolvidas. Nesse sentido tem promovido encontros pedagógicos, formação e atualização dos professores.

O Gerente acrescentou afirmação sobre a possibilidade da universalização do Ensino Médio em todas as 10 (dez) aldeias Mura de Autazes-AM à luz das especificidades e peculiaridades do povo. Em seu posicionamento apontou que a GEEI-SEDUC/AM não tem medido esforços para transformar o Ensino Médio que é oferecido pela SEDUC-AM em formato de ensino com mediação tecnológica nas outras nove aldeias de Autazes, em ensino presencial indígena Mura. Nesse sentido, ele argumentou que já existe um avanço quanto à elaboração do projeto de implantação do Ensino Médio Indígena em mais duas aldeias de Autazes-AM: aldeia Josefa e aldeia Iguapenú. Ele acredita que, em 2020, essas duas aldeias irão desenvolver essa proposta. Portanto, a campanha é para que “[...] consigamos implementar nas dez aldeias Mura de Autazes que possuem escolas, o ensino médio Mura, objetivando o atendimento desse ensino com a realidade Mura”.

No início dos anos 2000, mais precisamente em 09 de janeiro de 2001, entrou em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), Lei nº 10.172, de 09 de abril de 2001, obedecendo à recomendação prevista no art. 87 da LDBEN 9.394/1996 que institui a “Década da Educação”. Este primeiro Plano Decenal, segundo Pinheiro e Santos (2016), foi um marco na história da educação brasileira, pois pela primeira vez é apresentado um capítulo específico, com diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas no que concerne à oferta e organização da educação dos indígenas. No entanto, as autoras observam que, o PNE de 2001 ao invés de ir “[...] além do que está garantido em outros textos da legislação, repete questões tratadas em leis anteriores, assim não contribuindo para que a proposta de escola indígena se concretize, de acordo com o projeto sociocultural de cada povo” (p. 84-85).

Já o atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) é um documento aprovado pela Lei nº 13.005, em 25 de junho de 2014, que determina aos “Estados, Distrito Federal e Municípios a elaboração ou adequação de seus planos de educação decenal, no prazo de um ano, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE” (BRASIL, 2014, art. 8º).

Nessa lei constam definições de diretrizes, metas e estratégias e encontra-se incluída neste contexto a proposta da educação escolar indígena para a educação básica. Considerando as 20 (vinte) metas estruturantes que compõem esse Plano, vamos nos restringir a 5 (cinco) estratégias que consideramos relevantes para o funcionamento da educação escolar indígena nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Primeiramente, destacamos a estratégia 1.10, Meta 1, que recomenda a universalização da Pré-Escola (para crianças de 4 e 5 anos) e a ampliação da Educação Infantil a ser ofertada em creches. Essa estratégia objetiva:

[...] fomentar o atendimento da educação infantil nas respectivas comunidades indígenas, levando em consideração a distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades, garantindo consulta prévia e informada (BRASIL, 2014, Meta 1, Estratégia 1.10).

Em referência ao processo de efetivação da estratégia 1.10 nas escolas Mura de Autazes, a Educação Infantil é oferecida em cinco das dez aldeias que possuem escolas indígenas: Trincheira, Igarapé Açu, Murutinga, Paracuúba e Josefa. Nessas escolas as crianças entre 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade frequentam essa fase de ensino que segue as diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação. No entanto, os professores Mura procuram, dentro das possibilidades, articular nesta etapa de ensino os elementos curriculares às práticas culturais do povo.

O posicionamento de Pinheiro e Santos (2016, p. 86) sobre a implantação da Educação Infantil nas comunidades indígenas parte da necessidade de “[...] uma escuta prévia com as comunidades indígenas e um levantamento das demandas, de modo a materializar o planejamento e os mecanismos de financiamento para adequação das escolas indígenas”.

Na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), realizada em 2009, houve ênfase e orientações no Documento Final concernentes à Educação Infantil, para que as aldeias tenham autonomia em decidir sobre a implementação desta etapa de ensino, considerando que as crianças aprendem com os mais velhos e estes as ensinam sobre os aspectos culturais e as realidades locais. Nesse sentido, foram frisadas as seguintes recomendações:

Considerando que o aprendizado das crianças indígenas deve se iniciar em casa, na relação com as famílias e com os mais velhos, na aldeia; que cabe a estes ensinar seus costumes e tradições para seus filhos, fazendo com que a cultura indígena seja respeitada e valorizada nas comunidades e nas escolas, deve ser garantido às

comunidades indígenas o direito de não ser implantada a educação infantil àquelas que não queiram esse nível de ensino (BRASIL-MEC/I CONEEI, Documento Final, 2014, p. 23).

Quanto ao Ensino Fundamental anos iniciais e finais, o PNE (2014-2024), estratégia 2.10, Meta 2, define “estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, nas próprias comunidades indígenas” (BRASIL, 2014, Meta 2, Estratégia 2.10). Além dessa estratégia, a 2.6, Meta 2, determina o “desenvolvimento de tecnologias pedagógicas que combinem a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e a comunidade, conforme as especificidades” (BRASIL, 2014, Meta 2, Estratégia 2.10).

Como se pode observar, as duas estratégias recomendam que esta etapa de ensino deve garantir processos específicos e diferenciados de aprendizagem para os povos indígenas, considerando que tais processos “[...] não se limitam aos conteúdos da escola, estendem-se aos conhecimentos do povo, cujo aprendizado não resulta do tempo de permanência escolar, inclui ambientes que ultrapassam os “muros” da escola” (PINHEIRO e SANTOS, 2016, p. 87).

Os Mura de Autazes-AM conseguiram institucionalizar a ampliação da oferta para os anos iniciais do Ensino Fundamental em suas dez aldeias desde a implementação da educação escolar indígena Mura no município, no ano de 1999. Atualmente, o total de alunos matriculados nessa etapa de ensino em suas escolas é 861 (oitocentos e sessenta e um) alunos no Fundamental I e 771 (setecentos e setenta e um) discentes no Fundamental II¹⁵.

A estratégia 3.7, Meta 3, designa “o fomento de matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à educação profissional, em observância às peculiaridades das comunidades indígenas” (BRASIL/PNE, 2014, Meta 03, Estratégia 3.7). Em referência ao Ensino Médio articulado com a educação profissional, a CONEEI assevera em seu Documento Final:

[...] deverão ser debatidas por cada povo dentro das suas aldeias, para que desta forma possam apontar seus anseios e necessidades, orientando as instituições envolvidas com a oferta [...] construindo uma proposta que articule conhecimentos e práticas indígenas com as ciências e tecnologias não-indígenas e que possam contribuir para os projetos societários e socioambientais dos povos (MEC/I CONEEI, Documento Final, 2014, p. 24).

¹⁵ Dados informados pela Coordenação da Educação Escolar Indígena Mura-SEMEC-Autazes/AM.

No ano de 2019, conforme já apontado pelo atual Gerente da GEEI-SEDUC/AM, a Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina conseguiu implementar este nível de ensino, sendo a primeira escola Mura de Autazes-AM a operacionalizar essa etapa final da educação básica.

Nas falas do Gestor da escola podemos identificar ter sido um processo que dialogou com as recomendações previstas no Documento Final do I CONEEI, pois segundo seu entendimento, houve um processo que requereu apresentar à SEDUC-AM as reais necessidades do atendimento do Ensino Médio na escola Dr. Jacobina. Nesse contexto, foram expostas inúmeras justificativas que comprovaram a importância da aldeia São Félix pleitear esse nível de estudo. Houve ainda envolvimento das lideranças, professores e debates entre os Mura do local e ficou demonstrado que os estudantes Mura necessitavam do atendimento específico e diferenciado, considerando principalmente a realização da expectativa de eles estudarem e concluírem o Ensino Médio na própria comunidade.

Seguindo essa perspectiva, Silva e Freitas (2014) asseveram que em referência ao projeto de Escola, logo de início ele foi elaborado e implementado de forma imposta, mas com o passar dos tempos os povos indígenas conceberam a escola como espaço de luta por possibilitar um leque de demandas relativas aos seus anseios e expectativas de vida. Foi então que passaram a reivindicar a Escola Indígena em seus territórios: “Mas não é qualquer escola, eles lutam por uma educação escolar que desenvolva um processo educativo a partir da sua cosmovisão e conectado ao modo de vida de cada povo” (p. 20-21).

Concernente à afirmação supracitada do Gestor da escola, a Professora-5 (atua no Ensino Fundamental e Ensino Médio, componente curricular de Língua Portuguesa), posicionou-se com ênfase, afirmando que, quanto ao Ensino Médio, essas turmas são vinculadas como anexo da Escola Raimundo Sá de Autazes-AM que é uma escola estadual. No entanto, os professores Mura têm a liberdade concedida pela SEDUC-AM para ministrar o ensino à essas turmas de acordo com a visão cosmológica e de acordo com o pertencimento cultural. Segundo ela, isso foi uma conquista que aconteceu no ano de 2019 e que lutaram muito para verem seus alunos continuarem estudando em São Félix. Nesse sentido, a professora ressalta que a proposta pedagógica para o Ensino Médio é indígena Mura e que a SEDUC-AM somente formaliza as matrículas e a parte burocrática; *“os conteúdos curriculares seguem o planejamento bimestral coletivo e o nosso Projeto Político-Pedagógico”*.

Como se pode observar, as falas do Gestor e da Professora-5 esclarecem que a implementação do Ensino Médio na escola de São Félix perpassou anteriormente por um processo que estabeleceu diálogo entre os moradores do local, averiguando sobre a

importância dos estudantes concluírem a educação básica na própria comunidade onde residem. No entanto, é válido ressaltar que este ainda é um projeto que se encontra em início de implementação, considerando que somente a aldeia São Félix foi contemplada até a conclusão desta pesquisa.

É importante ainda destacar que, o Ensino Médio da escola de São Félix segue parâmetros designados na Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação-MEC (BRASIL, 2012) que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Desta feita, o Ensino Médio instituído na escola tem buscado atender o artigo 10 deste documento, seguido dos cinco parágrafos que o compõe:

Art. 10 O Ensino Médio, um dos meios de fortalecimento dos laços de pertencimento identitário dos estudantes com seus grupos sociais de origem, deve favorecer a continuidade sociocultural dos grupos comunitários em seus territórios.

§ 1º As propostas de Ensino Médio devem promover o protagonismo dos estudantes indígenas, ofertando-lhes uma formação ampla, não fragmentada, que oportunize o desenvolvimento das capacidades de análise e de tomada de decisões, resolução de problemas, flexibilidade para continuar o aprendizado de diversos conhecimentos necessários a suas interações com seu grupo de pertencimento e com outras sociedades indígenas e não indígenas.

§ 2º O Ensino Médio deve garantir aos estudantes indígenas condições necessárias à construção do bem viver de suas comunidades, aliando, em sua formação escolar, conhecimentos científicos, conhecimentos tradicionais e práticas culturais próprias de seus grupos étnicos de pertencimento, num processo educativo dialógico e transformador.

§ 3º Cabe aos sistemas de ensino, por meio de ações colaborativas, promover consulta livre, prévia e informada sobre o tipo de Ensino Médio adequado às diversas comunidades indígenas, realizando diagnóstico das demandas relativas a essa etapa da Educação Básica em cada realidade sociocultural indígena.

§ 4º As comunidades indígenas, por meio de seus projetos de educação escolar, têm a prerrogativa de decidir o tipo de Ensino Médio adequado aos seus modos de vida e organização societária, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 2/2012.

§ 5º Na definição do Ensino Médio que atenda às necessidades dos povos indígenas, o uso de suas línguas se constitui em importante estratégia pedagógica para a valorização e promoção da diversidade sociolinguística brasileira (BRASIL, 2012, p. 5).

Nessa lógica, destacamos os parágrafos 3º e 4º do documento, considerando que, segundo o Gerente da GEEI-SEDUC/AM, para implementação do Ensino Médio na escola de São Félix, houve uma discussão colaborativa que definiu a necessidade e os moldes de ensino que deveriam ser desenvolvidos. Segundo ele, foi elaborado um documento assinado pelos moradores, lideranças, gestor e professores, solicitando o Ensino Médio na escola. No documento eles relataram a necessidade dos alunos continuarem estudando na aldeia sem precisar sair da comunidade e se deslocarem para outros lugares, como a sede do município.

Houve ainda justificativas que sinalizavam a importância dos alunos Mura concluírem o Ensino Médio à luz da valorização dos elementos culturais e identitários do povo. O Gerente ainda relatou que, a partir desse documento, foi feita reunião com o Secretário de Educação da SEDUC-AM juntamente com as lideranças de São Félix e representantes da SEMEC-Autazes/AM para debater o assunto. Foi então que ficou decidido dar início ao processo de implementação do Ensino Médio na aldeia, de acordo com os ideais da cultura e identidade Mura, fortalecendo os processos de educação escolar específica e diferenciada.

Ainda sobre esta etapa de ensino, o Gerente da GEEI-SEDUC/AM descreve um outro adicional na educação escolar Mura: o Ensino Médio Técnico Profissionalizante em Agente de Saúde Indígena que também foi implementado na aldeia São Félix em 2019. Isso porque os atuais agentes de saúde do município de Autazes-AM que atendem as comunidades Mura, não são indígenas, portanto *“[...] queremos futuramente lutar para que esses profissionais também sejam todos selecionados pela Prefeitura do município com a exigência de serem Mura”*.

Uma outra estratégia que merece destaque no PNE (2014-2024) é a 7.26, Meta 7. Ela aponta que se estabeleça vínculo entre as escolas indígenas e os elementos culturais do povo de cada grupo étnico, possibilitando garantir, entre outras ações a preservação dos pertencimentos culturais, a assídua participação da comunidade indígena na decisão dos parâmetros de organização pedagógica e modelo de gestão, as atividades socioculturais que serão organizadas e desenvolvidas no contexto da escola e a oferta do bilinguismo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Além dessas incumbências, o entrelaçamento entre escola e cultura indígena deve possibilitar *“[...] o atendimento em educação especial, aquisição de equipamentos, programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação”* (PINHEIRO e SANTOS, 2016, p. 88).

Por fim, apresentamos a estratégia 7.27, Meta 7, que propõe o desenvolvimento de currículos e propostas pedagógicas próprias para os indígenas e que essas ações devam incluir *“os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades para o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos”* (BRASIL, 2014, Meta 7, Estratégia 7.27).

As estratégias 7.26 e 7.27, Meta 7, articulam a efetivação de propostas e ações pedagógicas que valorizem a história, os saberes, os conhecimentos étnicos, as memórias, os valores, a identidade, enfim, a cultura dos povos indígenas de acordo com suas especificidades. Nessa direção, inferimos que tais propostas produzem avanços significativos

para educação escolar indígena, pois visa fortalecer o projeto e o processo de implementação da escola específica e diferenciada.

Seguindo este raciocínio, Pinheiro e Santos (2016) observam que, quanto ao PNE de 2014, é fundamental a defesa permanente e com veemência das propostas do decênio, com intuito da garantia e efetivação pelo poder público das diretrizes elaboradas, das metas e das estratégias presentes no documento. Nesse contexto, os sistemas de ensino assumem uma grande responsabilidade, bem como inúmeros desafios quanto à implementação do Projeto de Educação Escolar Indígena de boa qualidade e à concretização da Escola Indígena, “[...] considerando a diversidade linguística, as dinâmicas culturais, os processos próprios de aprendizagem, as experiências históricas e a situação territorial dos povos indígenas” (p. 91).

Todos os documentos basilares legais expostos até aqui são parâmetros que iluminam a construção do currículo escolar indígena e que culminam no projeto de escola própria dos Mura de Autazes-AM. Nesse prisma, acrescentamos ainda o Parecer nº 13/2012 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação (BRASIL-CNE, 2012) que é o documento atual orientador das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, fazendo substituição ao Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

As atuais diretrizes dilatam a assimilação do direito à educação no que diz respeito ao reconhecimento da implementação e constituição da escola indígena específica e diferenciada, além de apresentar o detalhamento da educação escolar indígena em caráter obrigatório enquanto modalidade especial de ensino. Dentre os objetivos tecidos neste documento para o funcionamento da educação escolar indígena, destacamos:

- orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas;
- assegurar que os princípios da especificidade, do bilingüismo e multilingüismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;
- assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários;
- orientar os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas, quanto no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas;

- zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas (BRASIL, 2012, p. 3).

Os objetivos acima citados asseguram e designam parâmetros que visam à organização da Escola Indígena, como também definem um processo intercultural que deve ser operacionalizado no diálogo respeitoso entre os diversos setores dos sistemas de ensino e os povos indígenas e ainda concernente à efetivação do direito à escolarização, ficando aos povos indígenas a tarefa de dar continuidade às lutas “[...] para que a escola indígena desejada, requerida pelos estudantes indígenas se efetive enquanto projeto social resultando do trabalho coletivo de diferentes agentes” (SOUSA e CARVALHO, 2017, p. 68).

Nessa direção, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Autazes-AM vem permitindo o desenvolvimento do trabalho pedagógico junto aos Mura, em consonância com os requerimentos e reivindicações feitos pela OPIM, no sentido de dar os encaminhamentos devidos aos processos de fortalecimento da escola própria. Segundo a secretária de educação do município a SEMEC-Autazes/AM tem dado todo o apoio ao fortalecimento da educação escolar dos Mura, uma vez que compreende a importância que a educação específica e diferenciada representa para eles, considerando a manutenção de sua cultura, da identidade e daquilo que eles consideram relevante e que está de acordo com seus ideais.

Consoante à fala da secretária de educação de Autazes-AM, o atual Presidente da OPIM acrescentou que o principal objetivo da escola Mura é a revitalização da identidade étnica e a recuperação da memória histórica. Segundo ele, anteriormente os “parentes” quase não se identificavam como Mura devido aos preconceitos e às discriminações por ser índio, ser “pitiú”, por morar nas aldeias. Com a entrada da educação escolar Mura, iniciou-se um trabalho que possibilitou a revitalização da identidade do povo e hoje já é possível verificar essa realidade. Nessa ótica, ele citou como exemplo os esportes específicos dos Mura, como os arremessos de lanças e ouriços de castanha, corrida da cutia, arco e flecha, canoagem e zarabatana. Ele também citou a realização de danças típicas, rituais e grafismo, afirmando: *“Antes da implementação da escola não se via isso. Hoje a escola tem nos ajudado na autoafirmação do que é ser Mura”*.

Como se pode constatar o projeto pedagógico da Escola Mura se firma em princípios que valorizam as especificidades relacionadas aos elementos culturais do povo. Considerando essa concepção referente à construção da escola específica e diferenciada, a instituição de

ensino de São Félix organiza seu currículo a partir dessa perspectiva, apresentando em sua proposta pedagógica articulações estabelecidas entre as estruturas curriculares das séries trabalhadas na escola com as vivências produzidas na aldeia.

No caso específico da escola de São Félix, o currículo é visto como vida, pois tudo que é trabalhado na escola é discutido entre lideranças, moradores, pais, equipe técnica da escola (merendeiras, secretários, locatários¹⁶, auxiliares de limpeza), professores e alunos para apresentar propostas de ensino-aprendizagem relacionadas estreitamente com os elementos culturais produzidos pelo povo que habita a aldeia.

A partir dessa discussão coletiva que antecedem os 4 (quatro) bimestres do ano letivo, são listados temas geradores que se tornam as principais propostas de ensino para serem trabalhadas e articuladas pedagogicamente junto aos conteúdos dos diversos componentes curriculares.

Nessa lógica, o currículo da escola de São Félix transformar-se num projeto que viabiliza desenvolver conscientização e conhecimentos referentes ao principal conteúdo temático trabalhado por bimestre, possibilitando que os alunos desenvolvam a responsabilidade em cuidar e zelar do patrimônio cultural herdado de seus ascendentes, culminando no fortalecimento da cultura e identidade do povo Mura.

Para execução dessas propostas curriculares, a escola de São Félix, bem como as demais instituições escolares Mura de Autazes-AM, seguem as diretrizes estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico Mura (PPP-Mura), elaborado e implementado em 2003, com última atualização em 2010. Valle Neto (2013, p. 101) ao citar Oliveira (2007), destacou que a concepção do documento se deu:

[...] a partir de proposições firmadas em pressupostos históricos e legais da educação em geral e, em especial, da educação escolar para povos indígenas, bem como da necessidade efetiva de participação dos(as) professores(as) Mura e de seus “parentes” no processo de construção e desenvolvimento de currículos específicos, com calendários escolares que respeitassem as atividades tradicionais, com metodologias de ensino diferenciadas, com incorporação dos processos próprios de aprendizagem de cada comunidade.

O propósito do PPP-Mura dialoga estreitamente com o pressuposto estabelecido nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Parecer 13/2012 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação (BRASIL, 2012)), onde consta que o PPP de cada escola deverá ser elaborado comunitariamente e com autonomia,

¹⁶ Os locatários são os responsáveis pelos transportes (barco e micro-ônibus) que fazem o traslado dos alunos das aldeias vizinhas de São Félix que estudam na Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina.

respeitando as tradições, saberes, a oralidade e o processo histórico dos povos indígenas em íntimo diálogo intercultural com outros conhecimentos produzidos por outros grupos sociais. Nessa perspectiva, o documento incorpora “[...] os projetos societários etnopolíticos das comunidades indígenas contemplando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas e a sustentabilidade das comunidades” (BRASIL, 2012, p. 22).

É importante a observância de que o PPP-Mura, orientador das práticas pedagógicas da escola de São Félix é um documento específico ao:

[...] ensino fundamental [...]. As experiências e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores que vem exercendo as atividades docentes nas escolas [...] deverão contribuir para seu enriquecimento e organização curricular, de modo que possa de fato atender às nossas expectativas e necessidades de informações e conhecimentos em apoio a toda educação básica (PPP-MURA, 2003, p. 14).

Considerando o PPP-Mura ser a proposta pedagógica condutora das práticas escolares das instituições de ensino Mura de Autazes-AM, a escola de São Félix elaborou em 2013, o seu próprio Projeto Político-Pedagógico¹⁷. No entanto, o Gestor da instituição observa: *“este documento embora seja diretriz e luz para nossas práticas, ele ainda não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Mesmo assim, nós procuramos seguir tudo que está escrito nele”*.

Em seu escopo, o PPP-Mura apresenta como objetivo geral o desenvolvimento da educação escolar indígena fundamentado nos conhecimentos históricos do povo, na cultura e na identidade. Esse tripé basilar foca os interesses coletivos da comunidade Mura, conforme podemos observar:

Desenvolver um processo de educação escolar Indígena Mura que contribua para a recuperação e revitalização da memória histórica, fortalecimento da cultura e valorização da identidade étnica, formando alunos críticos que reflitam sobre os aspectos socioculturais, políticos, linguísticos e históricos do povo; tendo como base a tradição, hábitos, costumes e visão cosmológica do passado e do presente, possibilitando aos alunos a aquisição de conhecimento das demais sociedades indígenas e não-indígenas, de modo que possam compreender o mundo em que vivem; tendo autonomia para criar seu processo pedagógico próprio, calendário escolar, construção e organização escolar, sempre ligados aos interesses e necessidades das aldeias, lideranças e organizações indígenas Mura (PPP-MURA, 2010, p. 30).

¹⁷ O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina é praticamente uma transcrição do PPP-Mura elaborado para as escolas Mura de Autazes-AM, com a ressalva da abrangência até o 9º ano do ensino fundamental.

A proposta pedagógica destinada à educação escolar Mura preocupa-se com a formação crítica dos estudantes para que consigam apreender, compreender e analisar a história do povo que por muito tempo esteve situada numa trajetória marcada por exclusão social, estereótipos, preconceitos, discriminações, desrespeito e desumanidade. Preocupa-se ainda em revitalizar a cultura e valorizá-la em toda sua abrangência, fortalecendo a fraternidade e a coletividade, de modo que todos possam lutar cotidianamente pelo bem comum e pelos interesses de ordem comunitária.

Em análise ao exposto, podemos considerar que a escola de São Félix é concebida como palco onde ocorrem práticas de ensino diferenciadas às das escolas não-indígenas. Isso porque sua proposta curricular com ênfase nos conteúdos visa, como objetivo principal, à valorização da cultura e ao fortalecimento da identidade Mura. Essa afirmação é possível identificar na fala do Professor-6 (atua no 5º ano do Ensino Fundamental), quando destaca o tema “Os direitos e deveres indígenas” como exemplo de conteúdo curricular que é trabalhado no planejamento bimestral escolar. Para ele, essa temática possibilita que os alunos conheçam “[...] *os seus direitos, porque no momento em que estamos vivendo, os direitos indígenas estão sendo ignorados, portanto os nossos direitos precisam ser reconhecidos pelo governo e pelos alunos e pelos seus pais*”. De acordo com ele, há um trabalho efetivo em cada bimestre do ano letivo que envolve diversos temas e isso é possível mediante a autonomia Mura em dialogar coletivamente e tomar as decisões em conjunto sobre aquilo que o povo quer enquanto conteúdo para ser desenvolvido junto aos estudantes. Nessa direção, “[...] *juntos desenvolvemos esse conteúdo nas aulas e no último dia do bimestre é realizado um seminário pedagógico, com os alunos*”.

O exemplo citado pelo Professor-6 é reforçado pelo Gestor da escola quando comentou que isso é um exemplo de uma problemática que foi vista dialogando com a cultura Mura. Segundo ele, muitos temas são trabalhados pedagogicamente, o que oportuniza estudarem sobre o artesanato Mura, a língua materna perdida e substituída pela Língua Portuguesa, os costumes que não podem ser perdidos e que têm que ser revividos e revitalizados todos os dias na escola e lembrados pelos professores e ensinado aos alunos.

É possível observar nas falas acima que a efetivação da proposta curricular nas salas de aulas expressa práticas de ensino que dialogam intimamente com os modos de organização de vida do povo Mura. Seguindo esse raciocínio, Sobrinho, Souza e Bettiol (2017, p. 68) asseveram que a escola específica e diferenciada “[...] é ressignificada pelos povos indígenas de acordo com seu projeto societário, e a legislação em vigor garante-lhe um tratamento diferenciado, de acordo com as especificidades de cada povo”.

O ensino é destinado à conscientização e apropriação de saberes sobre a história do povo e seus aspectos culturais, econômicos, identitários, organização política e social, etc. – o que acaba produzindo valores que culminam no que é “Ser Mura”, viabilizando um projeto de vida que articula a autoafirmação de sua identidade. Nesse sentido, o Gestor da escola afirma que a história da escola e a história do povo Mura contribui para o desenvolvimento de uma educação escolar indígena própria. Falou ainda que na escola Dr. Jacobina segue-se uma problemática, por exemplo: se tem muito lixo na comunidade, o que a escola vai poder fazer diante desse problema? Estendeu em sua fala que o povo Mura possui comportamentos próprios, como seu modo de vestir, de se comunicar e que as práticas culturais da aldeia Mura interferem na escola. “[...] *O conhecer a sua história, o se autoafirmar – esse é o papel da escola. O objetivo é o aluno chegar aqui na escola indígena e dizer: “eu sou indígena Mura!”*” (GESTOR DA ESCOLA).

Concluimos a discussão desse tópico e seção inferindo que a operacionalização das práticas pedagógicas Mura se fundamentam em marcos legais aqui apresentados que garantem a esse povo a revitalização e manutenção de valores próprios interligados aos seus elementos culturais e identitários e que ainda concebem a escola de São Félix como palco que viabiliza o trabalho educacional relacionando aldeia / povo / cultura / vida. Na próxima seção iremos aprofundar essa discussão com o intuito de conhecer de que modo essa relação se constitui nas práticas educacionais desenvolvidas.

2 A PRODUÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA E ARTICULAÇÃO COM OS ANSEIOS DO POVO

Esta seção apresenta a produção curricular da escola de São Félix e sua íntima relação com a vida cultural do povo Mura. Nesse sentido, a discussão feita trata sobre o conceito de cultura, currículo, identidade / diferença e a articulação desses conceitos com o currículo que é produzido na escola e, em seguida, é feita análise de alguns temas focais que foram trabalhados nos anos 2018 e 2019, compreendendo de que modo eles relacionam-se com os elementos culturais do povo. Posteriormente, são identificados nas vozes dos sujeitos avanços, recuos, dificuldades e facilidades no processo de implementação da educação escolar Mura.

O contexto das discussões se debruça sobre os modos de ocorrência na articulação produzida entre o currículo da escola e os elementos culturais do povo Mura, momento que consideramos fundamental para confirmar a hipótese de tese elaborada no projeto de pesquisa, apontando que o currículo escolar desenvolvido na escola de São Félix fortalece a cultura e a identidade dos Mura que habitam a aldeia supracitada e as aldeias vizinhas para as quais essa escola oferece o ensino.

2.1 Cultura e articulação com o currículo Mura

A abordagem sobre educação escolar Mura não pode ser realizada sem antes relacioná-la à concepção e compreensão do conceito de cultura, requerendo essa explicação como prioridade aos processos do planejamento pedagógico e à organização e elaboração da proposta curricular da escola específica e diferenciada.

Os estudos fundamentados na antropologia versam o homem como objeto de estudo, revelando que nós, seres humanos, somos distintos de outros seres com quem usufruímos de experimentações da vida no planeta, por fatores que nos determinam saltar desse mundo da natureza (embora sejamos parte dele e muito necessitamos dele para nossa sobrevivência) para um outro mundo – o cultural. Por esse trilhar da natureza, somos considerados seres biológicos, mas nos transformamos na medida em que vamos estabelecendo novas relações e nos socializando, com isso passamos a ser indivíduos culturais (ROCHA e TOSTA, 2009).

Considerando a amplitude do conceito de cultura, o assunto requer estudos teóricos aprofundados para abstração sobre esse assunto. Thomaz (2000) ressalta que, no âmbito de

seus vários conceitos, a sociologia ressalta que cultura é uma representação de tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo e que confere uma identidade dentro do grupo a que o indivíduo pertence.

No contexto das ciências sociais, cultura é o aspecto da vida social que se relaciona com a produção do saber, da arte, do folclore, dos costumes, etc., resultando na transmissão dos conhecimentos culturais de uma geração à outra. No sentido antropológico, a cultura passa, necessariamente, pelo estudo da unidade biológica e da grande diversidade cultural da espécie humana.

Thomaz (2000) acrescenta que cultura não se refere aos fenômenos individuais, pois o indivíduo necessita estar inserido em um grupo social para dar sentido às suas ações culturais, a partir de suas relações com os seus. Nesse sentido, as experiências culturais acontecem mediante o compartilhamento e a interação do indivíduo com seu grupo imediato:

Fenômeno unicamente humano, a cultura se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia [...]. É compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se referindo, pois a um fenômeno individual (p. 427).

Em análise, a cultura é prática dos resultados atitudinais e procedimentais de um determinado grupo, no entanto, é dinâmica e está sujeita a transformações, uma vez que, mediante as intervenções e compartilhamento com outros grupos culturais, novas alterações são estabelecidas nas produções e práticas culturais diversas. Assim, a cultura não se perpetua e, conforme o passar dos tempos e vínculos estabelecidos com outros grupos, ressignificações e recriações entram em vigor.

A cultura ao longo da história sofreu inúmeras transformações. Traços se perdem e outros se adicionam nas diferentes sociedades culturais. As transformações acontecem mediante o confronto com a resistência e com trocas e experiências (inter)culturais, e isso pode representar uma vantagem quando tais modificações são julgadas proveitosas, evitando o esforço da sociedade em aceitar ou rejeitar um novo conceito e uma nova prática.

Para Hall (1997), a cultura se relaciona com as ações sociais que resultam em significação que possibilitam dar sentido às pessoas que praticam essas ações, como também àquelas que observam. Essa significação encontra-se intrinsecamente ligada às teias dos “[...] sistemas de significados que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação a outros. [...] Tomados em

seu conjunto, eles constituem nossas ‘culturas’” (p. 1). Nessa lógica, o autor afirma que, as práticas sociais se convertem em ações de significação, portanto é cultural.

Estabelecendo relação entre Cultura e Educação, é inegável que a Educação é o caminho para se atingir a aprendizagem do legado cultural humano. Através da Educação as produções culturais são compartilhadas, apreendidas, aprendidas, ressignificadas, reproduzidas e praticadas. Nesse viés, a Educação enquanto prática das aprendizagens humanas, essencialmente é elemento da cultura, uma vez que essa última agrega tudo aquilo que é produzido pelo homem.

Nunes (s/d) analisa que por muito tempo as práticas hegemônicas consideraram a cultura unilateral e homogênea, desconsiderando a pluralidade e a diversidade em suas múltiplas formas de organização de vida. Só tinha cultura quem tivesse acesso aos mais dotados e considerados “bens” humanos, negando a existência do verdadeiro sentido de cultura e, principalmente estigmatizando e eliminando a riqueza cultural produzida por grupos minoritários. Nessa condição, a educação escolar transmitia valores distorcidos do sentido de cultura, com isso fortalecia práticas de desculturação, como afirma a autora:

Por muito tempo a cultura fora vista como única e universal, transformando-se num conceito totalizante, referindo-se ao conjunto de tudo aquilo que de “melhor” havia sido produzido em termos materiais, artísticos, filosóficos, científicos e literários, onde caberia à escola transmiti-los. Essa incumbência dada à escola atribuiu-lhe um caráter homogeneizante e normativo, onde a diversidade deveria ser padronizada, segundo os moldes da então cultura hegemônica (NUNES, s/d, p. 3).

Em tempos atuais, a Escola, em especial, a Escola Indígena, passa a assumir a responsabilidade em refletir, analisar, ensinar e educar o verdadeiro sentido e significado da cultura, rompendo com as ideologias ancoradas em padronizações, estereótipos e modelos estabelecidos por grupos de poder.

Tal responsabilidade e compromisso da Escola Indígena é útil para que os estudantes indígenas reconheçam e estejam conscientes sobre a existência das diferentes culturas: a cultura como produção humana e como transformadora do homem, a cultura como legado de um povo, que organiza os processos desenvolvidos na aldeia e a organização da vida em seus múltiplos aspectos. Nesse sentido, Nunes (s/d) observa que no atual momento, a Escola consegue identificar diferentes culturas presentes em seu cotidiano. Diante disso, assume uma postura reflexiva, chegando à conclusão sobre a imprescindível importância da diversidade cultural e, nesse viés, procura “[...] romper com práticas educativas padronizantes e

homogeneizantes, visando seguir um caminho que considere cultura, culturas e educação, muitas vezes precisando redefinir tais conceitos” (p. 3).

No contexto da escolarização são produzidos cotidianamente elementos culturais, os quais constituem a identidade cultural da instituição de ensino e refletem-se na formação dos atores envolvidos. No compreender de Sousa e Carvalho (2017, p. 81):

A cultura escolar, enquanto cultura organizacional, tem como base o estudo dos fatores sociais, culturais psicológicos que influenciam os modos de agir da organização, como um todo, mas também das pessoas em particular. Esses fatores, impregnados de uma cultura que é própria de cada escola ou instituição se diferem de uma organização para outra.

Corroborando esse posicionamento, Libâneo (2004, p. 106) observa que “[...] quando se pensa em modos de organização e administração escolar já aparece junto a preocupação com a cultura escolar, com as expectativas da comunidade”. Portanto, a cultura escolar abrange uma amplitude de influências no agir da instituição de ensino e nas atitudes dos sujeitos que dela participam.

Em linhas gerais, Sousa e Carvalho (2017) observam que as práticas desenvolvidas, em especial nas escolas não indígenas, fortalecem as ideologias da cultura dominante, uma vez que elas prestigiam a padronização de atitudes, valores e comportamentos que se ancoram no currículo e nos moldes de gestão organização da escola.

Esse pensamento justifica a contrapartida da implementação do projeto da Escola Indígena específica e diferenciada e com organização própria, rompendo “[...] com a padronização da cultura organizacional da escola etnocêntrica, que impõe a padronização de comportamentos, ações e atividades diversas” (SOUSA e CARVALHO, 2017, p. 82). Sobre esse tema, o Gestor da escola de São Félix, assim se posicionou:

Por muito tempo a escola tirou muito de nós. Principalmente no período longo de colonização e catequização. O que era ensinado nesse tempo vinha contradizer nossos costumes, nossa cultura. No entanto, a partir da Constituição de 1988, uma nova realidade de escola indígena foi projetada para nosso povo. Agora temos a oportunidade de fazer tudo diferente, pois a escola que violentou a cultura indígena por muito tempo, agora passa a fortalecer nossa cultura. Isso significa que os valores se inverteram e a escola agora passou a ser nossa aliada às nossas lutas pelos nossos direitos e pelo reconhecimento cultural do nosso povo.

Por outro lado, é válido a observância que os atuais e múltiplos assuntos que permeiam as atitudes e ações sociais dos diversos sujeitos não escapam da realidade contemporânea do povo Mura de Autazes-AM, configurando também problematizações que

precisam ser refletidas, analisadas e pensadas em como proceder e desenvolver a temática cultural dos diversos grupos e de que modo deverá ser inserida no projeto político-pedagógico e na proposta curricular, haja vista que essa necessidade não pode ser ignorada, considerando que a cultura envolvente processa continuamente novos hábitos e valores que são praticados e vivenciados no mundo globalizado.

Essa realidade é destacada pelo Gestor da escola de São Félix quando argumenta que os estudantes indígenas precisam também conhecer a cultura do “branco”. Além da verdadeira história que demonstra o quanto o povo Mura sofreu e foi praticamente eliminado, os alunos precisam saber como isso aconteceu, como os colonizadores e os catequizadores se organizaram para eliminar as práticas culturais, pois eles consideravam que somente a cultura deles deveria prevalecer. Ele considera que a escola de São Félix possibilita também ensinar que existem outras culturas, e que embora não concordem com a organização social de muitas delas, pois tentam o tempo todo ignorar a existência e a cultura indígena, “[...] a gente ensina nossos alunos Mura a respeitar o próximo, e também ensinamos que é importante conhecer as diversas culturas como forma de valorizar a nossa cultura e até mesmo de nos defendermos”.

A fala do Gestor permite inferir que, para além dos conteúdos específicos da cultura Mura de Autazes-AM que viabilizam processos de aprendizagem objetivando fortalecer a identidade cultural do povo. Também são trabalhados temas relacionados a algumas práticas sociais da sociedade envolvente que afetam os costumes culturais dos indígenas de São Félix.

Tal procedimento possibilita desenvolver um intercâmbio intercultural entre os Mura e os povos não-indígenas, no sentido de conscientizar os estudantes de São Félix sobre os modos de organização social desenvolvidos por outras sociedades. Esse assunto curricular é trabalhado pedagogicamente na escola, visando à obtenção do senso crítico, da ética e da formação cidadã dos estudantes aldeados, os quais terão a possibilidade de avaliar, fazer escolhas, lutar pela autonomia Mura e pela valorização da identidade étnica.

Para Luciano (2008, p. 71), “[...] a interculturalidade não é inverter a relação desigual de discriminado a discriminador, mas uma superação de qualquer forma de simetria nas relações culturais entre indivíduos e sociedades”. É nessa perspectiva que a interculturalidade torna-se a “[...] proposta mais viável para que, de fato, os processos de ensino e aprendizagens sejam mais significativos para os povos indígenas, rompendo-se com padrões culturais hegemônicos” (SOUSA e CARVALHO, 2017, p. 101).

Outrossim, destacamos que a grande maioria das populações indígenas do Brasil - exceto àquelas que residem isoladamente nas florestas e que ainda não tiveram contato com a

sociedade não indígena - articula relações diretas e indiretas com a sociedade envolvente. Portanto tratam-se de indígenas brasileiros de direito que interagem e integram-se de algum modo à sociedade nacional.

Nesse contexto buscam espaços de participação, mesmo em setores públicos onde o diálogo estabelecido é muito mais dissonante e vertical que intercultural, sendo aliás muito mais discursivo que diálogo efetivo e que leve em consideração as diferenças étnicas. No entanto, “[...] a conversa por vezes verticalizada já é uma prática social existente entre os sujeitos portadores de diferentes culturas” (SOUSA e CARVALHO, 2017, p. 101).

Com os Mura essa realidade não é diferente. Eles foram colonizados, catequizados, dizimados, perderam a língua nativa e até hoje ainda são discriminados pela sociedade hegemônica. Isso permitiu que novos costumes e organização de vida fossem transformando suas práticas culturais.

Hoje, muitos traços se perderam e outros foram adicionados às práticas socioculturais do povo, porém muitas delas ainda estão evidentes, tais como: a caça, a pesca, o cultivo das plantações, a medicina tradicional, comidas típicas, danças, artesanato, etc., embora possam ter sofrido alterações quanto às práticas dos primeiros Mura (PPP-MURA, 2003).

A educação intercultural dos Mura apresenta uma proposta pedagógica que trabalha o conhecimento sobre sua história, vivências, experiências, valores, tradições, expectativas, organização social e cultural, bem como os elementos que compõem as diversas culturas e que se incorporam e migram-se às práticas do dia a dia e na vida social desse povo. Portanto,

[...] os valores e as necessidades educacionais da sociedade indígena são diferentes, e por isso sua escola será diferente. Isso significa que o sistema educacional de uma sociedade está subordinado aos interesses gerais dessa comunidade. Em outras palavras, a educação faz parte das políticas que cada sociedade adota, buscando a sua sobrevivência e a continuidade das coisas que ela valoriza e em que acredita (por exemplo, sua língua, sua música, sua religião, etc.) (D'ANGELIS, 2012, p. 86).

É nesse prisma que a escola de São Félix vem desenvolvendo a educação para seus estudantes. Nessa direção, o currículo Mura se constrói a partir das necessidades de vida que os moradores identificam coletivamente (professores, pais, equipe técnica, alunos, lideranças da aldeia e moradores da comunidade) e estas convertem-se em temas geradores que são articulados aos conteúdos dos diversos componentes curriculares e trabalhados pedagogicamente em sala de aula. Isso pode ser confirmado a partir dos posicionamentos de diferentes sujeitos, quando defendem este modelo de escola como “ideal” para o povo Mura.

O Tuxaua da aldeia afirmou ser muito importante a forma como os professores e a direção da escola conduzem as aulas para os alunos Mura. A escola reúne com todos: pais, filhos, locatários, lideranças da comunidade, os próprios alunos. Todos participam de discussões em que, no final, são apresentadas as necessidades, os problemas e também aquilo que está dando certo em São Félix. A partir desse resultado de discussão coletiva, os professores organizam suas aulas e o ensino é concebido e praticado visando dar conta dos encaminhamentos apontados.

O Locatário-1 afirmou que também participa das coisas que são ensinadas na escola Dr. Jacobina. Segundo ele, o Gestor da escola faz a convocação e juntos com lideranças e comunitários, alunos, pais, professores, secretário e locatários dão as devidas sugestões sobre o que deve ser ensinado para os alunos: *“Eu acho que é uma forma diferente de trabalhar a educação das escolas do “branco”, pois aqui os assuntos das aulas são sugeridos por todos, e tudo isso é trabalhado na escola”*.

Uma mãe de estudante relatou gostar muito que seus filhos estudem na escola. Para ela, lá eles aprendem sobre a cultura do povo Mura e são conscientizados sobre o que eles devem valorizar: *“[...] nosso povo e que devem defender nossas terras. Sou muito feliz pela nossa escola, pois os professores também são Mura e ensinam aquilo que vai ser útil para nossa comunidade”*.

O Secretário da escola falou que, por muito tempo, principalmente quando a instituição de ensino estava sob responsabilidade do SPI e da FUNAI, ela ensinou a cultura dos “brancos” e os professores não eram indígenas: *“Agora, não! A realidade é diferente! Agora todos os professores, todo mundo que trabalha na escola é Mura. Isso é muito bom para o nosso povo, pois a escola tem ensinado sobre nossos costumes, nossa vida em comunidade”*.

Conforme observamos, as falas acima enunciam que o planejamento curricular da escola de São Félix é desenvolvido a partir das discussões coletivas organizadas pela gestão e professores com participação da comunidade. Os conteúdos são concebidos a partir dos apontamentos feitos pelo grupo e estes apresentam como proposta principal o ensino sobre a cultura Mura, a realidade e a importância da aldeia, a história dos povos indígenas, a valorização da identidade étnica, as relações com outros grupos sociais, entre outros assuntos.

2.2 Currículo escolar e articulação com o currículo Mura

No sentido etimológico, o termo currículo vem do latim e possui o significado de “pista de corrida”. Em termos mais genéricos, o currículo é compreendido como histórico escolar, histórico profissional ou até mesmo história de vida. No contexto educacional, ele é comumente visto como assunto que vai ser ensinado de um determinado componente curricular ou de uma área de conhecimento. Nessa lógica, é batizado como matriz curricular ou programa de conteúdo de um curso de formação.

Para os sistemas públicos ou privados brasileiros, a organização pedagógica segue propostas curriculares oficiais elaboradas por especialistas com aval do Conselho Nacional de Educação (Consed-MEC), como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) ou os Referenciais Curriculares Nacionais (RCNs). No caso da Escola Indígena, o Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena (RCNEI) é a principal diretriz para as práticas pedagógicas. Todas essas definições que se articulam ao currículo acabam compreendendo-o “[...] num sentido restrito, pois de fato, currículo, num sentido amplo requer uma conceituação bem mais abrangente” (SOUSA e CARVALHO, 2017, p. 114-115).

Existe uma vasta literatura que trata do assunto currículo escolar, fazendo-lhe inúmeras abordagens e em diversos enfoques teóricos. Porém, ao falar sobre currículo escolar não se pode limitar a uma oratória simples e fechada, pois isto exige reflexão, conhecimento, propriedade e um referencial teórico-metodológico para compreender tal conceito.

Segundo Canen e Moreira (2008), currículo escolar é uma proposta que organiza, reorganiza e norteia todas as ações educativas que envolvem uma escola, sejam elas no âmbito pedagógico propriamente dito, ou no que se refere às interrelações de todos os envolvidos no processo.

Kramer (1999, p. 54) afirma que currículo escolar são: “[...] diretrizes que uma escola precisa ter para se desenvolver como um todo: conteúdos, habilidades, metodologia, avaliação, objetivos, projetos – a organização de tudo isso”.

Andrade (2003, p. 11) apresenta currículo escolar como plano de ação que operacionaliza a proposta pedagógica da escola. Para este autor:

É ele que explicita a sequência dos conteúdos (quando ensinar), as formas de estruturar e acompanhar as atividades de ensino e de aprendizagem (como ensinar e avaliar a aprendizagem) e as competências e habilidades a serem desenvolvidas (o quê e por que ensinar). [...] Assim, conceituado, o currículo é o elo entre a teoria educacional e a prática escolar (o que realmente ocorre nas salas de aula), o

instrumento que articula possibilidades, necessidades, interesses, pretensões e perspectivas da escola, em um conjunto de escolhas, ações, ênfases e omissões.

Nesse sentido, pode-se considerar que currículo é fruto de uma construção social e cultural, pois tudo aquilo que se planeja e desenvolve está intrinsecamente ligado, visando à melhoria da sociedade, com objetivo de formar cidadãos ativos e críticos para as intervenções necessárias na construção de uma sociedade solidária e democrática.

Num sentido mais restrito, a proposta curricular é um dos principais norteadores do trabalho pedagógico da instituição de ensino a ser desenvolvida, atendendo às necessidades da escola e de seus atores, podendo diagnosticar dificuldades/desafios/possibilidades, tanto no aspecto acadêmico quanto no organizacional.

A concepção de currículo trabalhado pedagogicamente na escola de São Félix compreende que os conteúdos a serem ensinados devam estar interligados aos aspectos da vida em comunidade. Nesse sentido, a escola ganha a responsabilidade em desenvolver um “currículo em via de vida”, focado nos processos de ensino-aprendizagem pautados no bem comum e no fortalecimento da cultura e identidade Mura.

Esse entendimento é analisado por Luciano (2001) ao observar que a escola nos tempos atuais se tornou algo imprescindível e tem sido concebida como real necessidade “pós-contato” pelos povos indígenas. Mesmo considerando todos os desafios e entraves registrados em sua trajetória histórica, o projeto atual de Escola Indígena, nessa ótica, torna a escola o local onde é estabelecida a relação entre conhecimentos tradicionais e novos conhecimentos, o que deverá ser articulado com equilíbrio, preservando os interesses dos aldeados. Para além disso, a “Escola de Índios” possibilita informar a seus estudantes sobre as práticas e modos de organização da sociedade envolvente:

[...] facilitando o diálogo intercultural e a construção de relações igualitárias – fundamentadas no respeito, reconhecimento e valorização das diferenças culturais – entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado. [...] Acreditamos que a escola, como instrumento usado durante a história do contato, para descaracterizar e destruir as culturas indígenas possa vir a ser instrumento decisivo na reconstrução e afirmação das identidades (LUCIANO, 2001, p. 119).

No que se refere ao currículo escolar Mura desenvolvido em São Félix, este aglutina práticas pedagógicas que requerem um olhar abrangente sobre os diversos fatores que compõem os modos de organização de vida do povo, incluindo os elementos “[...] socioculturais, econômicos, crenças religiosas e também as questões geográficas, nos quais se

insere a instituição de ensino, sendo todos estes componentes do que se denomina de currículo” (SANTOS e LOPES, 2013, p. 142).

Isso é possível identificar nas falas sequenciais abaixo apresentadas pelas professoras, quando confirmam com eloquência que a proposta curricular encaminhada pela SEMEC-Autazes é articulada aos elementos culturais do povo Mura e que isso somente é possível mediante a participação ativa e efetiva da comunidade escolar, de lideranças e de aldeados nas discussões que geram propostas principais de ensino-aprendizagem que são trabalhadas nos bimestres.

Para a Professora-7 (atua no 4º ano do Ensino Fundamental), cada professor, de acordo com sua área de conhecimento, procura articular os conteúdos curriculares com a cultura Mura. Mas, antes do bimestre letivo, ocorrem reuniões coletivas envolvendo lideranças, pais, moradores, gestão, professores, o pessoal que cuida da merenda e da limpeza, o secretário, o vigia, os locatários, os próprios alunos, momentos em que são discutidos os problemas que estão sendo enfrentados na aldeia, como também as coisas que estão dando certo. A partir daí, surgem os temas para serem trabalhados nas aulas de todas as disciplinas e de todas as séries.

É nessa perspectiva que é elaborado o planejamento bimestral para organizar as estratégias de ensino, envolvendo o tema principal escolhido para ser trabalhado no bimestre. E a partir daí, cada professor elabora seu próprio planejamento e seus planos de aulas individuais, sempre articulando o tema com os assuntos a serem ministrados. De acordo com esta docente, quando termina o bimestre, “[...] nós fazemos uma avaliação com todos novamente, para verificar se conseguimos atingir os objetivos com o tema trabalhado. Já aconteceu de darmos continuidade no outro bimestre com o mesmo tema, quando chegamos à conclusão que é necessário”.

A Professora-7 destacou ainda que, após o encerramento de cada bimestre, é feita uma avaliação sobre o que se alcançou a partir do projeto de ensino desenvolvido, com fins de identificar possíveis necessidades oriundas do processo, como também analisar se os objetivos foram alcançados. Nesse viés, relatou sobre os eventos Mostra Cultural e Feira de Ciências que são organizados pelos professores da escola e objetivam apresentar os resultados obtidos durante o processo ensino-aprendizagem pautados na educação própria que se concretiza a partir das necessidades apontadas pelo povo Mura.

A Professora-9 (atua no Ensino Fundamental II, componente curricular de Ciências) relatou que a SEMED de Autazes envia a proposta curricular do município para que o Gestor e os professores tenham conhecimento. Após, se reúnem, discutem e procuram adaptar esse currículo com ênfase à realidade e à cultura Mura, contextualizando sempre com a vida em

comunidade. Ela também destaca a Mostra Cultural e a Feira de Ciências como espaços de socialização de conhecimentos oriundos do trabalho desenvolvido em cada bimestre. Na mostra cultural os alunos apresentam para toda comunidade tudo aquilo que aprendem estabelecendo relação com o tema principal. Nesse sentido, ela explica:

Por exemplo, se trabalhamos como tema principal a água, então essa mostra tem que ser voltado para isso; se trabalhamos no outro bimestre comidas típicas Mura, a mostra também tem que apresentar esse tema. Na feira de ciências, também procuramos relacionar o tema principal do bimestre com os aspectos científicos, como por exemplo, se nesse bimestre trabalhamos remédios tradicionais, então a feira apresenta uma diversidade de remédios que foram desenvolvidos por nós, indígenas. Não somente isso, mas também procuramos agregar outros temas, como danças, pintura, a plantação da mandioca e os seus períodos, onde cada turma fica responsável por cada tema a ser apresentado nesses eventos.

Para ela, isso tudo, de certo modo, acaba representando a cultura Mura que está sendo trabalhada em sala de aula, pois do mesmo modo que as escolas que têm mais recursos e grandes laboratórios, na escola de São Félix eles procuram trabalhar o conhecimento Mura, onde seus laboratórios é a própria aldeia e o campo de conhecimento, é a terra indígena. Além disso, a docente afirmou que, em 2019, os professores se reuniram com os mais velhos da aldeia para que eles relatassem “[...] o que cada mês representa como fartura, por exemplo: janeiro é período de quê? De peixes? Se for, a gente procura também trabalhar sobre isso nas aulas. Fevereiro é período da mandioca? Aí nós trabalhamos também esse assunto”. Segundo ela, para cada mês, os anciãos vão informando o que é mais produtivo, e eles aproveitam esse ensinamento e repassam aos seus alunos para quando se tornarem adultos “consigam manter essas culturas vivas”.

A Professora-8 (atua no 3º ano do Ensino Fundamental) relatou sobre 07 (sete) estudantes egressos da escola, os quais através de processo seletivo, estudam o curso Tecnológico em Agroecologia no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), o que para essa docente é resultado do processo educacional diferenciado ofertado pela escola de São Félix. Nessa ótica, ela argumentou que esse curso é “muito bom!”, pois ensina a união entre agricultura e a preservação do meio ambiente, sobre a ecologia, ou seja, ensina também sobre o desenvolvimento sustentável: “Um dia esperamos que, quando eles se formarem, eles possam retornar com os conhecimentos adquiridos e contribuam conosco”. Ela ressalta sobre a educação diferenciada que sempre privilegia a realidade Mura e contextualiza com os outros conteúdos das diversas disciplinas.

Ela ressalta ainda que, na prática, em cada turma, os professores trabalham sempre com ênfase no fortalecimento da cultura Mura e de acordo com as especificidades da vida em aldeia. Como exemplo ela cita que, se estão ensinando frases que contenham animais que iniciem com a letra “a”, então o aluno aprende sobre animais da região que iniciem com a letra “a”, como a anta; e não um animal lá da África.

Ela argumenta que os docentes querem que os alunos se formem dotados do conhecimento tradicional de suas raízes, como também querem que eles possam ter a oportunidade de se formarem em futuras lideranças, parteiras, médicos, odontólogos, advogados, tudo isso para que no futuro venham ajudar a comunidade, ajudar os aldeados, lutar pelo povo.

Por fim, a docente enfatizou que, mesmo que um dia, quando os estudantes estiverem formados e que devido a algum impedimento eles não retornarem para seu lugar de origem, que eles, de algum modo não possam esquecer as raízes étnicas e que possam sempre ajudar o povo Mura.

Analisando as falas das professoras 7, 8 e 9, podemos afirmar que o currículo Mura encontra-se fortemente incorporado à cultura do povo. Nesse sentido, concordamos com Lima (2011) quando observa que a cultura atravessa o currículo e que isso resulta na produção de identidades e num projeto fundamentado naquilo que se quer formar, particularmente na projeção de que tipo de pessoas se quer formar:

Sendo assim, a cultura também atravessa o currículo. O currículo aqui concebido inscreve-se no âmbito das teorias pós-críticas da educação [...]. A concepção pós-crítica do currículo significou uma ampliação dos questionamentos a serem considerados ao se problematizar o currículo para além das questões sobre “o que ensinar”. Questiona-se em primeiro lugar “o que eles ou elas devem se tornar” com “o que” for ensinado. O currículo está envolvido, antes de tudo, com a produção de identidades, naquilo que somos e naquilo que nos tornamos. O currículo também é uma questão de poder, pois, selecionar envolve poder, privilegiar um tipo de saber, destacar um tipo de identidade como sendo a ideal, representar desta ou daquela forma o outro diferente é uma operação de poder. Assim entendido, o currículo não está em um terreno puramente epistemológico, mas envolve disputas políticas em um território contestado (p. 4).

Nessa perspectiva, o currículo Mura é um instrumento de poder, uma vez que, de modo ativamente operante, privilegia, destaca, representa e disputa por ideais que se encontram relacionados ao projeto de vida do povo Mura. Por esse viés, transcende a listagem de conteúdos e propostas de ensino, pois desenvolve “[...] manifestação nas relações entre acadêmicos e docentes em um contínuo jogo de forças e como estas produzem identidades e diferenças” (LIMA, 2011, p. 4).

2.3 Identidade / diferença e articulação com o currículo Mura

Eis aqui uma questão que é importante analisar: quando afirmamos o currículo Mura produzir identidades e diferenças, *afinal o que é identidade e diferença?* Seleccionamos como fundamentos conceituais para esses dois termos o pensamento de Bauman (2005), Hall (2009), Cuche (2002), Santos (1977) e Oliveira (2007), ao considerarem que o conceito de “identidade” nos últimos tempos tem sido complexo.

Do ponto de vista etimológico, “identidade” é correspondente a dados específicos e com exclusividade de uma pessoa, que a distingue enquanto sujeito diferente das outras. Assim, a identidade trata sobre a diferença do indivíduo enquanto pessoa, isto é, resume-se em: “nenhum sujeito é igual ao outro”.

Bauman (2005) acredita que “identidade” configura um processo dialético permanente, sempre em busca de uma reconstrução e/ou de uma afirmação. Quanto à essa afirmação, este autor se posiciona:

A identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (p. 21).

Devido à dificuldade de um conceito que dê definição à “identidade”, pois o “eu” é transitório, não encontra-se fixo no tempo e está sujeito a mudanças constantes, e essas mudanças ocorrem de acordo com o meio social inserido e com jogos de interesses individuais e subjetivos - Hall (2009) apresenta como proposta a utilização do termo “sob rasuras”, indagando que: “Não tem como referência aquele segmento do eu que permanece sempre e já o ‘mesmo’, idêntico a si mesmo ao longo do tempo” (p. 108). Portanto ao se referir sobre identidade cultural, ela não deverá ser confundida como algo fixo e permanente e/ou “[...] um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma ‘unidade’ imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças, consideradas superficiais” (p. 108).

Bauman (2005) observa que a origem da identidade cultural surge a partir de características inatas do sujeito, ou seja, ele já nasce em um contexto cultural, entretanto o mesmo sujeito é quem vai selecionar, provisoriamente, de quais características culturais se

apropriará sua condição de vida, isto é, por tempo indeterminado, escolherá padrões de vida para sua vivência identitária.

Pode-se, portanto, inferir que a identidade cultural se insere num processo de relações estabelecidas entre a identidade do sujeito e a prática cultural do grupo de que o mesmo faz parte e até mesmo de outros aos quais ele tenha acesso. Assim, a identidade cultural é sujeita a transformações, é processual, pois a cultura do sujeito também é dialética e obedece a normas que lhes interessa no momento presente, podendo posteriormente serem alteradas por outras mediante jogos de interesse.

Faz-se importante salientar a ressalva de Cuche (2002), quando observa que, embora os discernimentos de identidade cultural e cultura tenham uma íntima relação, não se pode confundir suas noções. Isso porque, a existência da cultura poderá ocorrer sem necessariamente depender da consciência de identidade; por outro lado, as habilidades da identidade podem operar e descaracterizar uma cultura resultando até mesmo em transformações irreversíveis: “A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (p. 35).

Nessa direção, Santos (1977, p. 35) acrescenta:

[...] as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentidos, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época em época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso.

Considerando o exposto, observamos que a (res)significação de identidades não depende de uma transferência genética ou herança biológica que as tornam impedidas de progredir, como se fosse objeto inalienável ao indivíduo, ou mesmo de traços culturais determinantes e imutáveis. Porém, é procedente sempre de processos de transformação ou mudanças culturais internas, quando resultantes da dinâmica do próprio sistema cultural, ou externas, quando resultantes do contato de um sistema cultural com um outro (OLIVEIRA, 2007).

Hall (2009) contribui com essa concepção de identidade “sob rasuras”, esclarecendo que as identidades nunca conseguem ser uniformes, porém encontram-se sempre em

movimento, compostas por fragmentos, produzidas através dos discursos e que são dependentes da historicidade, resultando em permanentes processos de transformação.

A construção da identidade encontra-se interligada com a história, com a linguagem e com os valores culturais e isso produz o que nos tornamos ao longo dos tempos e não aquilo que somos, uma vez que sua transitoriedade é constante. Portanto, a construção identitária está relacionada de acordo “[...] como temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2009, p. 109).

Hall (2009) esclarece ainda que essa concepção da identidade “sob rasuras” é tão somente relacionada à diferença para que, de fato, haja possibilidade da identidade ser apreendida e compreendida: “As identidades são construídas por meio das diferenças e não fora delas” (p. 110). Isso significa esclarecer que é exclusivamente através da relação e de estabelecimento das vivências, experiências e trocas com o outro, ou seja, da relação com aquilo que não é que é possível acreditar em algo que se é.

Nessa perspectiva, “[...] as identidades podem funcionar, ao longo de toda sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em objeto” (HALL, 2009, p. 110). Isto é, o conhecimento e compreensão da identidade somente são exequíveis mediante o estabelecimento da relação com outro, e este, diferente.

As explicações do complexo conceito da identidade apresentadas pelos autores supramencionados e sua relação com a diferença permite-nos inferir sobre a contínua construção da identidade Mura e a importância da educação e do currículo escolar nesse contexto.

Os Mura resistem na história da humanidade e brasileira com registro de mais de 03 (três) séculos. Nesse período sofreram massacres irreversíveis, o que resultou em perdas significativas no patrimônio cultural. Isso é possível observar nas palavras de Silva (2006), quando afirma a este respeito que os Mura tradicionalmente ocupam a bacia do rio Madeira, no Amazonas e que, devido à ocupação de seu território, esse povo espalhou-se, passando a ocupar terras ao longo deste rio, aglomerando-se na região do rio Autaz. Após uma trajetória vivenciada por violência em prol do contato com as tropas oficiais no período colonial, sua população foi bastante dizimada ficando significativamente reduzida: “A pressão integracionista inseriu um número grande de indígenas na “mistura étnica” que caracteriza a população regional” (p. 2).

A cultura e identidade Mura têm sido produzidas de acordo com as relações estabelecidas ao longo dos tempos, confirmando as explicações dadas anteriormente por Bauman (2005), Hall (2009), Cuche (2002), Santos (1977) e Oliveira (2007).

Entretanto, atualmente as perdas culturais e identitárias resultantes do contato com os colonizadores, estão sendo conhecidas e refletidas pela comunidade através dos processos escolares que oportunizam não somente ao alunado, mas aos aldeados a (re)construção e autoafirmação de sua cultura e identidade expressas na diferença.

Nesse sentido, Silva (2006, p. 4) aponta a diferença da escola Mura e as consequências epistemológicas que ela reflete na vida dos seus estudantes:

A escola é diferente e faz a diferença para o povo Mura. É diferente não só na organização e administração, onde a comunidade pode questionar, dar opiniões e ajudar a definir os rumos da escola, como faz a diferença no sentido de que, se antes quem ia para a escola, de lá saía “menos índio”, confuso em relação à própria identidade, hoje quem a frequenta sai de lá “mais índio”, ou seja, tem a oportunidade de conhecer a sua história, rever suas origens e, com isso, fortalecer a sua própria identidade, processo esse que temos identificado como recuperação do orgulho étnico.

Para Silva (2006, p. 3), a Escola Mura é primordial nesse processo, pois através dela os conhecimentos históricos, culturais e identitários são profundamente analisados e realiza a valorização cultural do povo. A autora identifica nessa escola, uma visível apreciação dos(as) professores(as) Mura para o trabalho pedagógico no viés da interdisciplinaridade. Assim sendo, é confirmado que a Escola Mura promove a interdisciplinaridade, sendo factível a estreita relação dos conteúdos curriculares com os modos e organização de vida do povo: “[...] Os objetivos da Escola Mura vão além da busca do conhecimento. De uma forma dinâmica, encontram-se sempre em movimento, segundo as necessidades do seu povo, apontando a direção de sua luta pelos seus direitos” (p. 3).

O posicionamento de Silva (2006) é confirmado nas falas dos professores abaixo discriminados, quando complementam expressando que a escola forma pessoas, estabelece conexões com os elementos da vida comunitária, valorizando e enfatizando a manutenção das práticas culturais Mura.

O Professor-10 (atua no Ensino Médio, componente curricular de Sociologia) ressalta que a escola de São Félix é importante porque é indígena e os professores também são indígenas e o trabalho pedagógico visa atender aquilo de que o povo precisa. A escola é essencial porque é de lá que saem alunos formados e preparados para assumirem lideranças, para darem continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido.

O Professor-11 (atua no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, nos componentes curriculares de Ensino Religioso e Filosofia) afirmou que todos os filhos de São Félix têm a oportunidade de iniciar e concluir seus estudos na comunidade. Eles gostam da escola porque ela trabalha a cultura e a crença Mura: *“A escola acaba sendo algo que media a nossa vida, os nossos costumes, a nossa identidade”*.

O Professor-1 (atua no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, componente curricular de Arte) falou que escola prepara as crianças para a vida em comunidade, para vida Mura. Para ele, a prática de formar os filhos e que eles permaneçam no local valorizando aquilo que é do povo, é um ofício desenvolvido pela escola que não tem preço: *“Hoje todo mundo sabe o que a escola está trabalhando, o tema, o planejamento, quem ministra as aulas: as lideranças, os pais, os aldeados, todos sabem e todos participam”*.

As narrativas dos professores reforçam o pensamento de Silva (2006), quando situa os modos próprios dos Mura de educar e que essa particularidade denota fortemente as maneiras como os professores executam suas práticas pedagógicas, resultando em intervenções políticas e sociais que culminam nos modos de organização da vida em São Félix:

Refletindo sobre o processo vivido por nós junto ao povo Mura, consideramos significativo destacar como características do jeito Mura de educar: a não segmentação, a abordagem integrada, holística, a articulação escola/comunidade, escola como expressão da vida. O modo próprio Mura de aprender e ensinar vivenciado na comunidade tem repercussão na prática dos(as) professores(as), até mesmo porque escola e comunidade não estão dissociadas, sendo patente, inclusive, a compreensão do papel político do(a) professor(a), da influência que este(a) exerce na vida da aldeia (daí a grande ênfase no exemplo) (p. 3).

Desse modo, as práticas pedagógicas desenvolvidas em São Félix expressam a identidade / diferença do povo Mura. Eles, não somente os(as) professores(as), mas toda comunidade, transformam a “escola inventada pelos brancos” numa “escola com identidade indígena”, que se torna palco e foco para trabalhar seus valores, a expressão cultural enquanto produtora de significados e sentidos, valorizar seus saberes que dão garantia à diferença e projetam o futuro com base naquilo que compreendem ser o melhor para eles e para o bem comum da comunidade Mura.

2.4 Produção curricular à luz do “Planejamento Grande”

Com a autorização da Direção da escola, tivemos acesso aos 04 (quatro) Planejamentos Coletivos Bimestrais de 2018 e 02 (dois) de 2019. Esses planejamentos são chamados pelos professores de “Planejamento Grande”.

O objetivo foi identificar quais elementos culturais do povo Mura são trabalhados nas diversas disciplinas, observando de que modo o resultado das propostas/sugestões coletivas se efetivam em sala de aula. Também nos debruçamos em alguns trechos do PPP-Mura, visando conhecer as recomendações referentes aos assuntos a serem ensinados, possibilitando analisar os possíveis entrelaçamentos entre os planejamentos supracitados e esse último documento.

Ao analisarmos esses documentos, identificamos estreitas relações com tudo aquilo já apresentado até aqui, concernente à produção e constituição curricular Mura, mais precisamente aos aspectos quanto à valorização e fortalecimento da identidade e cultura, conforme podemos constatar nos quadros a seguir.

ANO: 2018

BIMESTRE 1

Proposta curricular presente no “Planejamento Grande”

Terra e conservação da biodiversidade

Objetivo

Compreender a importância de valorizar a conservação da terra e biodiversidade, a partir dos direitos legais aos povos indígenas, como uma das formas de garantir a seguridade social, tanto para a geração atual quanto para as futuras gerações.

Recomendações contidas no PPP-Mura sobre esse assunto

Páginas 50-51.

TEMA DE ESTUDO VIII: TERRA INDÍGENA

A importância de estudar o tema *Terra Indígena* é para que os alunos das escolas Mura se tornem conhecedores de suas próprias terras e assumam o papel de defensores desse patrimônio, bem como conhecedores de outras terras indígenas existentes no município, estado e país. Que valorizem as terras onde habitam, as quais vêm sendo invadidas e exploradas por fazendeiros, pescadores, caçadores e posseiros desmatando e extraindo a riqueza que nelas existem.

Que reconheçam as terras como mãe, pois é dela que germinam novas gerações. Que

tenham consciência da importância da preservação e uso racional das florestas, dos rios, dos lagos e igarapés, cabendo a natureza a reprodução dos frutos, da caça e pesca para o nosso consumo.

Os alunos deverão reconhecer que o povo indígena tem direito de ter suas terras demarcadas, garantindo assim o usufruto exclusivo das riquezas do solo, sua posse permanente e que sejam terras independentes de conflitos com os não-índios a partir do conhecimento de seu direito.

Que sejam conscientizados de que as terras indígenas são para serem utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar para que tenham uma boa reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Que o povo indígena Mura conheça a situação fundiária de suas terras e os direitos que lhe asseguram na legislação específica, para que saibam se defender e reivindicar nos momentos precisos.

O estudo da questão territorial não pode estar dissociado da questão educacional, dado o papel relevante da terra para a reprodução econômica, ambiental, física e cultural destes povos.

Fonte: Planejamento coletivo Bimestre 1-2018 e PPP-Mura (2003, atualizado em 2009).

No planejamento “grande” do Bimestre 1-2018, o tema proposto coletivamente foi sobre “Terra e conservação da Biodiversidade”. No PPP-Mura (2003, p. 51) esse assunto foi recomendado às práticas de ensino-aprendizagem com o intuito de:

- Reconhecer o que é Terra Indígena e sua importância para sobrevivência do povo indígena;
- Debater sobre a importância da demarcação de uma terra indígena;
- Identificar os processos legais da demarcação;
- Pesquisar junto aos idosos, FUNAI e outros, sobre os conflitos ocorridos em aldeias indígenas Mura em decorrência de invasões de terra;
- Conhecer os direitos a terra e seus usufrutos assegurados na Constituição Federal e legislação vigente, por meio de debates;
- Conhecer os órgãos que atuam em defesa dos povos indígenas na garantia de seus direitos constitucionais;
- Pesquisar as terras indígenas Mura existentes no município de Autazes por meio de mapas, consultando a FUNAI e outros órgãos competentes;
- Compreender a situação ambiental atual das terras indígenas Mura no município de Autazes.

Como se pode observar, a Terra Indígena e Biodiversidade para os Mura são temas dissociados de questões que geram interesses pessoais, posses e riquezas de origem capital. Ao contrário disso, eles debatem esse assunto, visando à conscientização da importância da preservação e valorização de suas terras, uma vez que, para eles, é nela que se encontra seu maior patrimônio, pois dela provém o alimento, o contato com a natureza, a utilização de recursos naturais sem por em riscos os ecossistemas. Tais práticas contribuem significativamente para a conservação da biodiversidade e a manutenção de solos férteis.

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998) o estudo do tema “Terra e Conservação da Biodiversidade” encontra-se intimamente relacionado à vida, à saúde e à subsistência dos povos indígenas. Num trecho deste documento, é registrado um depoimento de um Tuxaua de Roraima, o qual assim se posicionou: “Sem a terra não tenho casa, não posso caçar, não posso pegar peixe para os meus filhos comerem, nem viver direito” (BRASIL-RCNEI, 1998, p. 93). Nessa ótica, a terra para os indígenas metaforicamente assume papel de “mãe”, uma vez que concebe e sustenta a vida.

O RCNEI (BRASIL, 1998) ressalva sobre o imprescindível reconhecimento às inúmeras estratégias de trabalho que os povos indígenas adotam para conservar a fauna, como também a flora. Se hoje ainda existem matas conservadas com sua biodiversidade, isso se deve aos saberes adquiridos e ensinados por seus ancestrais. Os procedimentos “rústicos” e manuseio diferenciado da agricultura revelam segredos dos indígenas. A roças, as plantações e as coletas possuem significados relevantes para cada povo. As matas baixas exercem renovação e armazenamento de alimentos para muitos. É na floresta que se encontra lenha, também é lá que se encontra determinada planta utilizada na medicina tradicional para curar doenças e lá que se encontra. A floresta também possibilita a plantação do “[...] cará para fazer o seu mingau ou sua bebida preferida. Tira-se madeira para fazer nova casa para o filho que se casou ou então se colhe a fruta preferida ou ainda se caça a cutia, o tatu, dependendo da região do Brasil em que se localiza o povo” (BRASIL-RCNEI, 1998, p. 94).

Analisando essa temática, constatamos se tratar de uma pauta curricular desenvolvida na escola de São Félix que se encontra fundamentada nos interesses coletivos e na organização da vida Mura na aldeia. Isso porque se trata de um assunto que viabiliza também problematizar outros debates, tais como: consequências provocadas por invasores de terras indígenas, poluição do meio ambiente, mal uso da terra, preservação da natureza, bens produzidos pela terra indígena, cultivo de plantações, proteção aos animais, entre outros.

Considerando a relevância desse tópico, Silva (2006) observa que nos moldes Mura, o(a) professor(a) tem a incumbência de ser partícipe ativo de um projeto que vá para além da própria educação escolar. Para que isso aconteça, ele deverá, necessariamente, envolver-se com questões articuladas às práticas da vida, como por exemplo, “[...] a defesa e garantia das terras indígenas e a construção de alternativas de subsistência (auto-sustentação)” (SILVA, 2006, p. 12). Como consequência dessas operações, a escola tanto organiza o conhecimento específico do povo e desenvolve processos interculturais, como também tem que desenvolver estratégias para o enfrentamento e resolução de problemas.

A proposição temática confirma que os assuntos curriculares trabalhados pedagogicamente na escola de São Félix são selecionados a partir daquilo que é considerado relevante e significativo para os Mura. Isso é possível constatar na fala do Professor-12 (docente do 2º ano do Ensino Fundamental), quando afirma que os temas escolhidos para o planejamento não são aleatórios, ao contrário, são pensados juntos, discutidos, verificados quais os problemas que a aldeia está enfrentando e o que pode ser melhorado, quais os objetivos que os temas principais podem desenvolver. Nesse sentido, ele exemplifica assuntos, como a enchente, o alcoolismo, as drogas lícitas e ilícitas que podem ser trabalhados pedagogicamente em sala de aula. Por fim, ele argumenta que são a partir dessas demandas que eles procuram desenvolver as aulas, sempre apresentando possíveis soluções e sempre fortalecendo a cultura Mura: *“Então aqui é todo mundo junto, é integrado, é comunitário, é espírito de coletividade”*.

A afirmação acima do professor revela que a produção curricular da escola de São Félix busca dar voz e vez para todos, ao mesmo tempo que todos contribuem com a educação escolar em construção. Portanto trata-se de um currículo que promove espaços próprios para o povo, articulando um projeto de vida.

Concernente ao Bimestre 2-2018, a proposta curricular que ficou decidida coletivamente a se trabalhar na escola de São Félix foi a seguinte:

ANO: 2018
BIMESTRE 2
Proposta curricular presente no “Planejamento Grande”
Direitos e deveres indígenas na atualidade
Objetivo
Informar aos alunos Mura dos direitos assegurados na Constituição Federal e outros suportes legais, conscientizando-os sobre seus direitos e deveres diante da sociedade envolvente, para que esta saiba respeitar e preservar a integridade básica e moral dos povos indígenas e para o exercício dos direitos dentro das próprias aldeias indígenas.
Recomendações contidas no PPP-Mura sobre esse assunto
Páginas 43-44. TEMA DE ESTUDO IV: OS DIREITOS DOS ÍNDIOS

O tema de estudo *Os Direitos dos Índios* trata não somente dos direitos indígenas, tanto aqueles conquistados e assegurados na Constituição Federal de 1988 e em outros textos legais nacionais e internacionais, como também daqueles ainda não reconhecidos. Objetiva conquistar novos direitos e fazer valer os que já existem, aprendendo a lidar melhor com o mundo institucional público e privado da sociedade nacional e internacional e a tratar de demandas territoriais (demarcação e controle de recursos naturais), assistenciais (saúde, educação, transporte e comunicação) e comerciais (colocação de produtos no mercado).

Este tema trata exclusivamente dos direitos conquistados e garantidos em lei para os povos indígenas, no que diz respeito à terra, educação, saúde e outros.

Fonte: Planejamento coletivo Bimestre 2-2018 e PPP-Mura (2003, atualizado em 2009).

O tema “Direito e deveres indígenas na atualidade”, trabalhado no Bimestre 2-2018, é um assunto importantíssimo para o povo Mura. Isso porque possibilita desenvolver a conscientização dos estudantes referente ao conteúdo, como também contribui para a formação educacional, crítica, intelectual, moral, cívica, social, econômica, cultural e familiar.

Esse tema também se faz presente como referência no RCNEI (BRASIL, 1998), quando argumenta que as atuais leis e Constituição Federal vêm superar a disposição corrente em muitos Estados Nacionais, quando tratam os parâmetros de vida dos indígenas como agentes que os limitam à unidade nacional, demandando uma homogeneidade linguística e cultural. A representação étnica e cultural de cada povo é afirmada e confirmada como possibilidade dos indígenas fortalecerem suas identidades e práticas culturais. Nesse sentido, as garantias representadas nas leis sinalizam a abertura de novos formatos jurídicos que aceitam a diversidade étnica e cultural e isso é possível ser identificado tanto no âmbito internacional, por meio de declarações e convenções que são organizadas e elaboradas por organismos internacionais, “[...] como no âmbito nacional, através da promulgação de novas cartas constitucionais e de legislações específicas, como vem ocorrendo em toda a América Latina nos últimos anos” (BRASIL-RCNEI, 1998, p. 30).

O RCNEI (BRASIL, 1998, p. 30), considerando as atuais legislações que dão direitos e autonomia aos povos indígenas, afirma que dentre os inúmeros direitos garantidos, destacam-se “[...] o direito ao seu território e aos recursos naturais que ele abriga, o direito a decidir sobre sua história, sua identidade, suas instituições políticas e sociais, e o direito ao desenvolvimento de suas concepções filosóficas e religiosas de forma autônoma”.

Analisando os escritos do RCNEI (BRASIL, 1998) e as proposições contidas no “Planejamento Grande” e no PPP-Mura referente à pauta curricular acima destacada,

podemos constatar os entraves sofridos pelos povos indígenas concernentes à efetivação de direitos formalizados em leis.

Isso também é identificado na fala do Professor-13 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, componente curricular de Educação Física) quando expressou que, embora a Constituição e outras leis tenham garantido aos povos indígenas o direito à terra, o direito próprio de se organizar, o direito à escola específica e diferenciada, o que se tem visto ao longo do tempo é que esses direitos não têm sido fáceis de colocar em prática. Como exemplo, ele citou o caso da implementação da escola Mura, em que tudo tem acontecido com muita luta e batalha: *“Nada tem sido fácil. Mas foi com luta que estamos conseguindo construir nossa história e nossa escola de acordo com nossos interesses”*.

O Professor-2 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, componente curricular de História) enfatizou saber que os direitos indígenas estão garantidos em lei. No entanto, ele frisou que sem batalha nenhum desses direitos são de fato postos em prática. Ele acrescentou:

Aqui em nossas aldeias os fazendeiros têm invadido nossas terras, o homem “branco” tem pescado em nossos rios. As igrejas evangélicas juntamente com a Católica há muito tempo tem doutrinado nosso povo a se converterem ao cristianismo. Isso tudo demonstra o quanto nossos direitos têm sido transgredidos. Então nós temos que lutar para que de fato nossos direitos sejam concretizados. Nossa escola Mura de acordo com nossos interesses é resultado desse processo de luta. Nossa escola tem sido um espaço que apresenta aos nossos alunos Mura sobre os nossos direitos e deveres.

O Professor-10 (atua no Ensino Médio, componente curricular de Sociologia) afirmou que tudo o que foi conquistada tem sido resultado dos movimentos e de luta. Ressaltou que a escola ensina os alunos não somente sobre os direitos indígenas estabelecidos em lei, mas também conscientiza-os sobre os deveres: dever de preservar os rios, as matas, os animais, de cuidar das plantações, respeitar os mais velhos.

As falas dos professores denunciam que os direitos designados em lei aos povos indígenas, inclusive, o direito à educação escolar específica e diferenciada, para que de fato sejam postos em ação, é necessário organização e empenho por parte dos próprios indígenas o que envolve luta pela garantia e efetivação. Isso revela que o povo Mura vivencia um constante processo de resistência, o que não tem sido nada fácil para afirmar sua identidade em meio aos conflitos gerados pela sociedade hegemônica, conforme nos indica Candau (2002, p. 126):

[...] o debate cultural na América Latina coloca-nos diante desses sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades fortemente na nossa sociedade, mas numa situação de relações de poder assimétricas, de subordinação e acentuada exclusão.

Portanto, discutir e conhecer os direitos e deveres dos povos indígenas na escola de São Félix é imprescindível, pois, além do conhecimento construído, ocorrem ainda as devidas orientações referentes ao enfrentamento ao racismo e às desigualdades oriundas do processo colonizador, o qual, mesmo em dias atuais, continua gerando um quadro de negação da humanidade e dignidade dos povos indígenas. Nessa ótica, é indispensável lutar primeiramente pela obtenção do respeito, propiciando que de fato se torne legítimo e que sejam praticados os direitos concedidos aos povos indígenas.

Referente ao Bimestre 3-2018, o tema trabalhado na escola foi o seguinte:

ANO: 2018
BIMESTRE 3
Proposta curricular presente no planejamento “grande”
Meio Ambiente: água
Objetivo
Conhecer os aspectos físicos da água e seu valor para a população indígena Mura, como também a não indígena e os modos de relacionamento com os componentes da natureza, (plantas, animais, solos, relevo, entre outros) em outras paisagens.
Recomendações contidas no PPP-Mura sobre esse assunto
Página 52. TEMA DE ESTUDO VIII: TERRA INDÍGENA PROBLEMATIZAÇÃO Como se encontra a situação do meio ambiente na sua Terra Indígena? Que patrimônio biológico deve ser preservado na sua Terra Indígena? Têm muitos rios, igarapés, lagos? Todos estão conservados?

Fonte: Planejamento coletivo Bimestre 3-2018 e PPP-Mura (2003, atualizado em 2009).

É possível identificar que a água é um elemento central à vida do povo Mura. Além de ser uma necessidade basilar para todos os seres humanos, ela é considerada para os povos indígenas “[...] um bem da natureza, muitas vezes dádiva da divindade, responsável pela sua abundância ou pela sua escassez. Proveniente da natureza, a água é um bem de uso, em geral coletivo” (DIEGUES, 2007, p. 3).

No entendimento do Professor-6 (atua no 5º ano Ensino Fundamental), o desenvolvimento do trabalho pedagógico sobre essa temática curricular propicia ao estudante Mura discutir sobre a situação ambiental e ecológica, tanto na aldeia como no cenário mundial, principalmente no que se refere ao uso e proteção das águas e demais recursos naturais do planeta e, em consequência da democratização desse espaço de discussão, obtém-se a possibilidade de adotar atitudes positivas em relação à conservação e ao uso dos recursos do próprio território e aldeia.

O Professor-11 (atua no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, componentes curriculares de Filosofia e Ensino Religioso) corrobora o pensamento do Professor-6 quando afirmou que na escola de São Félix, os docentes procuram desenvolver um trabalho que valorize os aspectos culturais do povo e ainda conscientizam os alunos a preservar os rios, lagos, igarapés. Eles aprendem que é das águas que banham a aldeia que se tem o peixe, que se mata a sede, que se toma banho, que se produz remédios e que elas precisam ser mantidas sem contaminação para que todos os recursos oriundos delas sejam sadios e benéficos à saúde.

Desta feita, o trabalho que objetiva a conscientização da importância da água para o povo Mura estabelece a realização de reflexões e debates sobre as possibilidades de melhorias da conservação aquática e ambientais na aldeia, além de proporcionar a produção de saberes referentes aos recursos hídricos do território indígena Mura, o que permite uma ampla discussão referente à fauna que habita nas águas, à utilização consciente sem agredir o meio ambiente, à preservação dos lagos, igarapés e rios, os perigos a que os ambientes aquáticos encontram-se sujeitos a sofrer devido ao contato com o homem não indígena, e ainda discute sobre a relação água e saúde do povo Mura.

No tocante ao Bimestre 4-2018, o assunto curricular trabalhado pedagogicamente na escola foi sobre “Cultura Mura: nossa aldeia”, conforme podemos constatar no quadro abaixo:

ANO: 2018
BIMESTRE 4
Proposta curricular presente no planejamento “grande”
Cultura Mura: nossa aldeia
Objetivo
<p>Visa, por meio de uma permanente reflexão, que os alunos Mura tornem-se conscientes e formem opiniões sobre a história, vida, práticas culturais, crenças, valores, vida cotidiana do povo da aldeia, relacionadas ao jeito de cada um morar, trabalhar, se comunicar, produzir, comercializar, entre outras atividades, problematizando o momento atual da aldeia com os processos históricos vivenciados no passado, identificando ainda as questões relacionadas com a história da região, do município, do estado e do país.</p>
Recomendações contidas no PPP-Mura sobre esse assunto
<p>Página 31.</p> <p>TEMA DE ESTUDO I: HISTÓRIA DA ALDEIA</p> <p>O povo Mura há muito tempo vem lutando pela recuperação de sua memória histórica, revitalização e sobrevivência de sua cultura.</p> <p>Apesar dos preconceitos e dos ataques sofridos constantemente, os Mura tiveram muitas derrotas, mas também muitas vitórias, e assim foram reconhecidos como verdadeiros guerreiros do Madeira. As histórias contadas, escritas e difundidas pelos portugueses e sertanistas na época do contato, na maioria das vezes exageradas e distorcidas, levaram as forças legalistas a guerrearem de forma exterminadora contra o índio Mura.</p> <p>Apesar de todos os conflitos enfrentados o povo Mura sobreviveu, mas devido ao contato com a sociedade envolvente todo o povo da aldeia mudou, mudou sua maneira de ser, pensar e agir, e hoje grande parte do povo da aldeia desconhece sua própria história e seu passado.</p> <p>No município de Autazes existem várias aldeias Mura distribuídas em muitas terras indígenas, algumas delas demarcadas, outras em processos de reconhecimento oficial, sem contar com as aldeias localizadas em outros municípios no estado do Amazonas.</p> <p>As aldeias Mura geralmente ficam localizadas em lagos, pois os Mura gostam muito de pescar e caçar. Em época de seca, muitos índios saem para as margens dos rios onde o acesso é facilitado.</p> <p>Esse tema reforça a ideia de que desenvolvendo a capacidade de compreensão crítica da realidade de sua aldeia, os alunos possam contribuir de forma efetiva para a melhoria e mudanças necessárias ao bem-estar de suas aldeias, da cultura e do povo Mura.</p>

Fonte: Planejamento coletivo Bimestre 4-2018 e PPP-Mura (2003, atualizado em 2009).

A temática “Cultura Mura: nossa aldeia” é um assunto que articula e desenvolve o conhecimento antropológico aos estudantes Mura, principalmente no que se refere “[...] a

compreensão do processo histórico em que estão envolvidos, a percepção crítica dos valores e contra valores da sociedade envolvente, e a prática da autodeterminação” (PPP-MURA, 2003, p. 29).

Nesse sentido, segundo o Professor-3 (atua no Ensino Médio, componente curricular de Biologia), o conteúdo curricular estudado reforça a ideia aos alunos que, desenvolvendo a capacidade de compreensão crítica da realidade das aldeias Mura, eles conseguem contribuir e colaborar nas melhorias e nas mudanças necessárias ao bem-estar da vida em comunidade, além de compreender a cultura Mura.

A Professora-14 (atua no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, componente curricular de Geografia) analisa essa temática, abordando sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola que dialoga com a importância da vida Mura e de suas aldeias. Para ela, o trabalho da escola contribui para valorizar os mais velhos que contam a história Mura, permitindo analisar e reconhecer as mudanças ocorridas ao longo dos tempos e o “[...] *jeito de cada um de nós morar e nos organizarmos na vida em comunidade*”.

Como se pode observar, esse conteúdo curricular valoriza os saberes da comunidade e permite conhecer como esses saberes são produzidos e ensinados na aldeia. Essa forma de organização de vida diferenciada das sociedades não indígenas atende aos interesses do povo Mura e permite desenvolver a educação de acordo com suas concepções e fortalecer a cultura. A vida comunitária dos aldeados é também observada pelo RCNEI (BRASIL, 1998, p. 23), quando questiona:

A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual. Tais conhecimentos não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea.

A organização de vida em aldeia e os valores culturais da comunidade são temas curriculares primordiais ao povo Mura, uma vez que a educação escolar própria pesquisa e identifica os modos de organização de vida dos mais antigos e do povo atual, os meios de comunicação utilizados ao longo do tempo, as mudanças ocorridas na aldeia, os materiais que eram utilizados pelos mais antigos na construção de suas moradias, os recursos naturais encontrados na aldeia, os alimentos consumidos pelos aldeados, a medicina tradicional, a

organização de vida social do povo e as mudanças ocorridas nas diferentes formas de manifestação e expressão cultural.

Quanto ao Bimestre 1-2019, o assunto curricular trabalhado na escola de São Félix foi “Cidadania Mura e valorização da cultura”, como podemos identificar no quadro abaixo:

ANO: 2019
BIMESTRE 1
Proposta curricular presente no planejamento “grande”
Cidadania Mura e valorização da cultura
Objetivo
Desenvolver uma consciência crítica e reflexão histórica sobre os acontecimentos vivenciados pelo povo Mura, fortalecendo assim sua cultura, recuperando a memória histórica do povo, valorizando a identidade étnica do povo, refletindo sobre os aspectos históricos, políticos, lingüísticos e socioculturais adquiridos pelos Mura, tendo uma visão cosmológica do passado, do presente e perspectiva de futuro.
Recomendações contidas no PPP-Mura sobre esse assunto
<p>Página 31.</p> <p>TEMA DE ESTUDO II: HISTÓRIA E CULTURA DO POVO MURA</p> <p>É nosso objetivo recuperar (e o que já foi recuperado) a memória histórica e revitalizar a cultura do povo Mura, pois grande parte de nossos parentes vêm esquecendo a verdadeira história de nosso povo, valente e guerreiro e, também de nossas tradições e conquistas. Antes nossa história era contada de forma distorcida tanto pelo colonizador, quanto pelos sertanistas, missionários e também por alguns historiadores. Os não-índios da região também não nos viam com bons olhos. Éramos vistos como selvagens, como um povo sem alma. Atualmente no município de Autazes já se reconhece à importância da cultura e história do povo Mura, que vem sendo contada pelos mais velhos e, que vem sendo registrada pelos professores através de pesquisas.</p> <p>O tema de estudo <i>História e Cultura do Povo Mura</i> abrange um grande conjunto de informações sobre a trajetória vivida por esse povo ao longo de sua história, desde antes da chegada dos europeus até os dias atuais.</p> <p>Esse tema de estudo perpassa por momentos marcantes da história Mura, como por exemplo, o que aconteceu com a chegada dos europeus no território Mura; seus hábitos e costumes; os primeiros conflitos; o processo de murificação; o grande conflito da cabanagem; as aldeias de repartição; a resistência dos Mura com suas estratégias de guerra; a pacificação; as aldeias Mura no município de Autazes; as conseqüências de contato; a discriminação e os preconceitos sofridos por esse povo.</p>

Fonte: Planejamento coletivo Bimestre 1-2019 e PPP-Mura (2003, atualizado em 2009).

Consideramos esse foco temático proposto no Bimestre 1-2019 um dos mais significativos no que diz respeito aos conhecimentos da historicidade e aos processos desenvolvidos quanto à organização social, política, econômica e os resultados da dinâmica das produções culturais dos Mura de Autazes-AM.

Nessa proposta de ensino-aprendizagem, há um conteúdo curricular que nos chamou atenção, referente ao processo de murificação vivenciado pelo povo. No entendimento do Professor-15 (este professor ministrava aula no componente curricular de Língua Portuguesa e hoje, encontra-se aposentado, considerado um dos anciãos docentes do povo, com 74 anos), esse processo foi utilizado pelo grupo Mura para fortalecer o seu povo na época da Cabanagem. Nesse período os Mura ficaram frágeis com a população reduzida para lutar. Os cabanos estavam eliminando os negros e os índios. Então foi que muitas etnias procuraram abrigo entre os Mura e estes faziam a seguinte negociação: “- *Pode vir! Mas você vai lutar junto com a gente para nos defender!*”. Quem se agregava aos Mura deixavam de ser, por exemplo, Sateré Mawé e se autoidentificavam como Mura. A mesma coisa aconteceu com os negros: aqueles que se juntavam aos Mura se transformavam em Mura. Na murificação acabaram ingressando muitas pessoas que estavam sendo desprezadas pelos cabanos e transformaram-se em Mura: “*Consideramos que foi um processo muito bonito e democrático, que conseguiu fortalecer o nosso povo*”.

Conforme podemos observar, o relato do Professor-15 revela que o processo de murificação foi visto como estratégia de ampliação e fortalecimento do grupo, porém num sentido quantitativo, uma vez que agregou ao povo um número de pessoas que se autodenominavam Mura. No entanto, são complexas as consequências que essa tática de aumento populacional provocou na cultura, considerando que, segundo o ancião, o critério que era utilizado para fazer parte do grupo era somente o desejo e a confirmação em integrar-se ao grupo. No entendimento de Fernandes (2009, p. 37):

[...] a formação do povo Mura no pós-guerra da Cabanagem, são a acomodação de fugitivos de guerra, mestiços, negros e índios de outras etnias, portanto obrigando uma nova feição nas relações sociais. Esse desdobramento do conflito teve consequentes implicações no sistema cultural Mura.

A afirmação do autor denuncia que as relações interétnicas estabelecidas e desenvolvidas após a guerra da Cabanagem provocou mudanças constantes e significativas às práticas sociais do povo. No entanto, a herança desses processos permite que a escola de São Félix debata pedagogicamente a importância da autoafirmação étnica como estratégia de

enfrentamento às atuais práticas etnocêntricas, preconceitos e discriminações que estão sujeitos a sofrer por aqueles que os considerarem seres inferiores em vias de extinção.

Sobre isso, a Professora-7 (atua no 4º ano do Ensino Fundamental) afirma que trabalhar na escola conteúdos culturais que debatam não somente as coisas boas, mas também as coisas difíceis que perpassam a história dos Mura é um ganho significativo, pois possibilita que os estudantes conheçam essa parte da história e se autoafirmem.

Consoante à fala da Professora-7, o Professor-6 (atua no 5º ano do Ensino Fundamental) pondera que a autoafirmação Mura é muito bonita. Ela permite que os estudantes enfrentem os preconceitos, as discriminações e toda forma de violência provocadas por pessoas que se julgam superiores e que tentam os oprimir pelo fato de serem índios. Segundo ele, a autoafirmação os conscientiza que são tão iguais quanto qualquer um outro e que apenas possuem modos próprios de organização e de tocar a vida.

Portanto, construir bases epistemológicas a partir da perspectiva do conhecimento e da conscientização referentes às transformações culturais e aos violentos massacres a que foram submetidos, é imprescindível aos Mura como exercício de alteridade. Nesse entendimento, Silva (2006, p. 4-5) sinaliza:

Ao longo de nossa trajetória de pesquisa, foi possível entendermos que a escola Mura, tanto a ideal, sonhada por esse povo, quanto a real, aquela que está sendo construída no dia-a-dia, é fruto de sua história de vida, com suas lutas e sofrimento mediante a discriminação e a tentativa de extinção, não só pelo massacre como pela “integração”. Para essa escola, vão desenhando um “perfil” de professor(a) que seja comprometido com as lutas de seu povo, com a construção de um projeto indígena de escola, capaz de incentivá-los a recuperar a própria história e preparar lideranças para continuar essa luta não só pela educação, mas por saúde, terra e dignidade.

Nessa lógica, o tema curricular objetivou o desenvolvimento da consciência crítica-reflexiva dos estudantes Mura e a construção de conhecimentos referentes ao movimento histórico vivenciado pelo povo, identificando as principais mudanças ocorridas, as marcas políticas e linguísticas e os modos de organização de vida. Estudar esse tema curricular possibilita ainda a constituição da postura ética para que esses estudantes valorizem sua cultura e a identidade étnica, oportunizando-os obter uma visão cosmológica concernente às experiências e vivências e, principalmente, compreender de que modo essas práticas são apreendidas e debatidas no cenário da educação própria.

No que tange ao Bimestre 2-2019, a proposta temática escolhida pela comunidade Mura para estudo na escola de São Félix foi a seguinte:

ANO: 2019

BIMESTRE 2

Proposta curricular presente no planejamento “grande”

Autossustentação: Produção e Economia Mura

Objetivo

Conhecer e compreender a importância da Autossustentação tradicional Mura, como uma das formas de assegurar uma produção econômica significativa, tanto para a geração atual quanto para as futuras gerações.

Recomendações contidas no PPP-Mura sobre esse assunto

Páginas 34-36; 38.

TEMA DE ESTUDO I: HISTÓRIA DA ALDEIA

QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS

3. Falando dos Alimentos

Quais os alimentos mais usados na aldeia na época dos antigos? Como eram preparados? Onde eram preparados esses alimentos? Os alimentos eram conservados, de que forma? Quais os alimentos produzidos hoje na aldeia? Que tipos de alimentos são comprados fora da aldeia? Onde são comprados? O que é feito com as embalagens dos produtos depois de usadas? Quais os alimentos mais consumidos? O que mudou no hábito de alimentação do povo Mura? Qual a época de maior fartura de peixe e caça na aldeia? Em que lugar as pessoas de sua aldeia costumam pescar e caçar? Quais os meios e instrumentos usados para a obtenção desses animais? Que tipos de caça são usadas para alimentação? Que tipos de peixes são os mais consumidos? O povo da aldeia caça e pesca somente para comer ou também para vender? Existe algum tipo de animal ameaçado de extinção na sua aldeia, por quê? Qual o lugar do roçado? O que é plantado no roçado? Quem planta? Quem cuida do roçado? O que é plantado é para comer ou vender? Qual a época de maior escassez de alimentos na aldeia, por quê? O que faz o povo da aldeia para superar as dificuldades de alimentos? Por que está faltando alimento para o povo da aldeia? O que acontece com as pessoas que não podem comprar alimento?

7. O Trabalho de Cada Um

Que atividades diárias praticam as pessoas de sua aldeia? Em que as pessoas mais se ocupam? Como as pessoas de sua aldeia se organizavam para trabalhar antigamente? Isso ainda acontece nos dias de hoje? Que tipo de trabalho é realizado pelos homens? E pelas mulheres? O que fazem as crianças? Existem pessoas de sua aldeia trabalhando na cidade? Por que elas foram trabalhar fora da aldeia? O trabalho praticado na aldeia é igual ao trabalho na cidade? Por quê? Quais os tipos de trabalho remunerados na sua aldeia?

14. Praticando o Comércio

Existe algum tipo de comércio na sua aldeia? Que produtos são comercializados? Qual o

preço desses produtos? Quem comercializa os produtos na aldeia? De que forma os produtos são comercializados? Que benefícios são gerados na aldeia com as atividades comerciais? Quais os produtos mais consumidos pelas pessoas da aldeia? Elas pagam caro ou barato por esses produtos? O que eles costumam comprar na cidade? Existe algum tipo de comércio ilegal na sua aldeia? Por que isso acontece? O que é preciso fazer para que isso não mais aconteça? Que interesses estão por trás dessa prática?

Fonte: Planejamento coletivo Bimestre 2-2019 e PPP-Mura (2003, atualizado em 2009).

Discutir sobre a Autossustentação é propiciar espaços de reflexão sobre a valorização dos produtos de subsistência do povo Mura. Portanto, trata-se de um assunto importantíssimo com vistas à compreensão relativa ao uso de recursos naturais com conscientização ambiental e práticas de desenvolvimento sustentável. Esse assunto é orientado pelo RCNEI (BRASIL, 1998, p. 97) como relevante, por tratar-se de um tema de sobrevivência.

As narrativas abaixo dos professores indicam que o tema debatido na escola possibilita que os estudantes exerçam práticas de agricultura específicas, visando ao bem comum e garantindo a sobrevivência da aldeia.

O Professor-4 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, componente curricular de Matemática e Física) observou que com esse tema eles ensinam seus estudantes a projetar e inaugurar hortas a partir do trabalho coletivo; que além das frutas e verduras que são plantadas nos quintais de suas casas e de suas famílias, eles precisam conversar com seus pais e dizer o quanto é importante organizar essas hortas comunitárias e também pescar não somente para os seus, mas quando algum Mura da aldeia necessitar de um alimento, eles possam dividir com ele.

O Professor-16 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, componente curricular de Química) apresentou como exemplo, a criação de bovinos que é de toda a comunidade que mora no local. Para ele, isso os ensina que não devem ter visão de posse e de individualismo, mas sim de companheirismo e convivência, onde todos podem ajudar uns aos outros.

As falas acima relatadas dialogam com o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 97) quando este enfatiza que os povos indígenas estudam possibilidades de desenvolver a autossustentação de forma autônoma, gerando modos específicos de organização em relação a esse tema.

Por outro lado, identificamos na aldeia São Félix outros modos de sobrevivência e organizações econômicas, os quais foram herdados através dos contatos interétnicos, tais como os pequenos comércios individuais que geram renda aos proprietários, conforme podemos observar na imagem abaixo:

Figuras 5 e 6
Pequeno comércio em São Félix



Fonte: Fotografias feitas pelo pesquisador.

Essa forma de organização econômica e de sustentação familiar também é observada no RCNEI (BRASIL, 1998, p. 97) quando argumenta:

Com o passar do tempo e a aceleração do contato, os membros das comunidades indígenas tendem a depender de outros tipos de trabalhos para sua sustentação, tornando-se diaristas e exercendo outras formas de trabalho que a sociedade envolvente lhes oferece.

Em síntese, o tema “Autossustentação: produção e economia Mura” possibilita ao estudante conhecer as diversas alternativas de autossustentação que circulam no mundo contemporâneo. No entanto indica formas e estratégias de organização sustentável a partir do espírito coletivo, visando fortalecer práticas comunitárias que estabeleçam a construção da autonomia Mura frente a esse cenário.

Como se pode verificar, as análises documentais feitas partiram do enlace firmado entre o planejamento “grande” e o PPP-Mura, ao mesmo tempo em que foram identificadas as relações existentes entre os dois documentos. O critério de escolha desses documentos para análise se deu mediante a compreensão de que todo trabalho desenvolvido no ensino-aprendizagem na escola de São Félix se origina dos resultados das discussões coletivas e comunitárias que ocasionam a elaboração do planejamento bimestral em consonância com as propostas de ensino presentes no PPP-Mura.

Além disso, foi identificada nas falas dos participantes da pesquisa, em especial, dos professores, a ênfase em apontar que a produção curricular da escola é concebida e desenvolvida a partir dessa relação documental e ainda revelam que o PPP-Mura é o guia orientador de suas práticas educativas, conforme vemos a seguir.

O Professor-16 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, componente curricular de Química) aponta o PPP-Mura como o documento da escola que norteia tanto a

organização, como também o ensino. Enfatiza ainda que ele guia e ajuda os docentes quanto às formas de trabalho da educação Mura e, portanto é o principal documento da escola.

A Professora-5 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, componente curricular de Língua Portuguesa) assevera que, além de toda equipe que compõe a escola, todos os pais e a comunidade sabem da existência desse documento norteador e que ele se baseia na cultura do povo. Acrescenta que ele foi elaborado para assegurar o que está constituído em leis sobre educação indígena específica e diferenciada.

A Professora-14 (atua no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, componente curricular de Geografia) observou que, primeiramente é realizado o planejamento coletivo e, posteriormente cada professor elabora seu planejamento e os planos de aula e todos esses planejamentos devem estar interligados com o PPP-Mura. Afirmou ainda que os docentes têm o maior cuidado e zelo para conferir se o que eles propõem como conteúdos curriculares estão dialogando com o documento.

A Professora-7 (atua no 4º ano do Ensino Fundamental) relatou que o PPP-Mura apresenta diversas sugestões de conteúdos para serem trabalhados junto aos alunos, tais como: temáticas sobre território, meio ambiente, a caça, a pesca, o plantio, a água, a demarcação das terras indígenas, a história, a memória, a cultura e identidade, a autoafirmação, entre outras.

O Professor-12 (atua no 2º ano do Ensino Fundamental) ressaltou que eles ensinam a partir do PPP-Mura. Nesse viés, tudo aquilo que já passaram historicamente, como as marcas deixadas pela Cabanagem, as perdas, a língua; e também debatem em sala de aula assuntos sobre o artesanato indígena, cultura e modos de organização da vida e estratégias para manutenção das práticas culturais. De acordo com ele, tudo isso é trabalhado pedagogicamente com os alunos para que eles aprendam a valorizar e fortalecer cada vez mais os elementos culturais do povo.

As discussões feitas até aqui fundamentam a confirmação referente à hipótese de tese elaborada no projeto de pesquisa de doutorado. As experiências produzidas no campo científico permitem-nos afirmar que o currículo que orienta o fazer pedagógico da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina assegura as propostas oficiais educacionais destinadas aos povos indígenas brasileiros, convertendo-se num projeto que possibilita melhorias ao processo educativo e à vida do povo Mura que habita São Félix e dos residentes das aldeias vizinhas que possuem alunos matriculados nessa escola.

Nessa direção, o currículo escolar passa a ser concebido como instrumento que fortalece a identidade e cultura dos Mura, viabilizando contribuições significativas na organização de vida do povo.

2.5 Desafios e superações na educação escolar Mura

Neste tópico são apresentados avanços/recuos, facilidades/dificuldades experienciados pelo povo Mura no que tange ao processo de implementação da educação escolar específica e diferenciada e que representam desafios e possibilidades para a Escola Mura de Autazes-AM.

2.5.1 Avanços

Conforme já anunciado neste estudo, as possibilidades de avanços na educação escolar indígena brasileira são significativas a partir da Constituição Federal de 1988. Luciano (2013) define esses avanços se firmando no raciocínio de Meliá (1979), apontando as diferenças e conquistas entre as duas realidades organizadas politicamente na história: “escola para índios” (instituída desde o Brasil-colônia até a Constituição Federal de 1988 com o objetivo de assimilar os indígenas à cultura ocidental) e “escola de índios” (nova proposta a partir da Constituição Federal de 1988, respeitando e resguardando o legado cultural dos povos indígenas):

A partir da Constituição Federal de 1988 a escola indígena passa ter a missão inversa da antiga “escola para índio”, a de contribuir para a continuidade histórica dos povos indígenas, étnica, cultural e fisicamente. O cumprimento dessa nova atribuição passa a ser o maior desafio da escola indígena contemporânea (LUCIANO, 2013, p. 13).

No entanto, na prática, os processos de implementação da educação escolar indígena no cenário nacional caminham a passos lentos e a efetivação dos preceitos designados na legislação atual depende muito do próprio movimento indígena que vem lutando incansavelmente pela execução e consolidação da escola própria.

Com os Mura não foi diferente, considerando tratar-se de um povo que sempre lutou por sua própria existência e que encontrou na educação escolar lugar para projetar, desenvolver e fortalecer os elementos da vida indígena, o que garante um futuro alicerçado em seus ideais, naquilo que eles querem e que compreendem ser o melhor para a vida comunitária.

A proposta atual de como a educação escolar indígena Mura deva acontecer é expressa nas palavras de Fonseca e Weigel (2018, p. 241-242) quando posicionam-se:

[...] observamos os fundamentos e perspectivas acerca da Educação Escolar Indígena, uma vez resguardada em legislações constitucionais, um ensino que seja diferenciado e específico, bilíngue e intercultural, ressignificando o conhecimento intercultural que prioriza o processo de aprendizagem de forma a não tender para a homogeneização do conhecimento, e sim, garantindo a experiência própria vivenciada por cada aluno. A educação escolar indígena ganha espaço, sendo garantida por lei uma educação que supera toda e qualquer forma de exclusão e que o ensino bilíngue sirva para manutenção da cultura indígena, para não negá-la e sim resguardá-la das intenções de submeter os indígenas a um ensino homogeneizador e arbitrário.

As palavras das autoras sinalizam que a Escola Indígena Mura projetada e em atual implementação vem progressivamente superando a exclusão social sofrida e processos homogeneizadores de ensino que resultam em práticas verticalizadas, contribuindo para descaracterização cultural dos indígenas. Isso foi um avanço importantíssimo, pois essa nova configuração escolar baseada no currículo diferenciado e específico, reconhece esse povo como pessoas de direito e que devem usufruir de direitos garantidos, instituindo e executando processos próprios de aprendizagem. No processo da pesquisa empírica, constatamos nas vozes dos Professores da escola, alguns avanços por eles apontados que têm contribuído ao fortalecimento da Escola Mura e que confirma o exposto.

A Professora-5 relatou que, em meados da década de 90 do século passado, as escolas Mura só tinham professores não-indígenas. Após diversas solicitações e reivindicações da OPIM e das lideranças Mura de Autazes, a partir de 2001, as escolas aos poucos foram criando uma identidade Mura, com professores Mura. Hoje, toda equipe que trabalha na escola é Mura. Para ela, esse é um avanço significativo.

A Professora-14 apontou como avanço o processo de formação continuada dos professores Mura, pois antes os docentes eram formados com o Ensino Médio e hoje, possuem o magistério Mura Peara, o curso de licenciatura Mura, a especialização Mura e estão discutindo sobre o “sonho” de articular um mestrado específico e diferenciado. Segundo ela, *“tudo isso não foi nada fácil, foi com muita luta, mas conseguimos e vamos conseguir muito mais!”*.

O Professor-11 acrescentou como avanço o respeito de todos os governos que já se passaram em Autazes desde que a Escola Mura foi reconhecida. Segundo ele, o governo municipal tem procurado se sensibilizar com *“[...] nossa causa e nos tem dado autonomia para gerenciar nossas escolas para que possamos desenvolver a educação escolar diferenciada e específica”*.

O Professor-6 identifica como avanço a própria escola, pois reconhece ser ela um espaço que forma o povo tanto intelectualmente como também fortalece a cultura Mura e

conscientiza sobre os direitos e deveres indígenas. A escola nesse sentido, “[...] se torna ponte, pois conscientiza todo o povo, as lideranças, os aldeados, os alunos, a comunidade”.

Congruente à fala do Professor-6, temos o posicionamento da Professora-14, quando afirmou que antigamente a escola ensinava os conteúdos dos “brancos”. Era uma escola à desserviço da cultura Mura: *“Hoje não! Essa realidade mudou! Hoje nossa escola ensina tudo com base nos temas geradores que dialogam constantemente com nossa realidade, com nossa cultura. Isso resulta na nossa cultura e na nossa identidade fortalecidas”*.

O Gestor da escola aponta como avanço a implementação do Ensino Fundamental II e Ensino Médio recentemente conquistados. Segundo ele, até o ano de 2016 a escola somente oferecia o Ensino Fundamental I. A partir de 2017, houve reivindicação do povo junto à SEMEC-Autazes/AM para implementação do Fundamental II e isso se tornou realidade. No ano de 2019, a escola já ofertou o Ensino Médio, graças às solicitações coletivas dos Mura: *“Então você pode perceber que os avanços acontecem conforme nossas solicitações e com muita luta”*.

Os relatos dos Professores apontam os seguintes avanços na Escola Mura de São Félix: a) a construção da escola com recursos humanos (gestão, docência, vigia, secretário, pessoal da limpeza e merendeiras, locatários), onde todos se identificam como Mura; b) o processo de formação continuada dos professores Mura com ênfase nas especificidades culturais e identitárias, desde o magistério Mura Peara, o curso de nível superior, o curso de especialização *lato sensu* e o sonho do Mestrado Mura; c) o respeito dos governantes do município à implementação da Escola Mura; d) a escola que forma valores alicerçados na cultura e identidade Mura; e) a oferta da educação básica abrangendo três etapas de ensino: Fundamental I, Fundamental II e Médio. Essas concepções que fundamentam a instituição de ensino de São Félix são descritas por Ferreira (2001, p. 109) quando observa que a construção da Escola Indígena é resultado de luta:

O movimento indígena, por meio das organizações e lideranças, tem reivindicado, em última análise, o direito à autodeterminação também em relação à educação escolar. Isso significa que as populações indígenas exigem que as práticas educativas formais desenvolvidas em áreas indígenas sejam definidas por elas e que as concepções de educação, processos de socialização e estratégias de ação sejam as bases dos processos educativos.

O posicionamento de Ferreira (2001) expressa que a existência da Escola Mura somente é possível mediante a possibilidade do exercício de sua autonomia que gera poder de tomada de decisão em todos os aspectos que regem a instituição de ensino de São Félix. Nesse

sentido, a análise da autora dialoga estreitamente com os pontos positivos apontados pelos(as) professores(as) quando revelam os avanços significativos protagonizados pelo povo Mura de Autazes-AM, uma vez que essas conquistas são proativas e atendem aos interesses e à proposta educacional defendida pela comunidade Mura, resultando num projeto de Educação Escolar Indígena articulado à vida cultural dos aldeados.

2.5.2 Recuos

Até aqui a pesquisa apresentou que a Educação Escolar Mura tem caminhado seguindo a efetivação dos escritos e designações das leis que tratam das particularidades da Escola Indígena e que os modos peculiares do trabalho pedagógico da escola de São Félix se transformam em empreendimentos que fortalecem a organização da vida coletiva da aldeia.

O caminho trilhado pela Escola Mura foi organizado politicamente e de modo colaborativo pelo povo e por indigenistas à luz dos preceitos que respeitam as especificidades, o direito à diferença e a garantia de processos de ensino fundados na autonomia e em valores próprios. Essa realidade é analisada por Luciano (2013, p. 04), ao argumentar:

As possibilidades trazidas pelas ideias inovadoras da escola indígena própria animaram os povos indígenas na luta por ela. Em resposta a essa demanda, os sistemas de ensino também em diferentes níveis, formas e compromissos, passaram a se organizar para ampliar o atendimento e melhorar a qualidade do ensino, segundo os princípios da nova escola indígena específica, diferenciada, bilíngue e própria.

A afirmação do autor confirma os avanços conquistados pela Escola Mura que é vinculada ao sistema público de ensino do município de Autazes-AM, o qual tem garantido a esse povo o direito à construção e efetivação de processos pedagógicos próprios. Os avanços como já foram citados, têm sido muitos e possibilitam transformar a Escola Indígena num palco que fomenta a organização da vida em comunidade e de acordo com seus pertencimentos culturais.

Mas, nem tudo tem sido positivo na história da educação escolar indígena Mura. Nesse sentido, não poderíamos deixar de conhecer algumas ocorrências que se configuram em recuos em sua trajetória, ou seja, apresentam aspectos que até então caminhavam de modo efetivo e, por motivos de força maior, retrocederam. Tais decréscimos são identificados nas falas de alguns participantes da investigação, ao relatarem sobre esse tema com

preocupação, mas também com a “esperança freireana”¹⁸ em retomar os recuos perdidos e transformá-los em avanços e progressos significativos.

O Professor-11 citou como recuo a perda de autonomia do Setor Escolar Indígena Mura. Segundo ele, isso provocou impacto significativo, considerando que as escolas indígenas de Autazes-AM eram muito mais reconhecidas e respeitadas no contexto das políticas de trabalho da SEMEC, através deste Setor. Ele relatou que o Setor foi reduzido a uma coordenação que divide espaço físico com outras coordenações não-indígenas do município, o que de certo modo acaba tornando-o fragilizado. Afirmou ainda que: “[...] *isso, inclusive, é um risco à nossa autonomia. No entanto, até hoje estamos conseguindo seguir fortes com nossa proposta e efetivação da escola própria*”.

A professora-8 afirmou que o povo Mura tinha posse de uma Secretaria Municipal que tratava exclusivamente de Assuntos Indígenas / SEMAI e que foi extinta no atual governo municipal. Para ela, essa Secretaria resolvia muitos problemas em diversas pautas para a comunidade Mura: “*Lutamos muito para conquistá-la e fazer com que fizesse parte das demais secretarias do município. Esse foi um recuo muito triste para o nosso povo*”.

O Gestor da escola relatou que houve recuo quanto à construção de um prédio próprio para a escola. De acordo com ele, houve um momento que foi aprovado um orçamento e até foi iniciado o alicerce, no entanto ficou estagnado e a obra não foi mais retomada: “*Esse com certeza é um recuo que merece atenção, pois vivemos atualmente em espaços que são improvisados pela própria comunidade*”.

A Professora-2 citou como recuo a flexibilidade que a atual gestão municipal tem oferecido através de contratos, concernente à entrada de professores não-indígenas para atuarem como docentes em algumas escolas Mura do município. Segundo ela, isso tem sido um recuo depreciativo, considerando que, ainda existem professores indígenas que são formados na Licenciatura Formação de Professores Indígenas - Turma Mura, que foi ofertado pela UFAM, que não são concursados e não exercem a docência. Para essa docente, são esses últimos professores que deveriam ser contratados, evitando a falta de compreensão das peculiaridades da Escola Mura, por parte dos docentes não-indígenas.

¹⁸ Freire (2014, p. 110-111), assim se posiciona: “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar, porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo”. Como observamos, o pensamento freireano revela sentido oposto a aguardar, a esperar. Ele apresenta Esperança como prática de ação, de atitude, de insistência. Nessa lógica, vai de encontro aos posicionamentos acima relatados dos participantes da pesquisa, pois em suas falas denotam resistência, militância, esforço coletivo, construções colaborativas.

A Professora-7 relatou como recuo a perda da pedagoga indigenista e pesquisadora¹⁹ sobre as causas do povo Mura que cuidava exclusivamente das orientações pedagógicas das escolas Mura: *“Hoje, não temos mais essa profissional. Isso também considero ser um recuo significativo que causa impacto na nossa educação”*.

As falas dos participantes da pesquisa apontam recuos significativos no que tange a algumas demandas que o povo até então tinha conquistado ou sinalizado conquistas. Nesse contexto, as narrativas dos sujeitos revelam: a) limitações no ofício e na autonomia do Setor Escolar Indígena Mura; b) exclusão da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas / SEMAI; c) a paralisação da construção de um prédio próprio para a escola; d) a permissão do atual governo municipal concernente à contratação de professores não-indígenas para atuarem como docentes em algumas escolas Mura de Autazes-AM; e e) falta de um profissional graduado em Pedagogia que contribua com orientações pedagógicas no desenvolvimento curricular das escolas Mura do município.

Os retrocessos apresentados demonstram a preocupação do povo Mura com questões sociais e educacionais que são essenciais ao funcionamento dos processos e práticas de escolarização do grupo étnico. Todas as denúncias feitas pelos participantes da pesquisa dialogam com as especificidades e necessidades da educação escolar Mura, exceto a extinção da SEMAI, por se tratar de uma Secretaria mais genérica que abarcava questões mais gerais em benefício do povo, mas que também incluía a pauta educacional em seu ofício. Os obstáculos sofridos são experiências que permitem à comunidade Mura cada vez mais se unir e ter a convicção do projeto de educação escolar que almeja. Esse raciocínio é debatido por Silva (2000, p. 6), ao observar que:

Acreditar na urgência e na possibilidade da conquista de escolas verdadeiramente indígenas, que estejam a serviço de cada povo, como instrumentos de resistência e mesmo revitalização político-cultural, enfim, que contribuam para o processo histórico de sobrevivência como povos, é a força articulatória que une os professores indígenas nesse movimento.

Os recuos identificados nas afirmações dos participantes da pesquisa revelam que a Educação Escolar Mura representada pela escola de São Félix também enfrenta desafios. Nessa perspectiva, não se pode romantizá-la como se tudo fosse perfeito. Ao contrário, os retrocessos identificados apresentam problemas desafiadores, ao mesmo tempo são úteis para

¹⁹ A pedagoga referida trata-se de uma egressa do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, que defendeu em 2008, a pesquisa intitulada *“A Organização dos Professores Indígenas Mura: Um estudo de suas origens e do papel por ela desempenhado no processo de transformação da realidade escolar Mura no município de Autazes (1990-2008)”*.

que o povo Mura tenha consciência sobre aquilo que se conquista também pode ser retirado / perdido. Porém, como eles mesmos afirmaram, isso não é motivo para frustrá-los e/ou enfraquecê-los. Por isso, a possibilidade de constante luta envolvida pelo espírito comunitário tem sido uma alternativa eficiente ao avanço da Escola Mura e, conseqüentemente, ao fortalecimento da identidade e cultura do povo.

2.5.3 Facilidades

Os apontamentos feitos permitem-nos inferir que a escola de São Félix tem sido referência no tocante aos processos pedagógicos desenvolvidos no local. E isso somente tem sido possível mediante a autonomia operacionalizada pela comunidade indígena, como anunciado no PPP-Mura (2003, p. 57): “[...] os próprios índios têm capacidade de conduzir sua própria educação escolar [...]”.

Nesse sentido, é coerente afirmar que, para ocorrer progresso, eficiência e sucesso na educação escolar Mura, além das muitas lutas vivenciadas pelo povo para fazer valer o que é garantido nas leis em alusão à educação específica e diferenciada, existem também alguns fatores que contribuem, facilitando a implementação da escola própria. Diante disso, surge-nos a inquietação em conhecer e identificar quais elementos têm contribuído ao então fortalecimento da Educação Escolar Mura na aldeia. Vejamos o que dizem a seguir os participantes da pesquisa.

A Professora-8 citou como facilidade na Educação Escolar Mura a autonomia concedida pela SEMEC / Autazes-AM para conduzir os processos pedagógicos da educação diferenciada: *“Temos autonomia de como planejar, como articular a proposta curricular com nossa cultura e ninguém interfere nisso”*.

A Professora-4 destacou o apoio das lideranças de São Félix e das outras três aldeias que possuem estudantes indígenas matriculados na escola (Ponta das Pedras, Moray e Natal) como estratégia facilitadora e que contribui ao desenvolvimento da educação própria no local: *“O fato de termos essas lideranças nos dando total apoio facilita muito a implementação da proposta da educação escolar indígena Mura”*.

O Gestor da escola apresentou como facilidade na Educação Escolar Mura a comunicação de excelência que é estabelecida entre toda a comunidade e equipe pedagógica da escola: *“É claro que temos nossas diferenças, mas conversamos e ninguém fica com*

ressentimento de ninguém. Todos nós procuramos desenvolver um trabalho com participação de todos e com respeito”.

O Professor-10 fez destaque ao PPP-Mura como instrumento pedagógico que facilita o desenvolvimento do currículo diferenciado e a elaboração de suas aulas: *“Ministro minhas aulas de acordo com o meu planejamento e seguindo às diretrizes do PPP-Mura”.*

A Professora-7 relatou o formato pedagógico da própria escola que facilita o desenvolvimento de suas aulas. Afirmou ainda que houve um tempo em que ela residiu em Manaus-AM e teve a oportunidade de ministrar aulas numa escola não-indígena, o que, segundo ela, nessa escola o plano de aula vem apresentando um formato já pronto e acabado, seguindo padrões gerais e genéricos. Nesse sentido, tem que ser seguido esse planejamento e não se pode fugir de suas determinações. Não há espaço para nenhuma alteração, mesmo que seja identificada essa necessidade: *“Aqui em nossa escola é diferente, temos autonomia para construirmos a escola de nossos ideais e isso facilita a vida de todo mundo que participa”.*

A Professora-9 citou o apoio dos pais dos alunos na proposta da educação escolar Mura. De acordo com ela, antigamente, os pais não aceitavam que a escola trabalhasse a cultura indígena, pois tinham receio que seus filhos sofressem preconceitos e discriminações. Com o passar dos tempos, a partir dos movimentos e da conscientização desses pais, houve uma progressiva eliminação da postura etnocêntrica, como também se abriu espaço à democratização da escola onde todos participam e dão sugestões sobre o ensino: *“Atualmente, podemos desenvolver uma escolarização baseada em nossa cultura. Isso tem facilitado nosso ensino, pois procuramos educar nossos alunos para que eles continuem valorizando aquilo que é nosso, aquilo que é do povo”.*

O Professor-1 enfatizou a participação dos mais velhos no planejamento escolar como ação importante que facilita pensar em estratégias que visam fortalecer a cultura Mura, pois segundo ele, os anciãos orientam sobre as danças, comidas, remédios, entre outros: *“Por exemplo, podemos organizar aulas práticas da disciplina de Arte com participação deles para nos ensinar como produzir colares e tecedura de balaios, utilizando sementes e produtos da terra”.*

O Professor-13 citou a autonomia da comunidade de São Félix em tomada de decisões a partir de reivindicações feitas à SEMEC / Autazes-AM. Nesse contexto, ele destacou que todos os professores que trabalham na escola foi a comunidade que se reuniu e os indicou: *“Alguns são concursados, outros contratados, mas todos foram indicados pelos moradores da aldeia. Isso facilita a aceitação e a receptividade dos docentes que se sentem acolhidos e são muito esforçados em seu ofício”.*

Os relatos dos participantes da investigação expressam pautas importantíssimas que, segundo eles, facilitam o trabalho pedagógico na escola de São Félix. O conjunto de facilidades relatado por eles revela os seguintes elementos:

- a autonomia concedida à escola para realização e implementação da educação escolar Mura à luz das especificidades e particularidades expressas na diferença;

- o imprescindível apoio das lideranças de São Félix nas questões educacionais da instituição de ensino, o que facilita o desenvolvimento da educação escolar própria;

- a efetiva e respeitosa comunicação estabelecida entre equipe pedagógica da escola e comunidade São Félix, o que favorece os acordos referentes à implementação do currículo escolar Mura;

- o PPP-Mura como instrumento norteador às ações pedagógicas da escola e que ilumina as práticas dos professores;

- a própria característica e identidade da escola de São Félix que dá autonomia para os professores identificarem aspectos fortes / frágeis e possibilidade de ajustes no processo pedagógico em desenvolvimento;

- o apoio importantíssimo dos pais dos alunos no fazer pedagógico da escola, em especial, apoiando as práticas que dialogam com os elementos culturais do povo Mura;

- a participação dos anciãos da aldeia nas orientações sobre práticas culturais Mura, o que contribui para o planejamento pedagógico dos docentes e o fortalecimento da proposta da educação escolar específica e diferenciada;

- a autonomia que a comunidade concede a si mesma nas tomadas de decisões, como no caso, a indicação dos professores da escola, os quais somente podem trabalhar lá pela aprovação dos moradores de São Félix.

Todos os elementos facilitadores da educação escolar Mura que foram citados pelos participantes da pesquisa dialogam com o pensamento de Moraes (et. al., 2009, p. 70), ao considerar: “[...] a busca pela afirmação identitária implica aperfeiçoar a escola enquanto espaço de luta, colocando esta instituição a serviço de projetos presentes e de futuro que concretizem o reconhecimento de sua identidade Mura”.

É nessa premissa que vem sendo construído e desenvolvido o currículo em São Félix, sendo viabilizado na perspectiva que envolve o coletivo, o pensamento uniforme e comunitário do povo, a autonomia na escolha de conteúdos curriculares que resultam num projeto de vida étnico-social, a autoafirmação como forma de adquirir visibilidade e respeito e a construção de valores culturais próprios.

2.5.4 Dificuldades

O estudo tem confirmado que a produção curricular desenvolvida na Escola Mura formula seus próprios processos pedagógicos, o que viabiliza uma educação projetada nos ideais e expectativas da comunidade indígena, articulando a vida em aldeia com os conteúdos dos diversos componentes curriculares, culminando no fortalecimento da cultura e identidade étnica. Esse projeto de Escola Indígena está de acordo com o pensamento de Sobrinho, Souza e Bettiol (2017, p. 72) quando defendem:

[...] uma escola que possa romper com seus próprios vícios e aprender com os elementos da vida cotidiana que a circunda, a dialogar com os diversos saberes presentes no universo social que a representam e, mais ainda, uma escola real, que consiga ultrapassar a dimensão da imaterialidade dos conhecimentos livrescos, tornando-os peças vivas da história do nosso tempo [...]. Uma história que precisa ser construída no jogo das diferenças e na capacidade de respeito ao grande mosaico cultural que forja a realidade das populações indígenas brasileiras.

As recomendações feitas pelos autores supracitados dialogam estreitamente com o que foi apresentado referente ao objeto de nosso estudo, o currículo Mura. E isso somente tem sido possível porque existe a possibilidade do exercício da autonomia desse povo sobre “o que se quer” com a escola indígena e quais seus objetivos. Entretanto, D’Angelis (2012) chama atenção para os limites e possibilidades do movimento indígena, o qual ainda se encontra sob tutela do Estado, correndo risco de sofrer manipulações por interesses políticos, resultando em entraves com os reais interesses das populações indígenas.

Nesse sentido, procuramos identificar nas vozes dos participantes da pesquisa, algumas dificuldades enfrentadas pela escola de São Félix e que, de certo modo, alinham-se com o pensamento de D’Angelis (2012) e ainda, quais atitudes são tomadas pela equipe pedagógica da escola como estratégias de superação desses desafios.

O Professor-13 afirma que uma das maiores dificuldades que não somente a escola, mas a comunidade de São Félix enfrenta é do povo não possuir um prédio escolar próprio e que o prédio emprestado pela FUNAI é pequeno para comportar o quantitativo de alunos matriculados: *“Então precisamos de uma estrutura física bem planejada que dê conta de todas as necessidades que uma escola precisa para desenvolver seu trabalho”*.

O Gestor da escola relatou a dificuldade referente aos poucos recursos financeiros que a escola possui e que contam somente com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / FNDE que vem para a Associação de Pais, Mestres e Comunitários / APMC. Segundo ele, é praticamente com esse dinheiro que a escola é

mantida. Afirmou ainda que, para utilização dos recursos, há primeiramente reuniões coletivas com toda a comunidade e lideranças para analisar e definir a aplicação da verba: *“Geralmente esses recursos são usados para manter os materiais didáticos, materiais de consumo, ajudar na merenda, material de limpeza, nessas coisas”*.

A Professora-7 falou que de vez em quando ocorre falta da merenda escolar, porém quando isso acontece, a aula não é cancelada: *“No entanto, essa dificuldade representa, muitas das vezes, a falta de apoio financeiro da SEMEC-Autazes/AM para com a escola”*.

A Professora-2 citou a falta de diesel para o transporte escolar, afirmando que, quando isso acontece, pode dificultar o andamento das aulas. Afirmou também que *“essa é uma responsabilidade da Secretaria de Educação do município e que não deveria acontecer essa ocorrência”*.

A Professora-9 destacou duas dificuldades que estão interligadas: quando falta energia pode ocorrer falta de água. De acordo com ela, a água que os alunos bebem é do poço artesiano da escola que depende da energia elétrica para seu funcionamento.

A Professora-3 citou que a escola enfrenta dificuldades para promover no final de cada bimestre a Mostra Cultural e a Feira Científica, pois sempre há falta de patrocínio, *“pois para organizarmos algo impactante e que seja bem elaborado precisa-se de investimento”*.

As dificuldades apontadas pelos participantes da pesquisa resumem-se nas seguintes questões: a) falta de um prédio escolar próprio, uma vez que os alunos estudam, em sua maioria, num prédio emprestado pela FUNAI, o qual é pequeno para o quantitativo de estudantes matriculados; b) poucos recursos financeiros de que a escola disponibiliza oriundos da Associação de Pais, Mestres e Comunitários / APMC, o que é insuficiente para sua manutenção; c) as ocorrências esporádicas quanto à falta da merenda escolar, o que é reflexo do frágil apoio financeiro da SEMEC-Autazes/AM para com a escola; d) as ocorrências de faltas de diesel para o transporte escolar dos alunos, o que também é responsabilidade da SEMEC-Autazes/AM; e) falta de energia que pode gerar falta de água na escola; e f) falta de recursos financeiros e materiais para realização dos eventos Mostra Cultural e Feira Científica, após o encerramento de cada bimestre letivo.

Como estratégia de superação às dificuldades enfrentadas pela escola, os participantes da pesquisa declararam o seguinte:

- *Quanto à falta de espaço físico para os estudantes estudarem*: a própria comunidade adota algumas estratégias, tais como: a) o povo tira madeira sem agredir a natureza para construção de salas improvisadas; b) recolhe ofertas em dinheiro da comunidade para compra

de tintas e pinturas das salas construídas em madeira; e c) quando não chove, os docentes utilizam as sombras das árvores para desenvolver as aulas.

- *Quanto aos poucos recursos financeiros disponibilizados à escola e às ocorrências da falta de merenda escolar:* a gestão da escola verifica se existe verba financeira da APMC para comprar alimentos para os alunos. Uma outra estratégia adotada é oriunda da própria comunidade que se reúne e compra lanche para as crianças e ainda faz doação de cará, macaxeira, pé-de-moleque, banana, abacaxi, tucumã, tapioca e outros. O povo também faz sorteios de bingos, rifas e promove arraiais para angariação de recursos para manter a escola.

- *Quanto à falta do diesel para o transporte escolar dos alunos:* para superar a dificuldade que interfere na efetivação das aulas, é organizado um cronograma de reposição para recompor os momentos letivos perdidos, evitando que os alunos não fiquem prejudicados e que se apropriem de todos os conteúdos.

- *Quanto à falta de água:* a estratégia adotada para superar essa dificuldade é seguir as orientações dos agentes de saúde, concernentes ao tratamento e reserva da água em alguns recipientes abastecidos para suprir essa necessidade.

- *Quanto à falta de recursos financeiros e materiais para realização dos dois eventos que acontecem após cada bimestre letivo:* para superar essa dificuldade, a equipe pedagógica da escola se organiza e conta com ajuda de toda a comunidade e, assim, não deixa de realizar esses eventos que trazem resultados das aprendizagens significativas dos estudantes em cada final de bimestre.

O exposto confirma dificuldades existentes, as quais em linhas gerais se associam com questões políticas e atribuições do governo e que resultam em apoio fragilizado à escola de São Félix, sobretudo com destaque à falta de apoio financeiro, o qual é necessário ao bom funcionamento do cotidiano da escola.

Por outro lado, a pesquisa revela que as superações de tais desafios são promovidas em torno do próprio povo. É a comunidade Mura do local que tem se organizado, lutando e defendendo suas causas, não permitindo que as dificuldades expostas transformem-se em caos, mas as estudam e encontram estratégias de enfrentamento. Isso nos permite inferir que o currículo produzido na escola de São Félix, também é instrumento de luta, pois a comunidade tem se organizado e se engajado com vistas a fortalecer suas causas, objetivos e as práticas de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reingressar como estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE-FACED/UFAM), em 2016, o pesquisador trazia em suas experiências acadêmico-científicas o conhecimento revelado em sua pesquisa de Mestrado defendida em 2013 sobre as práticas pedagógicas dos docentes Mura que atuavam nas séries iniciais do Ensino Fundamental na escola de São Félix e que as desenvolviam à luz dos escritos do PPP-Mura.

Na ocasião, a pesquisa de Mestrado apresentou dados científicos expressando que as práticas dos professores Mura coincidiam com as orientações previstas no PPP-Mura e que este documento era norteador ao desenvolvimento de todas as ações pedagógicas dos docentes. Foi nessa perspectiva que o autor deste estudo hipotetizou no curso de doutorado que o currículo Mura além de assegurar as recomendações previstas em leis para a educação escolar indígena brasileira, também se converte num parâmetro que articula a organização da vida Mura em comunidade, culminando no fortalecimento da identidade e cultura.

Nesse viés, a hipótese de tese foi confirmada no desenvolvimento da pesquisa e das análises feitas, o que nos convém afirmar que a comunidade Mura de São Félix e das comunidades indígenas vizinhas que possuem alunos matriculados na escola transformam essa instituição de ensino num palco que projeta e implementa ações que vão de acordo com anseios, expectativas, valores, modos de organização socioculturais e visão de futuro da comunidade Mura de Autazes-AM.

Desta feita, o estudo em sua dimensão procurou atender o objetivo geral com postura ética, adotando os preceitos que regem a cientificidade e se debruçou em conhecer os modos constituintes e operantes do currículo da escola de São Félix, analisando as relações estabelecidas entre a produção curricular e os elementos culturais do povo Mura.

Com intuito de pontuar as últimas reflexões, faz-se pertinente reprisar a questão-central da pesquisa: “Quais as possíveis interrelações entre o currículo da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina e os elementos culturais do povo Mura habitantes da aldeia São Félix-Autazes/AM?”. As respostas a essa questão se fazem presentes nas duas seções que configuraram a organização da tese. Nelas ficou esclarecido que:

- o currículo da escola é um instrumento pensado, elaborado e implementado na ótica das políticas educacionais que regem a educação escolar indígena brasileira e que segue um arcabouço de legislações para atender esse objetivo, tais como: Constituição Federal de 1988, Lei 9.394/1996 (LDBEN-1996), Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE),

Resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Resolução nº 5 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Parecer nº 13/2012 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação (CNE). Nesse contexto, o currículo da Escola Mura procura assegurar as recomendações feitas nas atuais leis a partir da Constituição Federal de 1988, referentes à organização e efetivação da Escola Indígena brasileira.

- a produção curricular da escola é oriunda do fluxo contínuo fundamentado no diálogo coletivo, reunindo lideranças, moradores, equipe técnica e pedagógica, pais, alunos e toda comunidade de São Félix e lideranças das aldeias Ponta das Pedras, Moray e Natal. Eles se reúnem e discutem sobre os problemas, como também apresentam em suas narrativas aquilo que está dando certo na aldeia e o resultado dessas discussões se converte em propostas curriculares para serem desenvolvidas nos 04 (quatro) bimestres do ano letivo.

- os temas principais que são trabalhados pedagogicamente na escola dialogam estreitamente com as práticas culturais do povo Mura e são articulados com os demais conteúdos dos diversos componentes curriculares.

- no contexto dos temas trabalhados, foi possível identificar conteúdos de estudo que tratam sobre pautas que fazem parte da realidade e da cultura Mura, tais como: Terra e conservação da biodiversidade, direitos e deveres indígenas na atualidade, meio ambiente, cultura e aldeia Mura, cidadania e valorização da cultura Mura, autossustentação, produção e economia Mura.

- o currículo produzido na escola atende as reais necessidades do povo Mura de São Félix e das aldeias Ponta das Pedras, Moray e Natal. Essas necessidades visam socializar, apreender, compreender e praticar a cultura Mura e o respeito à diferença. Portanto, o currículo dessa escola, além de iluminar as práticas pedagógicas articuladas aos interesses do povo, também se converte num projeto de vida, uma vez que as ações desenvolvidas estão intrinsecamente relacionadas com as práticas e os modos de organização social e cultural da comunidade.

- os avanços identificados nas vozes dos participantes da pesquisa apontam a escola caracterizada com uma identidade verdadeiramente Mura, onde todos os profissionais se autoafirmam e desenvolvem suas atividades, visando ao bem comum alicerçado nos interesses da comunidade. Destacam também o processo de formação continuada com ênfase numa trajetória marcada por reivindicações do povo e que está sendo atendida, procurando resguardar seus valores e seus pertencimentos culturais. Apresentam que até os dias atuais os

governos de Autazes-AM, desde a implementação da escola própria, em 1999, têm respeitado os Mura do município no que diz respeito a esse processo. Dão ênfase que a escola trabalha os valores da cultura Mura do início ao fim do ano letivo, com objetivo de fortalecer a identidade e cultura do povo. Por fim, destacam como avanços a extensão da oferta de ensino da educação básica, abrangendo as etapas do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, considerando que, anteriormente, até meados de 2014, a escola contava somente com o Fundamental I.

- a pesquisa revelou que na trajetória da educação escolar Mura aconteceram alguns recuos que fizeram retroceder algumas conquistas que já tinham sido alcançadas. Nesse contexto, foi apontado: a) limitações na autonomia do Setor Escolar Indígena Mura, o qual anteriormente exercia função de orientador das práticas pedagógicas nas escolas Mura do município; b) exclusão da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas / SEMAI que tratava de múltiplas demandas sociais para o povo; c) a paralisação da construção de um prédio próprio para a escola que até então foi iniciado com o levantamento do alicerce, mas não conseguiu passar disso; d) a permissão do atual governo municipal para contrato de professores não-indígenas para atuarem como docentes em algumas escolas Mura de Autazes-AM, o que dificulta a compreensão do trabalho pedagógico embasado na cultura do povo; e e) a exclusão do profissional pedagogo para contribuir com orientações pedagógicas ao desenvolvimento curricular das escolas Mura do município, considerando que, até 2017, as instituições de ensino indígenas de Autazes-AM contavam com uma pedagoga indigenista e pesquisadora dos assuntos e interesses do povo.

- as facilidades apresentadas pelos participantes da investigação anunciam o seguinte: a) autonomia concedida à escola de São Félix para implementação da educação escolar Mura de acordo com os interesses da comunidade; b) importante e necessário apoio das lideranças da aldeia às questões educacionais, o que facilita o desenvolvimento da educação escolar própria; c) respeitosa comunicação estabelecida entre equipe pedagógica da escola e o povo que habita São Félix, favorecendo os acordos referentes à implementação do currículo escolar Mura; d) PPP-Mura como instrumento norteador e facilitador das ações pedagógicas desenvolvidas na escola e que orienta as práticas dos professores; e) a identidade da escola de São Félix que dá autonomia aos professores Mura para identificarem aspectos fortes / frágeis e possibilidade de ajustes no processo pedagógico em desenvolvimento; f) excelente e efetivo apoio dos pais dos alunos às questões pedagógicas da escola que se estreitam com os elementos culturais do povo Mura; g) participação dos mais velhos da aldeia como orientadores de práticas culturais Mura, contribuindo ao planejamento pedagógico dos

docentes e no fortalecimento da proposta da educação própria; e h) o poder da comunidade nas tomadas de decisões das demandas escolares, como por exemplo, na indicação dos professores da escola, os quais somente podem trabalhar na instituição de ensino mediante a aceitação dos moradores de São Félix.

- as dificuldades destacadas pelos participantes da pesquisa indicam: a) falta de um prédio escolar próprio para atender as necessidades basilares e essenciais dos alunos matriculados; b) os poucos recursos financeiros oriundos da Associação de Pais, Mestres e Comunitários / APMC, o que é insuficiente para manter as necessidades logísticas e de consumo da escola; c) as ocorrências referentes à falta da merenda escolar, o que é reflexo do frágil apoio financeiro da SEMEC-Autazes/AM; d) a falta de diesel para o transporte escolar dos alunos que também é responsabilidade da SEMEC-Autazes/AM; e) a falta energia que também provoca falta de água na escola; e f) falta de recursos financeiros e materiais para realização da Mostra Cultural e Feira Científica, após o encerramento de cada bimestre letivo.

- as declarações dos participantes da pesquisa sinalizam que a escola desenvolve estratégias que enfrentam as dificuldades acima relatadas, não ficando presa às situações contrárias. Nesse sentido, ficou registrado que essas estratégias são fomentadas pela própria comunidade de São Félix que não mede esforços em suprir e dar os devidos encaminhamentos, os quais resultam em superações aos desafios enfrentados.

Partindo das conclusões feitas, é pertinente tecer algumas considerações que poderão servir de subsídios e recomendações ao fortalecimento da educação escolar indígena brasileira, em especial, ao cenário da educação escolar Mura:

a) Que a política indigenista seja fortalecida e que muitos movimentos sociais sejam realizados com efetividade e ordem, objetivando que novas alianças e pactos sejam firmados para fortalecer a educação escolar indígena e que haja respeito às particularidades e modos de organização sociocultural de cada povo e que ainda sejam cumpridas as determinações oficiais e constitucionais no que tange à Escola Indígena feita pelos e para os indígenas.

b) Ao Estado brasileiro que repense sobre a possibilidade de uma nova configuração concernente à estruturação de um sistema próprio de ensino que dê conta das reais necessidades dos povos indígenas de acordo com os interesses e anseios de cada povo, respeitando sua organização de vida e ainda que cada comunidade possa definir a identidade de escola indígena que queiram implementar, resguardando acima de tudo, a manutenção de suas práticas socioculturais. Isso feito haverá garantia de que o sistema educacional indígena não seria (co)dependente das ideologias de caráter ocidental dos sistemas públicos de ensino,

os quais de certo modo interferem na autonomia e nas tomadas de decisões, dificultando o pleno exercício da Escola Indígena.

c) Que o Estado brasileiro reconheça de fato e ponha em prática os direitos garantidos aos povos indígenas e com isso, que a cidadania indígena seja reconhecida e que sejam elaboradas e postas em ação novas políticas que possam trazer benefícios às populações indígenas, garantindo a segurança territorial e proteção de suas terras, o patrimônio cultural, a permanência e a integridade desses povos e que a Escola Indígena seja protagonista e articuladora dos diversos temas que compõem os modos de organização de vida sociocultural.

d) Que as comunidades indígenas recebam o devido apoio financeiro para construção e manutenção de suas escolas; que possam receber financiamentos diversos aos processos de formação continuada dos professores e alunos e que também recebam verbas para financiar cursos técnicos profissionalizantes, visando auxiliar e suprir as necessidades de cada grupo étnico. Nesse contexto, que os próprios indígenas consigam conduzir suas instituições de ensino fundadas a partir dos princípios basilares elaborados por cada comunidade.

e) Que as comunidades indígenas, em especial, a comunidade Mura do município de Autazes-AM, recebam apoio financeiro e orientação técnica e pedagógica para pesquisar, elaborar e publicar seu Memorial, valorizando o conhecimento tradicional, os elementos e manifestações culturais, objetivando registrar suas origens e produção culturais, para que sejam vistos e respeitados pela sociedade não-indígena; e que possam ser referendados como um povo que se destacou tanto nos aspectos de organização social como também no cenário educacional. Isso feito, favorecerá o entendimento que deva ser referendado aos Mura de Autazes, exemplo de grupo étnico que através de seu empenho em prol do bem coletivo tem resistido aos interesses políticos e práticas educacionais homogeneizadoras, as quais descaracterizam a cultura indígena e os transformam em sujeitos invisíveis, sem vozes e direitos.

Considerando os resultados obtidos na pesquisa, nossas conclusões evidenciam que a hipótese, oriunda de experiências empíricas e científicas e que foi levantada no projeto de pesquisa de doutoramento, foi confirmada pela demonstração de que o currículo implementado e em desenvolvimento na escola de São Félix assegura as determinações previstas nas leis que regem a organização e a efetivação da educação escolar indígena brasileira e fortalece a cultura e a identidade dos Mura que habitam o local e as aldeias vizinhas, para as quais essa escola oferece o ensino.

Nesse prisma, o povo Mura de Autazes-AM tem conseguido se fazer ouvir e demarcar um projeto de educação que almeja, firmado nas práticas culturais. Ficou evidenciado que as

conquistas alcançadas foram resultados de luta e esforço do próprio movimento indígena que, incansavelmente, tem conseguido fazer a diferença no cenário da educação escolar brasileira e amazônica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Amorin de; SILVA, Rosa Helena Dias da. A Política de educação escolar indígena na década de 90. **Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM**, ano 8, n. 1jan./jun.2003.

ANDRADE, Rosamaria Calaes de (Org.) **O Currículo Ressignificado**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2003.

AUTAZES-AM. **Projeto Político-Pedagógico Mura**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC). Organização dos Professores Indígenas Mura/OPIM: Autazes/Am, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benetto Vecchi/Zygmunt Bauman**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/legislação. Acesso em 01 de março de 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.planalto.gov.br/legislação. Acesso em 10 de março de 2019.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**. Ministérios da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC-SEF, 1998.

_____. **Parecer nº 014/99 do Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais da educação escolar indígena. Brasília: setembro de 1999.

_____. **Resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação**. Fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Brasília: novembro de 1999.

_____. **Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2012, Seção 1, p. 7.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2011). Disponível em www.planalto.gov.br/legislação. Acesso em 12 de março de 2019.

_____. **Parecer nº 13/2012 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília: maio de 2012.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Disponível em www.planalto.gov.br/legislação. Acesso em 12 de março de 2019.

_____. MEC/SECADI. **I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI de 2009.** Documento Final. Brasília, 2014.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. In: **Educação e sociedade.** Campinas: Cedes, nº 79, agosto/2002.

CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. **Ênfases e Omissões no Currículo.** Campinas: Papirus, 2008.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais.** In: Cultura e Identidade, Capítulo 6, p. 175-176, Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil.** Campinas-SP: Cur Nimuendajú, 2012.

DIEGUES, Carlos Antonio. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras.** I Encontro Internacional: Governança da água. São Paulo: novembro de 2007.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da. **História e Educação – a questão indígena e a escola.** São Paulo: FAPESP/GLOBAL/MARI, 2001.

FERNANDES, Marcio Roberto Lima. Etnicidade e territorialização: um estudo da política indígena mura em Autazes, Amazônia Central. **Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia).** Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. UFAM: 2009.

FONSECA, Kacia Neto de Oliveira; WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de. Fundamentos e perspectivas para educação escolar indígena. **Revista Triângulo: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**. Vol. 11, nº 1, 2018.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena. In: **Painel 5 Legislação Escolar Indígena**, p. 132. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf> . Acesso em 29 de fevereiro de 2019.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

_____. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

KRAMER, Sonia. Propostas Pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5º ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Sônia Filiú Albuquerque. Identidades/Diferenças Indígenas nas Teias de um Currículo Universitário. **34ª Reunião da ANPED**. Categorias: Educação Indígena, 2011.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Desafios para a execução de uma política pública municipal de educação escolar indígena: dois anos de experiências em São Gabriel da Cachoeira – AM. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (org.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. 2. ed. São Paulo: Global, 2001. (Série: Antropologia e Educação).

_____. Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. **Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília**. Brasília: PPGAS/UnB, 2011.

_____. **Educação Escolar Indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas**. 36ª Reunião Nacional da ANPED . 29 de setembro a 02 de outubro de 2013. Goiânia-GO.

MELO, Rita Floramar dos Santos. A Universidade Federal do Amazonas e o Acesso dos Povos Indígenas ao Ensino Superior: Desafios da Construção de uma Política Institucional.

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: PPGE/UFAM, 2008.

MELIÁ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização.** São Paulo: Loyola, 1979.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MORAES, Ana Alcídia. Educação Escolar Mura: demarcando suas origens. **XIII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino:** Recife-PE, 2006.

_____; SANTOS, Elciclei Faria dos; SANTOS, Luciana Gomes Vieira; FRANÇA, Marinez. Vai na frente que tu é peara – estratégias do movimento dos(as) professores(as) Indígenas Mura, da região de Autazes/Am, para quebrar as armadilhas da escola. **Amazônida.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2009, p 1-11.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Henrique João Wilkens e os índios Mura.** Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, p.229-275, 1989.

NUNES, Rojane Brum. A **“Cultura em Foco”:** aproximações entre Educação e Antropologia. s/d.

OLIVEIRA, Clóvis Fernando Palmeira. Educação e identidade indígena: um estudo de caso sobre os limites e possibilidades da educação na (re)construção e reafirmação de identidade Mura. **Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.** Manaus: PPGE/UFAM, 2007.

PINHEIRO, Maria das Graças Sá Peixoto; SANTOS, Jonise Nunes. Educação Escolar Indígena nos Planos de Educação: PNE (2014-2024) e PME-Manaus (2015-2025): avanços, permanências e desafios. **Revista Amazônida,** 2016, ano 01, nº 01, p. 82-95.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra P. **Antropologia e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político no pós-modernidade. In: **Modernidade, identidade e a Cultura de Fronteira.** São Paulo: Cortez, 4. ed., 1977.

SANTOS, Elciclei Faria dos. Formação de Docentes Indígenas: Interculturalidade e prática docente Mura. **Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas**. Manaus: PPGE/UFAM, 2018.

SANTOS, Hélio Magno Nascimento dos; LOPES, Edineia Tavares. O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: uma análise de pesquisas sobre o tema. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde, ano 07, volume 14. Jul./dez. de 2013.

SANTOS, Luciana Gomes Vieira. A Organização dos Professores Indígenas Mura: Um estudo de suas origens e do papel por ela desempenhado no processo de transformação da realidade escolar Mura no município de Autazes (1990-2008). **Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas**. Manaus: PPGE/UFAM, 2008.

SOUSA, Maria Lucimar Jacinto de; CARVALHO, Maria de Lurdes Dias de. **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: Legislação, Currículo e Organização**. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, 2017.

SILVA, Aglair Gomes da [et. al.]. **Aldeias Indígenas Mura**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas: 2008.

SILVA, Antônia Rodrigues da; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. A institucionalização da educação escolar indígena no Brasil. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**, nº 06, ano III, 2014.

SILVA, Aracy Lopes da, FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Práticas pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Global, 2001. (Série Antropologia e Educação).

SILVA, Rosa Helena Dias da. **A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir de seus encontros anuais**. Quito-Ecuador: Abya-Yala, 1998.

_____. Escolas em movimento: trajetória de uma política indígena de educação. **Cadernos de Pesquisa**, nº 111. São Paulo: dez. de 2000.

_____. Os professores indígenas Mura de Autazes/AM e a construção de uma escola própria: princípios, processos e práticas pedagógicas em movimento. **XIII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**: Recife-PE, 2006.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak; SOUZA, Adria Simone Duarte de; BETTIOL, Célia Aparecida. A educação escolar indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos anos 20 de LDB. **POIÉSIS** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, v. 11, n° 9, 2017.

THOMAZ, Omar Ribeiro. A Antropologia e o Mundo Contemporâneo: Cultura e Diversidade. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Orgs.). **A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus**. São Paulo, MEC: UNESCO, 2000.

THOMÉ, Ana Carolina; MENDONÇA, Rita. Como conceber o conceito de aldeia em cidades tão complexas? **Conexão planeta: inspiração para a ação**. (Disponível em: <http://conexaoplaneta.com.br/blog/como-conceber-o-conceito-de-aldeia-em-cidades-tao-complexas/> Acesso em 27.10.2019).

VALLE NETO, Jaspe. Educação Escolar Indígena Mura: por entre práticas docentes e o projeto político-pedagógico. **Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas**. Manaus: PPGE/UFAM, 2013.

Apêndices

ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

ASSUNTO: HISTÓRICO DA ALDEIA

ENTREVISTADOS: MORADORES ANTIGOS

- 1) Em qual ano aproximadamente iniciou o povoamento em São Félix? Os primeiros moradores eram Mura? Quem foram eles?
- 2) Quando esses moradores chegaram aqui, como a aldeia era chamada?
- 3) Como e quando São Félix passou a ser organizada como aldeia?
- 4) Quais as marcas que articularam a relação do povo Mura com a aldeia?
- 4) Atualmente, quantas famílias aproximadamente habitam São Félix? Todos são Mura?
- 5) O que gera o movimento econômico da aldeia?
- 6) Como é organizada socialmente e politicamente a aldeia? Existe uma liderança? Existe uma hierarquia?
- 7) Como os Mura de São Félix se organizam culturalmente? Quais as festas? Quais as tradições? Quais os eventos?
- 8) Quais práticas culturais que são mantidas pelos Mura de São Félix e ao mesmo tempo são consideradas dos primórdios Mura?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

ASSUNTO: HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

ENTREVISTADOS: MORADORES ANTIGOS, GESTOR DA ESCOLA, PROFESSORES E LIDERANÇAS

- 1) Como e quando iniciou o processo de escolarização na aldeia São Félix?
- 2) Quem foram os primeiros docentes?
- 3) Quem foram os primeiros discentes?
- 4) Qual a importância da escola de São Félix para o povo que habita a aldeia?
- 5) A escola de São Félix possui alguma relação com a organização de vida dos Mura de São Félix? Qual? Como?
- 6) Qual o significado/representatividade da escola de São Félix para os Mura do local?
- 7) Em sua opinião, qual a principal marca da escola de São Félix?
- 8) Atualmente, como a escola de São Félix encontra-se organizada? Gestor? Professores? Turmas? Número de alunos? Turnos? Outros servidores?
- 9) Quantas salas de aula a escola possui?
- 10) Como são organizados os tempos de aula na aldeia São Félix?
- 11) Quais as diretrizes curriculares que a escola segue?
- 12) De que modo a escola trabalha os aspectos culturais do povo Mura em sua proposta curricular?

- 13) A BNCC interfere no currículo da escola de São Félix? Se sim, de que modo?
- 14) Todos os alunos que estudam na escola são de São Félix são moradores da aldeia ou existem outros de comunidades vizinhas?
- 15) De que modo é feito o planejamento de cada série/ano e das aulas na escola de São Félix?
- 16) As reuniões com os professores para tratar sobre o planejamento das aulas ocorrem em qual período?
- 17) Como a SEMED-Autazes gerencia a educação escolar indígena Mura na escola de São Félix?
- 17) A escola de São Félix recebe algum apoio pedagógico ou financeiro da SEDUC-AM ou da União?
- 18) Quais as principais marcas pedagógicas da escola de São Félix?
- 19) Qual a importância do PPP-Mura para o ensino fundamental da escola de São Félix?
- 20) De que modo os professores do ensino fundamental trabalham o PPP-Mura em suas aulas?
- 21) De que modo ocorre ou não a efetivação da educação escolar indígena Mura específica e diferenciada na escola de São Félix?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3

ASSUNTO: OPIM – ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS MURA

ENTREVISTADO: PRESIDENTE DO CIM E DA OPIM

- 1) Atualmente quantas aldeias Mura existem no município de Autazes-AM?
- 2) Quando foi feito o último censo e qual o número (população) atual de Mura?
- 3) Você sabe informar se esse número da população está organizado por aldeia? Se sim, qual o número de habitantes em cada aldeia?
- 4) Atualmente, qual o principal objetivo do povo Mura de Autazes?
- 5) Qual a importância da escola Mura para o povo que habitam as aldeias?
- 6) Atualmente, quais os movimentos e/ou processos políticos e educacionais que a OPIM articula para a melhoria do povo Mura de Autazes?
- 7) Qual a representatividade/importância da OPIM para o povo Mura de Autazes?
- 8) Quanto aos professores Mura, o que a OPIM tem feito e está articulando para a formação continuada desses docentes?
- 9) A OPIM possui peso político e/ou reconhecimento no cenário estadual ou nacional? Se sim, por quê?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 4

ASSUNTO: DESAFIOS E SUPERAÇÕES NA ESCOLA DE SÃO FÉLIX

ENTREVISTADOS: PROFESSORES E GESTOR (RODA DE CONVERSA)

- 1) Quais os avanços que você consegue identificar na educação escolar indígena Mura e na escola de São Félix? Por quê?

- 2) Quais os recuos que você consegue identificar na educação escolar indígena Mura e na escola de São Félix? Por quê?

- 3) Quais as facilidades que você consegue identificar na educação escolar indígena Mura e na escola de São Félix? Por quê?

- 4) Quais as dificuldades que você consegue identificar na educação escolar indígena Mura e na escola de São Félix? Quais estratégias você articula para superá-las?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 5

ASSUNTO: CURRÍCULO E PPP-MURA EM AÇÃO NA ESCOLA DE SÃO FÉLIX

ENTREVISTADOS: PROFESSORES E GESTOR (RODA DE CONVERSA)

- 1) De que modo é organizado o planejamento das aulas à luz do PPP?
- 2) Como os professores desenvolvem suas aulas à luz do PPP? Qual a metodologia utilizada?
- 3) De que modo as práticas dos professores dialogam com os escritos do PPP-Mura?
- 4) Considerando que o currículo possui uma dimensão de conceitos e um deles é que currículo é tudo aquilo que se trabalha dentro e fora da escola e que possui articulação com as propostas escolares, responda:
 - a) O currículo Mura é construído a partir de qual concepção?
 - b) De que modo o currículo Mura articula saberes, crenças, tradições e valores com os aspectos culturais do povo de São Félix?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 6

ASSUNTO: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA MURA NO MUNICÍPIO DE AUTAZES-AM

ENTREVISTADA: SECRETÁRIA DA SEMED-AUTAZES

- 1) Qual a importância da educação escolar Mura para a educação escolar no município de Autazes?
- 2) De que modo a SEMED-Autazes articula e desenvolve a educação escolar Mura no município?
- 3) Até que ponto as escolas Mura possuem (ou não) autonomia para o funcionamento da educação escolar específica e diferenciada nas aldeias Mura?
- 4) Quais os principais desafios que a SEMED-Autazes enfrenta para o desenvolvimento da educação escolar específica e diferenciada Mura no município? Quais estratégias adotam para superá-los?
- 5) Qual a visão da SEMED-Autazes quanto à educação escolar Mura?

Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Doutorado em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Currículo da escola e cultura do povo Mura

Pesquisador responsável: Jaspe Valle Neto

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Prezado(a) Participante:

Convido o(a) sr.(a) para participar da pesquisa intitulada “CURRÍCULO DA ESCOLA E CULTURA DO POVO MURA”, que tem por objetivo analisar o currículo da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina e suas possíveis (inter)relações com a cultura do povo Mura que habita na aldeia São Félix, Autazes-AM. Para o alcance desse objetivo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) verificar como são articulados os princípios, conteúdos e ações curriculares da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina à valorização e fortalecimento da cultura e identidade do povo Mura em São Félix; b) Identificar avanços, recuos, facilidades e dificuldades na implementação da educação escolar Mura na Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina.

O interesse pelo estudo tem motivação pessoal e acadêmica. A primeira decorrente da minha ascendência Mura e a segunda quando resolvi desenvolver essa temática no Mestrado em Educação, momento em que estive em São Félix para pesquisar sobre práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental Mura. A opção por dar continuidade aos estudos sobre o povo Mura na tese de Doutorado justifica-se pelos motivos enunciados e, mais fortemente, por estar envolvido com esta questão e por acreditar que o resultado da pesquisa pode contribuir significativamente para uma análise e reflexão profunda sobre a importância da educação escolar voltada aos povos indígenas e o seu papel na construção/reconstrução de sua cultura/identidade e cidadania expressas na diferença.

Eu, JASPE VALLE NETO, responsável pela pesquisa, procurarei responder todas as suas dúvidas antes que o(a) sr.(a) decida participar e sempre que sentir necessidade. Esclareço

ainda que o(a) sr.(a) tem o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento. Caso sua participação nesta pesquisa traga algum tipo de constrangimento à sua pessoa, informo-lhe que iremos tomar as providências cabíveis, ficando sob a responsabilidade do pesquisador seu encaminhamento e acompanhamento a um profissional da psicologia, para que os prejuízos causados sejam resolvidos. Todos os procedimentos adotados nesta pesquisa consistem rigorosamente fundamentados na resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (Procedimentos da Ética em Pesquisa).

Todas as informações que o(a) sr.(a) venham compartilhar neste estudo são estritamente confidenciais e as entrevistas serão identificadas com um código e não com seu nome, salvo com sua anuência. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados. Também, o(a) senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Informamos ainda que, a pesquisa possibilitará resultados benéficos que resultarão em avanços e melhorias na educação escolar indígena do povo Mura que habita São Félix. Seus resultados poderão apontar novos modos de conduzir as práticas pedagógicas na Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina, à luz do planejamento curricular, contribuindo cada vez mais para o fortalecimento da cultura e da identidade Mura. Portanto, esperamos que sua participação nos ajude a conhecer detalhadamente sobre as práticas pedagógicas da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina nesse processo, o que será fundamental para melhor apresentar os pontos fortes e frágeis para melhor aprimoramento do trabalho pedagógico à luz do planejamento curricular da instituição escolar de São Félix.

Para que a pesquisa seja desenvolvida, adotaremos alguns procedimentos necessários:

- a) leituras sobre teorias que abordam o tema da pesquisa;
- b) observação das práticas pedagógicas que acontecem nas salas de aula da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina;
- c) análise da proposta curricular da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina, dos planos de aulas dos(as) docentes e do Projeto Político-Pedagógico;
- d) observação do cotidiano da aldeia São Félix e sua relação com as práticas pedagógicas da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina;
- e) entrevistas com professores(as) da instituição de ensino para verificar a articulação do currículo escolar com as experiências do dia a dia de São Félix;
- f) entrevistas com lideranças e moradores mais antigos de São Félix, para conhecer o modo de produção da vida do lugar;
- g) análise dos dados coletados.

Participar de pesquisa é fornecer informações e dados relacionados a temática. Portanto, neste estudo, os participantes serão convidados(as) a responder questões de uma entrevista semiestruturada, cujas respostas poderão contribuir para a construção de um novo

olhar e fazer pedagógico educativo em São Félix. A pesquisa acontecerá nas dependências da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina, em horários combinados previamente com os participantes. Ademais, o(a) sr.(a) disponibilizará do tempo necessário para refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida.

A investigação se desenvolverá a partir dos seguintes momentos: exposição do projeto de pesquisa ao participante; assinatura do TCLE; realização das entrevistas; observação das práticas pedagógicas na escola; observação do cotidiano da aldeia; análise dos dados; redação da tese; defesa pública de tese. Portanto, o(a) sr.(a) poderá, também, descontinuar sua participação no estudo, a qualquer momento das fases apresentadas, sem prejuízo de qualquer natureza. Tanto a sua pessoa quanto os dados pelo(a) sr.(a) fornecidos serão mantidos sob absoluta confidencialidade e, portanto, ninguém mais terá conhecimento sobre sua participação.

Sempre que for necessário esclarecer alguma dúvida sobre o estudo, o(a) sr.(a) deverá buscar o contato com o pesquisador responsável, Jaspe Valle Neto, no endereço: Rua Professora Marlene dos Santos, Bloco G, apartamento 302, Primeira Etapa – Residencial Eliza Miranda / Japiim – Manaus/AM, CEP 69077-743, e-mail: jaspeufam@yahoo.com.br, telefone (92) 99184-2790. Para quaisquer informações, fica disponibilizado o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas, localizado na Rua Terezina, nº 495 – Adrianópolis, CEP 69057-070, Manaus-AM, que funciona de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, telefone (92) 3305-4025, e-mail: ceua@ufam.edu.br

Após os esclarecimentos, solicitamos a sua assinatura neste TCLE:

CONSENTIMENTO

Li, tomei conhecimento, entendi os aspectos da pesquisa e, voluntariamente, concordo em participar do estudo.

Assinatura ou Impressão Datiloscópica do Participante da Pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste(a) professor(a) para a participação neste estudo.

Assinatura do Pesquisador

Autazes-AM, ____ de _____ de _____.

Anexo

COMPROVANTE DE SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Currículo da Escola e Cultura do Povo Mura

Pesquisador: JASPE VALLE NETO

Versão: 2

CAAE: 07224819.2.0000.5020

Instituição Proponente: FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED / UFAM

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 009193/2019

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Currículo da Escola e Cultura do Povo Mura que tem como pesquisador responsável JASPE VALLE NETO, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Amazonas - UFAM em 06/02/2019 às 15:05.